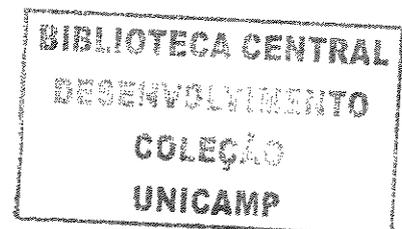


Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Leandro de Oliveira Galastri

A MISSÃO DE OBSERVADORES MILITARES EQUADOR-PERU –
MOMEPE (1995-1999) E A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO
BRASILEIRO

Outubro de 2005



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Leandro de Oliveira Galastri

**A MISSÃO DE OBSERVADORES MILITARES EQUADOR-PERU – MOMEPE
(1995-1999) E A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política,
apresentada ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação do Prof. Dr. Eliézer Rizzo de
Oliveira.

Este exemplar corresponde à versão final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 21/10/2005.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira (orientador)
Prof. Dr. Paulo César Souza Manduca – NEE/Unicamp
Prof. Dr. Samuel Alves Soares – Unesp/Franca

Suplentes:

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto – IFCH/Unicamp
Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa – IFCH/Unicamp

Outubro de 2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Galastri, Leandro de Oliveira

**G131m A Missão de Observadores Militares Equador-Peru – MOMEPE
(1995-1999) e a participação do exército brasileiro / Leandro de
Oliveira Galastri . - - Campinas, SP: [s.n.], 2005.**

**Orientador: Eliézer Rizzo de Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Cooperação internacional. 2. Equador – Relações milita-
res. 3. Peru – Relações militares. I. Oliveira, Eliézer Rizzo de,
1947-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filo-
sofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(mfbm/ifch)

**Palavras-chave em inglês (Keywords): Cooperations, International
Ecuador – Military relations
Peru – Military relations**

Área de concentração: Estudos Internacionais e Forças Armadas

Titulação: Mestrado em Ciência Política

**Banca examinadora: Eliézer Rizzo de Oliveira (orientador)
Paulo César Souza Manduca
Samuel Alves Soares**

Data da defesa: 21/10/2005

AGRADECIMENTOS

A todos os amigos que colaboraram para o resultado final que aqui se apresenta, em especial os companheiros da Seção de Ciências Sociais da Escola Preparatória de Cadetes do Exército: Fortunato Pastore, Francisco José Corrêa Martins, João Rogério de Sousa Armada, Oscar Medeiros Filho, Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann e Selma Lúcia de Moura Gonzales. Agradeço também ao ex-comandante daquela Escola, Coronel Décio Luís Schons, pelo incentivo enquanto permaneci sob seu comando e pela ajuda prestada ao meu trabalho, mesmo quando já se encontrava investido de outras responsabilidades, muito longe de Campinas.

Agradeço sobretudo ao Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira, pela paciente orientação ao longo de três anos de trabalho para que esta pesquisa chegasse a bom termo. E pela amizade.

Finalmente, minha eterna gratidão à Karen. Por tudo.

“O pior para o combatente vem depois da guerra. Fiquei muito abalado e precisei ficar seis meses sob tratamento psiquiátrico. Perdi muitos amigos na guerra. Ainda não consigo falar muito sobre o que passei, mas quero escrever um livro que conte tudo o que aconteceu comigo. [...] Se a MOMEF não tivesse vindo, estaríamos todos mortos.”

Sargento Martínez, do Exército do Equador, em entrevista à revista *Época* de 22 de junho de 1998.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a participação do Brasil na MOMEPE, identificando a sua natureza, condições políticas e militares, recursos bélicos e desenvolvimento interno desta estrutura de negociação que não fez parte da OEA nem da ONU. A perspectiva brasileira é definida analiticamente sobretudo pela participação do Exército Brasileiro.

Formada por militares de Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, a missão exerceu suas atividades entre março de 1995 e junho de 1999, numa região fronteiriça entre Equador e Peru localizada no vale do Rio Cenepa, na Cordilheira de Condor. Trata-se de uma região selvática, sobre a qual não havia até então acordo sobre demarcação de fronteiras, o que levou aqueles países à guerra no início de 1995. O objetivo da MOMEPE foi promover e monitorar a separação das forças em litígio e a consequente consolidação do cessar-fogo necessário para o início e prosseguimento das conversações diplomáticas. Ela atuou também com os diplomatas dos respectivos países, em algumas capitais nas quais emitiu documentos sobre o andamento das negociações.

Palavras-chave: MOMEPE, GUERRA EQUADOR - PERU, COOPERAÇÃO REGIONAL

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyse the Brazilian participation in the MOMEPE (Peru-Ecuador Military Observation Mission), identifying its nature, politics and military conditions, material resources and inside development of this negotiation structure which had no linkage either to American States Organisation or United Nations. The Brazilian perspective is analytically defined mainly by the Brazilian Army participation.

Formed by military contingents of Argentina, Brazil, Chile and United States (the Guarantor Countries), the Mission executed its activities between March 1995 and June 1999, in a border region of Peru and Ecuador at the Cenepa River's Valley, near to Cordillera del Cóndor. It is a jungle region where there was no accordance between Quito and Lima about land delimitation marks, what led them to warfare in the beginning of 1995. The aim of MOMEPE was to promote and supervise the withdrawal of both sides troops and subsequent consolidation of the cease-fire, which was required for the beginning and progress of the diplomatic conversations. The MOMEPE was supposed to provide the necessary military conditions to the development of the peace process at the diplomatic instance. The Mission worked also with diplomats of the Guarantor Countries and of Peru and Ecuador, in some capitals where documents about the *status* of negotiations were emitted.

Key words: MOMEPE, ECUADOR - PERU WARFARE, REGIONAL COOPERATION

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1. As guerras entre Equador e Peru.....	19
Capítulo 2. Os acordos de paz entre Equador e Peru.....	27
Capítulo 3. A guerra de 1995 e a experiência diplomático-militar da MOMEPE.....	37
3.1. As tentativas de se alcançar o cessar-fogo e a formação da MOMEPE.....	37
3.2. A estrutura da MOMEPE.....	50
3.3. A ação da MOMEPE.....	54
3.3.1. Missões aéreas.....	57
3.3.2. A questão das minas terrestres.....	60
3.4. Breve vista do cotidiano da guerra e da MOMEPE.....	61
3.5. A MOMEPE sob quatro anos de negociações diplomáticas.....	64
3.6. O processo de paz e a MOMEPE na perspectiva do governo brasileiro: as visões do Exército e do presidente Cardoso.....	77
3.6.1. Posições do Exército sobre a MOMEPE.....	77
3.6.2. A direção diplomática do presidente Cardoso sobre o processo de paz e a MOMEPE.....	80
3.7. A guerra e a MOMEPE na visão de alguns analistas.....	84
3.7.1. Causas da guerra e da permanência do confronto histórico até 1995.....	84
3.7.2 Criação da MOMEPE e a ação conjunta dos países garantes.....	87
3.7.3 Participação brasileira.....	93
3.7.4 Os entrevistados.....	95
Considerações finais.....	99
Referências Bibliográficas.....	101
Anexo I. Íntegra das Entrevistas.....	111
Anexo II. Protocolo de 1942.....	123
Anexo III. Declaração de Paz do Itamaraty.....	127
Anexo IV. Organogramas da MOMEPE.....	129
Anexo V. Ata Presidencial de Brasília.....	131
Anexo VI. Acordos Assinados Junto à Ata Presidencial de Brasília.....	135
Anexo VII. Mapa da Região em Disputa.....	137
Anexo VIII. Mapa dos Postos Militares e Locais de Combate.....	139
Anexo IX. Mapa do Acordo Final Sobre Fronteiras.....	141
Anexo X. Cronologia dos Presidentes do Equador durante a MOMEPE.....	143

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a participação do Brasil na MOMEPE (Missão de Observadores Militares Equador-Peru/1995-1999), identificando sua natureza, condições políticas, militares e o desenvolvimento interno dessa estrutura militar de negociação, com destaque para as perspectivas do Exército Brasileiro, ao qual coube a coordenação militar desta Missão.

A MOMEPE atuou entre março de 1995 e junho de 1999 na região disputada por Equador e Peru. Trata-se de uma área de selva no Vale do Rio Cenepa, onde inexistiam marcos fronteiriços até então. Composta por militares de Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, a Missão teve por meta a separação das forças em guerra e a efetivação do cessar-fogo que permitisse o desenvolvimento das negociações diplomáticas.

A Missão caracterizou-se como uma iniciativa regional, sem a participação da ONU, que tradicionalmente arregimenta as forças multinacionais de paz, ou da OEA, que costuma se posicionar em momentos de crise internacional nas Américas. Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos já eram mediadores antigos dessa histórica disputa territorial entre Equador e Peru, o que fez com que os países em conflito optassem por uma solução local. Em que pese os Estados Unidos não fazerem parte da conformação regional da América do Sul, essa ação conjunta dos exércitos argentino, brasileiro, chileno e norte-americano (que contou ainda, a partir de sua fase intermediária, com a participação de militares equatorianos e peruanos) estabeleceu um precedente para a cooperação militar na região para além do âmbito dos tradicionais exercícios militares. Tanto mais importante para o Brasil, que exerceu um papel central através da coordenação geral das operações. Ao longo dos quatro anos e meio de existência a MOMEPE contou com dez coordenadores gerais, todos generais-de-divisão brasileiros.¹

¹ MOMEPE: um futuro de paz na Cordilheira de Cóndor. **Revista Verde-Oliva**, Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro, nº 166, 1999, p. 11. As bases legais para a formação da MOMEPE encontravam-se já no “Protocolo do Rio de Janeiro” de fevereiro 1942, ano em que, após mais um embate fronteiriço, Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, acompanhados dos países contendores, assinaram o referido documento, com-

Breve histórico da divergência territorial entre Equador e Peru

A MOMEPE surge, como já mencionado, no contexto de uma luta fronteiriça cuja origem remonta à época das independências das colônias espanholas. Logo após o processo de independência, o território da Audiência de Quito (Equador) é anexado à Grã-Colômbia (antigo Vice-Reinado de Nova Granada) em 1822, sob protestos do Peru, que reivindicava a parte sul da região em questão.² Entre 1822 e 1830, portanto, o território da Audiência de Quito (Equador) formou, com mais os territórios da Colômbia e da Venezuela, a República da Grã-Colômbia.³ Em 1830, após um ano de guerra entre Grã-Colômbia e Peru, este sai derrotado e o Equador torna-se um Estado independente com o desmembramento da Grã-Colômbia, que origina ainda os atuais Estados da Venezuela e da Colômbia (chamada Nova-Granada até 1863).⁴ A partir de então se estabelece uma indefinição fronteiriça na região amazônica dos territórios de Equador (até 1941 com uma área equivalente ao dobro da que possui hoje, que se estendia ao longo do rio Marañon até o rio Amazonas) e Peru. A mata densa e o difícil acesso ao local prejudicou uma demarcação clara da fronteira. Some-se a isso o fato de que a Espanha nunca se preocupara em delimitar com exatidão as fronteiras entre seus Vice-Reinados, dado que eram todos possessões espanholas. Isso levou a que alguns países sul-americanos se engajassem em disputas territoriais intermitentes.⁵

A disputa entre os dois países começa em 1854 quando o governo do Equador, numa tentativa de adquirir fundos para pagar seus credores internacionais, passa a vender ter-

prometendo-se a assegurar a paz até que a fronteira estivesse totalmente demarcada. Em fevereiro de 1995, tendo como base o “Protocolo do Rio”, diplomatas dos quatro países garantes mais Equador e Peru assinaram a “Declaração de Paz do Itamaraty entre Equador e Peru”, tratado em que se previa o imediato envio de uma missão de observadores militares para a região em disputa.

² CASTRO, Terezinha de. Fronteira Peru-Ecuador, a Questão de Côndor. **A Defesa Nacional**, nº 768, abr/mai/jun 1995, pp. 39-47.

³ ENGLISH, Adrian. **Armed Forces in Latin America**. London: Jane's, 1984, p. 234.

⁴ PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo, Atual ed., 1987, p.29.

⁵ Encyclopaedia Britannica Online. Disponível em, www.britannica.com/search?ct=&query=Peru&go_button.x=9&go_button.y=14, acessado em 15/03/05.

ras “ociosas” na Amazônia para colonos europeus.⁶ Indignado, o governo peruano reivindica soberania sobre as áreas negociadas e exige que o Equador cancele as vendas. Em 1859 soldados peruanos invadem o Equador, que se via envolvido, no momento, em guerra civil. Guayaquil é ocupada e o governo peruano força um dos governos rivais internos do Equador a assinar o Tratado de Mapasingue (1860), que cancelava as negociações citadas acima e reconhecia a soberania do Peru sobre a região. Quando a guerra civil termina no Equador, os peruanos são expulsos e o Tratado de Mapasingue não é reconhecido.

Em 1887 os dois países iniciam negociações no intuito de resolver suas pendências fronteiriças. Em 1890 elaboram o Tratado García-Herrera, que concede ao Equador acesso ao Rio Marañón e, conseqüentemente, ao rio Amazonas. Contudo, a partir do final do século dezenove a expansão da demanda mundial por látex confere à região amazônica uma maior importância econômica, tornando-se de grande valor, neste caso, a área concedida ao Equador. Os peruanos, então, recuam na confirmação do tratado.⁷

Entre 1909 e 1941 houve várias tentativas de mediação da disputa por parte de Espanha, Argentina, Brasil e Estados Unidos. Esses países, se não lograram a resolução da pendência territorial, pelo menos conseguiram evitar que Equador e Peru entrassem em guerra durante aquele intervalo de tempo. Porém, a tensão permanecia com a movimentação de soldados dos dois países na área em disputa.⁸

O confronto armado finalmente eclodiu em julho de 1941. Após vários enfrentamentos na fronteira, os soldados equatorianos foram vencidos e as tropas peruanas invadiram o Equador.⁹ Em setembro, o Peru já ocupava toda a parte do território equatoriano que se estendia pela margem do rio Marañón até o rio Amazonas. Esta área era equivalente a mais da metade do território equatoriano antes do conflito.¹⁰ Além disso, também haviam sido ocupadas áreas costeiras da província equatoriana de El Oro, que não faziam parte da

⁶ CORKILL, David e CUBITT, David. **Ecuador: fragile democracy**. London, Latin America Bureau, 1988, pp. 98-99.

⁷ *Idem*.

⁸ *Ibid*.

⁹ DORATIOTO, Francisco. **Espaços nacionais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 88.

¹⁰ ENGLISH, Adrian, *op. cit.*, p. 235.

disputa.¹¹ Formou-se então uma coalizão de países americanos para intervir na disputa, composta por Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos. Entretanto, com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra em dezembro (após o ataque japonês a Pearl Harbour), Equador e Peru foram pressionados pelos norte-americanos a acertar um acordo rapidamente, para que os Estados Unidos pudessem centrar sua atenção unicamente no conflito mundial. O acordo firmado no início da década de quarenta (Protocolo do Rio de Janeiro de 1942)¹² foi unilateralmente revogado pelo governo de Quito em 1960. O motivo alegado foi a descoberta do Rio Cenepa entre os rios Zamora e Santiago. De acordo com o Equador, um tratado baseado em dados geográficos imprecisos não poderia ser considerado válido, pois as imprecisões alterariam o consenso entre as partes.¹³ O acordo do Rio de Janeiro previa que a fronteira seria estabelecida na porção de terra seca entre os rios Zamora e Santiago. Porém, os garantes do acordo ignoravam a existência do Rio Cenepa cortando a tal porção de terra seca, o que fez com que, como dito, o Equador considerasse inválido aquele acordo.¹⁴ Ainda ocorreriam dois incidentes armados, em 1978 e 1981, este conhecido como “Incidente de Pachica”¹⁵, antes do confronto de janeiro/fevereiro de 1995 que desencadearia a organização da MOMEPE.

Características gerais da MOMEPE

Após aceitarem a mediação oferecida pelos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, as partes assinaram, em 17 de fevereiro de 1995, em Brasília, a “Declaração de Paz do Itamaraty”, com o objetivo de consolidar o cessar-fogo e evitar novos emba-

¹¹ DORATIOTO, Francisco, *op. cit.*

¹² BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Protocolo de Paz, Amistad y Límites**. Río de Janeiro, 26 fev. 1942. Disponível em www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cb4d.htm, acessado em 16/02/05.

¹³ MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard. Introduction. In MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.). **Security cooperation in the western hemisphere: resolving the Ecuador-Peru conflict**. Miami, North-South Center Press, 1999, p. 06.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ SCHEINA, Robert L.. **Latin America's Wars: the age of the professional soldier. 1900-2001**. 2 Volume. Washington, Brassey's, 2003, p. 123.

tes. Ficou acordado, também, o envio à região de uma missão de observadores militares formada por representantes dos países garantes (a MOMEPE).

A MOMEPE manteve sua base principal em Patuca, no Equador, e um escritório em Bagua, no Peru. Atuou por meio do estabelecimento, com a concordância das partes, de uma Zona Desmilitarizada e duas zonas de controle na região do conflito. Nas zonas de controle, as partes em conflito poderiam manter seus postos militares, desde que os efetivos e armamentos fossem estritamente controlados pela missão e permanecessem aquartelados. A principal atuação da MOMEPE foi a fiscalização aérea (helicópteros brasileiros Black-Hawk adquiridos dos Estados Unidos para a missão) daquelas zonas, com o intuito de verificar a continuidade do cessar-fogo acordado entre as partes para o prosseguimento das negociações diplomáticas. Os vôos eram tripulados por oficiais dos quatro países garantes, mais oficiais de Equador e Peru. Em 17 de junho de 1999, a MOMEPE encerrava sua participação no processo de paz, após aproximadamente quatro anos e meio de trabalho.¹⁶

A participação na MOMEPE conferiu ao Exército Brasileiro uma experiência pioneira de atuação junto a outros exércitos do hemisfério americano numa operação real, envolvendo interesses comuns regionais. Num contexto mundial de blocos subcontinentais, a ação coordenada das forças armadas dos referidos países sul-americanos, em especial os amazônicos, pode mostrar-se mais adequada do que a preparação para a guerra contra supostos inimigos vizinhos, tanto mais se considerarmos a noção de “novas ameaças” (narcotráfico, guerrilha, terrorismo, destruição do meio ambiente e, no caso específico de blocos subcontinentais do terceiro mundo, a hegemonia norte-americana após o fim da Guerra Fria), que traz um novo paradigma militar na concepção de “inimigo”.¹⁷

Em que pese o caráter hegemônico dos Estados Unidos nos planos diplomático e militar (e é evidente que o Ministério das Relações Exteriores e as forças armadas brasileiras estão de acordo a esse respeito), a MOMEPE expressaria um protagonismo do Brasil nesses mesmos planos. Parte da bibliografia norte-americana sobre o tema procura, em alguns

¹⁶ *Revista Verde-Oliva*, *op. cit.*

¹⁷ BIATO, Marcel. O Processo de Paz Peru-Ecuador. *Parcerias Estratégicas*, nº 06, pp. 241-247, março 1999.

momentos, minimizar a importância da coordenação brasileira, ao mesmo tempo em que atribui ao Comando Sul dos Estados Unidos toda a concepção da operação.¹⁸

Um acontecimento que endossaria a tese da pouca relevância do Brasil no processo seria a ameaça que os países garantes fizeram, no final de fevereiro de 1995, de entregar a questão do conflito à OEA, em face das constantes violações do cessar-fogo então recém-acertado. Aparentemente foi levada em conta pelos garantes a capacidade de dissuasão que aquele organismo teria sobre os contendores, com estrutura e poder para sugerir a imposição de embargos comerciais e a suspensão de créditos de agências internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, podendo fazer com que Equador e Peru enfrentassem sanções de natureza comercial e política¹⁹. Poder-se-ia sugerir, então, que a efetividade da MOMEPE na garantia do cessar-fogo se deu à sombra de uma ameaça muito maior, qual seja a imposição de sanções materiais por parte da OEA, com a proeminência óbvia dos Estados Unidos.

Outros autores pesquisados, contudo, que enfatizam a necessidade de um caráter estritamente regional para a solução de conflitos dessa natureza, consideram a MOMEPE como exemplo de cooperação a ser seguido pelas forças militares da região, num contexto em que países da América Latina tornam-se engajados em situações além de suas fronteiras imediatas. Embora nesses autores não haja menções específicas à coordenação brasileira, de uma maneira geral observam que casos como o da MOMEPE contribuiriam para fortalecer laços regionais, criando cada vez mais habilidade na resolução local de tais problemas.²⁰

¹⁸ HILLER, Steve. Military observer mission Ecuador and Peru (MOMEPE) and JTF Safe Border. **Center for Army Lessons Learned**, January-February, 1996. Disponível em http://call.army.mil/products/nftf/jan_feb.96/chpt6.htm, acessado em 03/10/02. SHELTON, Henry H. Special Operations Forces: Key Role in Preventive Defense. **Defense Issues**, vol.12, nº 12, 1997. Disponível em www.defenselink.mil/speeches/1997/s19970301-shelton.html, acessado em 03/10/02. WEIDNER, Glenn R. MOMEPE's legacy: a new peace, a brighter future. **United States Army**, 1999. Disponível em <http://carlisle-www.army.mil/usamhi/usarsa/academic/momepe's%20legacy.htm>, acessado em 03/10/02. WEIDNER, Glenn R. Peacekeeping in the upper Cenepa Valley: a regional response to crisis. **United States Army**, 1998. Disponível em <http://carlisle-www.army.mil/usamhi/usarsa/academic/bluepndu.htm>, acessado em 03/10/02.

¹⁹ SELEME, Ascânio. "Fiadores advertem Equador e Peru sobre sanções da OEA." *O Globo*, 25 fev.1995. O Mundo, p. 15.

²⁰ ESPINOSA, Carlos. Exorcising the demons of war: memory, identity and honor in the Ecuador-Peru peace negotiations. **David Rockefeller Center for Latin American Studies**. Harvard University, 1999. Disponível em www.faz.harvard.edu/~drclas/publications/PDFs/espinoza.pdf, consultado em 03/10/02. HERNANDEZ

A argumentação acima embasaria a hipótese, já sugerida anteriormente, de que a MOMEPE tenha se configurado num precedente de cooperação autônoma na região. Além disso, não seria difícil observarmos que a MOMEPE pode ter sido, também, uma oportunidade utilizada pelo Brasil para manifestar uma pretendida vocação de liderança militar na região da América do Sul, tendo em vista exatamente o desenvolvimento da capacidade de coordenação da solução regional de conflitos aludida acima, a despeito da participação do Exército dos Estados Unidos na missão.²¹ A questão da “liderança brasileira” pode ser encontrada em documentos militares e diplomáticos do nosso país. Seria o desejo de uma liderança discreta, porém efetiva.²²

Diante de tal conjuntura, volta sempre à tona a questão do poderio dos Estados Unidos sobre o restante das Américas. E a preocupação que se aloja na última instância das reflexões é sempre a seguinte: qual a margem de manobra estratégica de que dispõem os países americanos candidatos a potências regionais? Em entrevista que nos concedeu em dezembro de 2003, o general equatoriano e professor da Flacso do Equador, Oswaldo Jarín, argumenta que, embora as forças armadas dos países da América do Sul não possam evitar a hegemonia exercida pelos Estados Unidos sobre o continente, a formação de blocos nas sub-regiões é uma alternativa para a segurança coletiva. Lembra que, conforme consen-

,Daryle J. Peacekeeping and globalization in the west hemisphere: the Peru-Ecuador border conflict. **Community University Consortium for Environmental Justice**, 1999. Disponível em www.cucrej.rutgers.edu/global/hernandez.htm, acessado em 03/10/02. SPEEDY, John. Speech to graduates of the Command and General Staff course. **US Army School of the Americas**, 2000. Disponível em, www.army.mil/usamhi/usarsa/speech/cgsc_grad_speech.htm, consultado em 03/10/02.

²¹ Para o presidente Fernando Henrique Cardoso a MOMEPE teve outros objetivos, como a manutenção da estabilidade na região e o equilíbrio democrático nos países envolvidos. Porém, a vocação de liderança regional seria um aspecto da auto-imagem do Exército, embora o papel do Ministério das Relações Exteriores fosse, à época, tentar descaracterizar qualquer indício de tal intento que parecesse hostil a vizinhos brasileiros.

²² Estes documentos não demonstram o que seria tal liderança em sua natureza e funcionamento. Para efeito deste trabalho consideramos como “liderança”, entretanto, a capacidade de um país tomar iniciativas diplomáticas e militares em condições de influenciar as decisões coletivas, isto é, de serem adotadas em partes significativas da sua formulação original. Em declarações públicas o general Gleuber recorre com frequência à expressão “projeção de poder”, seja em âmbito interno ou externo. Ver páginas eletrônicas: defesa-net.web.terra.com.br/noticia/gengleuber/page2.html, www.horadopovo.com.br/2001a/abril/20-04-01/pag2d.htm, www.exercito.gov.br/05Notici/Namidia/impnot/2002/04/170402.htm, www.exercito.gov.br/05Notici/VO/171/organo.htm, consultadas em 20/10/02. Entenderemos por “projeção de poder” no âmbito externo a capacidade do Brasil influenciar militarmente as tomadas de decisões geopolíticas por parte dos integrantes da América do Sul.

so da Conferência Especial do México, a multidimensionalidade da noção de segurança exige uma representação mais equitativa dos países nas organizações internacionais, superando a antiga divisão em áreas de influência das duas maiores potências, conforme estabelecido após a Segunda Guerra Mundial. Considera necessário, segundo suas próprias palavras,

(...) un sistema internacional que integre a países con vocación cooperativa y de apoyo mutuo antes que en alianza común ante un enemigo inexistente en la post Guerra Fría. Diríamos un volver al pensamiento kantiano, de apoyo mutuo en la cobertura de las vulnerabilidades propias, menos confrontacional y más constructivo. En este nuevo horizonte de seguridad las FFAA resultan vitales no como elementos disuasivos, sino de autodefensa y de cooperación en la seguridad mutua de los países, como unico recurso para enfrentar amenazas reticulares transnacionales.²³

No caso da América do Sul, antes que na condição de retorno ao pensamento “kantiano”, como sugere o General Jarrín, tal cooperação mútua se faz necessária num momento de política realista extremamente agressiva por parte dos Estados Unidos, em que cada país se torna muito mais vulnerável agindo sozinho. Considerar os Estados Unidos como “inimigos” na acepção comum do termo pode ser um equívoco, mas em algum grau sua atual política de Estado insere-se no rol das chamadas “novas ameaças” identificadas no espaço sul-americano.

²³ General (r) Oswaldo Jarrín, em entrevista gentilmente concedida a mim, por e-mail, em dezembro de 2003.

CAPÍTULO 1

AS GUERRAS ENTRE EQUADOR E PERU

O “Protocolo do Rio” de 1942²⁴, que forneceria as bases legais para a formação da MOMEPE décadas mais tarde, fora fruto de negociações que tiveram lugar no Terceiro Encontro de Ministros de Relações Exteriores das Américas, em janeiro daquele ano. No dia 29, último do encontro, Equador e Peru assinariam a paz, sob os auspícios de Argentina, Brasil e Chile, os mais representativos poderes militares da América do Sul, além de Estados Unidos.²⁵

A guerra que culminara em tal tratado havia começado seis meses antes. Fora resultado de décadas de tensão fronteiriça, como relatado anteriormente. Além disso, o Peru, país vencedor, possuía forte motivação gerada pela derrota na Guerra do Pacífico (1879-1883), em que se unira à Bolívia contra o Chile. Ambos terminariam a guerra perdendo territórios para o Chile, a Bolívia ficando sem saída para o mar e o Peru sem uma província ao sul. A disputa com o Equador por territórios amazônicos seria uma maneira de o Peru recuperar o prestígio militar perdido no final do século XIX.²⁶

No dia 05 de julho de 1941 as forças peruanas, sob o comando do General Eloy Ureta, invadiram o sul do Equador. Foram quinze mil peruanos mobilizados na operação, contra três mil equatorianos pouco treinados e mal equipados. O exército peruano ocuparia também a província de El Oro, bem além dos territórios em disputa. O objetivo do ataque fora criar uma situação beligerante cujos termos de negociação se desenrolassem sob as condições peruanas.²⁷

²⁴ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Protocolo de Paz, Amistad y Límites**, *op. cit.*

²⁵ SCHEINA, Robert L., *op. cit.*, p. 122.

²⁶ DORATIOTO, Francisco, *op. cit.* Enciclopedia Britannica, *op. cit.*

²⁷ MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard, *op. cit.*

O Equador se encontrava, então, despreparado para guerra. A fragilidade do governo em Quito fazia com que suas melhores tropas se concentrassem na capital com o intuito de defender o presidente de um possível golpe ou insurreição. O Peru, ao contrário, já se preparava havia algum tempo. Além disso, a influência interna das forças armadas se fazia sentir pela postura belicista do General Ureta.²⁸ Este havia recebido ordens do governo central para apenas defender o território peruano contra eventual ataque por parte do Equador. Contrariado, teria ameaçado o presidente peruano Manuel Prado de marchar contra o próprio governo se não lhe fosse permitido iniciar operações em território peruano.²⁹ De acordo com as palavras do próprio General Ureta, “(os equatorianos) devem ser perseguidos em seu próprio território, para que possam ser tomadas bases de valor estratégico que facilitarão ações futuras”.³⁰

A guerra de 1941 teria fornecido as bases simbólicas sobre as quais se desenvolveriam as instituições militares tanto do Peru quanto do Equador. No Peru, a geração de oficiais de 1941 proveria as idéias de reforma na instituição que seriam instituídas nas décadas de 1950 e 1960, culminando na fundação do CAEM (Centro de Altos Estudos Militares). No Equador, o histórico de maus governos, derrotas militares e perda territorial afetaria “psique” militar, sua auto imagem e seu pensamento estratégico.³¹

Como dito anteriormente, o “Protocolo do Rio” de 1942 foi declarado nulo pelo Equador em 1961. A razão foi a descoberta, pela cartografia da Força Aérea dos Estados Unidos, atuando na região entre 1943 e 1946, de que o Rio Cenepa era muito maior do que o conhecido originalmente e que corria entre os rios Zamora e Santiago. Considerando que o Protocolo estabelecia que a fronteira deveria localizar-se na porção de território entre os rios Zamora e Santiago, as autoridades equatorianas alegaram que aquela determinação tornava-se inválida pela descoberta da continuação do Rio Cenepa. Além do que, afirmavam, naquela porção do território existia a Cordilheira de Condor, que não era mencionada

²⁸ *Idem.*

²⁹ MASTERSON, Daniel. **Militarism and politics in Latin America: Peru from Sanchez Cerro to Sendero Luminoso.** New York: Greenwood, 1991, p. 71, *apud* MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard, *op. cit.*

³⁰ URETA, Eloy G. **Apuntes sobre una campaña (1941).** Madrid: Editorial Antorcha, 1953, pp.67-69, *apud* SCHEINA, Robert L., *op. cit.*, p. 118.

³¹ Gabriel MARCELLA and Richard DOWNES, *op. cit.*

no acordo de 1942. Por solicitação dos dois países, o Brasil desempenha o papel de mediador para a divergência do setor Zamora - Santiago. Os países garantes encarregam, então, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, de encontrar uma solução para a divergência.³² São solicitados os trabalhos do Capitão-de-Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, por seus conhecimentos na demarcação da fronteira norte brasileira e trabalhos na presidência da Comissão Demarcadora da Fronteira de Peru e Bolívia. O laudo do Capitão é favorável aos ditames do Protocolo do Rio de Janeiro, com exceção de um setor localizado entre os rios Lagartococha-Güepi, cuja medição é refeita e remarcada a favor do Peru. A contestação do Equador com relação à região da Cordilheira de Condor é atendida pelo laudo do Capitão Aguiar. Os trabalhos neste setor permanecem então paralisados, pois decide-se por estudar posteriormente melhores formas de resolver a contenda. Devido a questionamentos permanentes por parte do Equador, as conversas posteriores não chegaram a se realizar a contento, até que a situação culminasse na declaração de nulidade do Protocolo, pelo Equador, em 1961.

Antes do último confronto, em 1995, ainda haveria um embate de aproximadamente três semanas em 1981.³³ Ainda de acordo com Scheina, à época o Peru mantinha superioridade bélica sobre o Equador em todos os sentidos. Na região do combate, havia significativa vantagem de poder aéreo, tanto em aviões quanto em helicópteros. Nenhum dos lados mantinha mais do que algumas centenas de soldados na área.

A fonte bibliográfica de que nos valemos neste momento informa com algum detalhe a movimentação bélica dos dois países:³⁴ em 22 de janeiro de 1981, um helicóptero peruano, sobrevoando antigos postos militares de observação abandonados pelo exército do Peru, avistou soldados hasteando a bandeira do Equador. Em seguida, realizou uma segunda passagem sobre o local e foi atacado por fogo de metralhadora. No dia seguinte, o helicóptero peruano fez um segundo vôo de reconhecimento sobre a área e foi novamente ata-

³² ARAUJO, Braz José de. Conflitos localizados no mundo contemporâneo. **NAIPPE/USP**, pp.330-331, 1999.

³³ SCHEINA, Robert L. *Op. cit.*, p. 122.

³⁴ *Idem.*

cado. De acordo com o autor, o Equador planejara ocupar e fortificar algumas bases avançadas que o exército peruano havia abandonado. Anunciaria tal ocupação como definitiva e lutaria defensivamente se atacado. Após a descoberta da ocupação equatoriana através dos vôos de reconhecimento, o Peru decidiu então reconquistar o mais rápido possível as bases perdidas para que o confronto se limitasse àquela área.

Em 28 de janeiro, os peruanos atacaram o posto ocupado conhecido como PV-22. Sessenta e oito homens aterrissaram em helicópteros a aproximadamente trezentos metros do local. Ao aproximarem-se do objetivo descobriram que eram superados numericamente pelos inimigos em duas vezes. Helicópteros peruanos MI-8 atacaram então o posto com foguetes e fogo de metralhadoras, mas foram repelidos por uma metralhadora calibre .50 e por fogo de armas leves. Os sessenta e oito homens retiraram-se sem ser percebidos. No dia 29, os peruanos lançaram uma segunda tentativa contra o posto ocupado. Por volta de cento e cinqüenta homens aterrissaram em helicópteros e espalharam-se pela praia de um rio próximo. Como o terreno os impedia de se reunir, retiraram-se. No dia seguinte um helicóptero peruano voltou a atacar o posto com foguetes e fogo de metralhadora. Um dos foguetes destruiu a metralhadora calibre .50 dos equatorianos. Soldados peruanos aterrissaram e, após um breve mas intenso combate, os soldados equatorianos retiraram-se apressadamente deixando para trás a maior parte de seu equipamento.

Em 31 de janeiro o presidente peruano Belaúnde Terry visitou o local do conflito. Logo após sua partida, duas aeronaves Jaguar equatorianas bombardearam o local, porém sem êxito. No mesmo dia, os peruanos atacaram o posto equatoriano PV-3. Seis caças Mirage, um Cessna A-37B, um Antonov e dois helicópteros MI-8 bombardearam o posto. Tropas peruanas aterrissaram de helicóptero ao sul do posto e o capturaram após breve combate. No dia seguinte, o posto de vigilância equatoriano PV-4 foi capturado da mesma forma. Duas semanas depois mais três postos avançados equatorianos foram capturados, juntamente aos povoados fronteiriços de Paquicha, Mayaycu e Macinaya.

De acordo com Scheina o Peru foi claramente o vencedor deste confronto de 1981 conhecido como “Incidente de Paquicha”. A superioridade aérea determinou que mantivesse a iniciativa. Sem suporte de helicópteros, os equatorianos foram forçados a abandonar muito de seu equipamento, cuja captura por parte dos peruanos serviu como uma eficaz

propaganda de vitória militar. As baixas fatais foram em torno de doze para cada lado, sendo mais ou menos o dobro de feridos também para cada país. Os peruanos perderam um helicóptero sob fogo antiaéreo equatoriano. Os 78 Km de fronteira não demarcada permaneceram sob polêmica.³⁵

O autor ainda informa que, após 1981, as exigências para o emprego das forças armadas peruanas foram intensificando-se. Devido a temores remanescentes da Guerra do Pacífico (1879-1883), o Peru sempre se obrigou a manter a maior parte de seu armamento pesado e aeronaves, além de trinta por cento de sua infantaria, próximos à fronteira com o Chile. Além disso, no início da década de noventa, o exército era obrigado a manter grande parte de seu melhor pessoal e de suas forças móveis nas regiões montanhosas do sul, no combate às guerrilhas de esquerda. Como se não bastasse, muito dos recursos operacionais das Forças Armadas Peruanas estavam direcionadas ao combate ao narcotráfico em vários locais pelo território. Tudo isso fez com que apenas quarenta por cento do exército e umas poucas aeronaves se concentrassem na fronteira com o Equador.

A economia peruana encontrava-se à beira do caos, com uma inflação acumulada de dois milhões por cento entre os anos de 1985 e 1990. A administração Fujimori não se encontrava em condições de enfrentar uma nova guerra fronteiriça com ninguém, apesar das acusações por parte de militares próximos ao governo de que Fujimori teria provocado a nova guerra para obter a reeleição.³⁶ O presidente seria de fato reeleito.

Por outro lado, para o Equador o Peru sempre foi a principal ameaça. Mas, tal como em 1941, parte significativa do exército equatoriano estava estacionada próxima à Quito, para lidar com eventuais problemas de segurança interna. A Força Aérea Equatoriana estava igualmente dividida entre Guayaquil, Quito e o litoral próximo à área em disputa. No que dissesse respeito ao moral das tropas, a vantagem agora era equatoriana. As Forças Armadas Peruanas enfrentavam o desgaste de quinze anos de luta contra as guerrilhas de

³⁵ *Ibidem*, p.123.

³⁶ JARA, Umberto. **Ojo por Ojo**: la verdadera historia del grupo Colina. Lima: Grupo Editorial Norma, 2003, p 205.

esquerda, utilizando, às vezes, pessoal de elite em tais missões. Os recrutas frequentemente tinham seus salários atrasados e estavam pobremente equipados e armados.³⁷

Apesar de tudo, o Peru conservava superioridade numérica generalizada. As Forças Armadas totalizavam 115.000 homens contra 57.000 equatorianos. O Peru possuía 95 aeronaves de combate contra 57 do Equador, 150 helicópteros contra 95 e 70 aeronaves de transporte contra 30. Além disso, a marinha peruana superava a do Equador pelo menos três vezes em quase todas as naves e armamentos.³⁸

Em 1995, mais uma vez a estratégia equatoriana foi estabelecer bases na região em disputa e defender as instalações. A região novamente ocupada compunha-se de localizações montanhosas do Vale do Rio Cenepa. O Peru, satisfeito com o Protocolo do Rio de 1941 e não desejando parecer o agressor, foi forçado a conceder a iniciativa aos equatorianos. Os embates anteriores haviam demonstrado que a conquista rápida de posições era muito importante pois, assim que acionados, os países garantes (Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos) exigiriam o cessar-fogo. As tropas começaram a trocar tiros em janeiro de 1995. No dia 26, helicópteros de ambos os lados começaram a atacar posições inimigas. Os equatorianos capturaram um local de pouso para helicópteros, mas foram em seguida forçados a abandonar posição. Os soldados do equador evitavam os confrontos diretos e atuavam por meio de emboscadas.³⁹

A guerra aérea se intensificava. Nos primeiros dois dias, dois caças Sukhoi peruanos foram abatidos por caças Mirage equatorianos, que partiam da base aérea de Taura, a seis minutos de vôo do local do conflito, enquanto um outro avião de caça Kfir C.2 equatoriano derrubou um avião de ataque Cessna A-37 do Peru. As três aeronaves peruanas foram abatidas por mísseis ar-ar. No dia 29, um míssil terra-ar equatoriano derrubou um helicóptero peruano Mi-8T. Aproveitando a superioridade aérea local, dois Cessna A-37-B do Equador, partindo da Base Aérea de Manta, atacaram posições peruanas no local do conflito.⁴⁰

³⁷ SCHEINA, Robert L. *Op .cit.*, p. 124.

³⁸ *Idem*, p. 124.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ *Ibid.*, p. 125.

No dia 1º de fevereiro, com uma tropa de 2500 homens, o Peru lança uma ofensiva terrestre, apoiada por tanques T-55 de fabricação soviética, em El Alto. Em torno de 1000 equatorianos resistem ao ataque utilizando-se de emboscadas e táticas de guerrilha. No dia 14 os peruanos derrubam um avião Cessna de ataque A-37 B equatoriano com um míssil terra-ar. Os peruanos capturam os postos de Cueva de los Tayos e Base Sur. As Nações Unidas tentam intermediar um cessar-fogo a partir do dia 17, mas ele não é respeitado. No dia 22 os peruanos atacam a região de Tiwinza, que se encontrava fortemente protegida por tropas do Equador. Ambos os lados se utilizam de significativo apoio aéreo. Empregando artilharia estrategicamente colocada no alto dos morros que cercam a região, os equatorianos defendem com sucesso a área de Twinza.⁴¹ Twinza não chegaria a ser tomada pelas tropas peruanas, o que de início não foi claramente informado para a sociedade peruana.⁴² Tal região seria posteriormente cedida ao Equador em regime de propriedade privada, conforme estipulado pelo acordo de paz assinado em Brasília em outubro de 1998.

Ao contrário dos embates anteriores, o Equador levou vantagem na guerra de janeiro/fevereiro de 1995. Embora a linha fronteira continuasse praticamente como sempre foi a partir do “Protocolo do Rio” de 1942, em 1995 os números indicavam a vitória militar equatoriana. A manutenção da fronteira de 1942, fato desejado pelos peruanos, e a vitória militar do Equador foram resultados que serviram para acalmar ambas as partes e, sem dúvida, contribuíram para o acordo de cessar-fogo intermediado pelos países garantes a partir de março de 1995.

Segundo Scheina, a vitória equatoriana pode ser atribuída à escolha cuidadosa dos lugares onde combater e também à melhoria alcançada nos anos precedentes com relação a tática e logística. Em torno de 5000 homens de ambos os lados se posicionaram numa área cuja dimensão atingia menos de 96 Km² de selva. Durante os dezenove dias de combate, morreram aproximadamente 100 equatorianos e 400 peruanos. O Peru também perdeu dois aviões de caça Sukhoi SU-22 de fabricação soviética, um bombardeiro Canberra, dois aviões leves de ataque Cessna A-37 B, dois helicópteros Mi-8 e um terceiro helicóptero não identificado. O Equador perdeu um avião de caça Kfir de fabricação israelense e um avião

⁴¹ *Ibid.*

⁴² JARA, *op.cit.*

leve de ataque Cessna A-37 B. A maior parte dessas perdas se deveu a fogo antiaéreo. Os custos da guerra foram estimados em aproximadamente um bilhão de dólares.⁴³

⁴³ SCHEINA, *op. cit.*, p. 125. Deve-se lembrar aqui que ambos os países responsabilizaram-se também pelos custos de implantação e operação da MOMEF, da ordem de 5 milhões de dólares por ano segundo a revista *Época* de 28 de junho de 1998.

CAPÍTULO 2

OS ACORDOS DE PAZ ENTRE EQUADOR E PERU

Apresentaremos neste capítulo a seqüência cronológica dos diversos acordos assinados entre Equador e Peru ao longo de sua disputa territorial, comentando suas características fundamentais e principais itens que colaboraram para o desenrolar das negociações diplomáticas.

No dia 29 de janeiro de 1942 foi assinado, na cidade do Rio de Janeiro, “El Protocolo do Río de Janeiro de 1942” ou “Protocolo de Paz, Amistad y Límites”.⁴⁴ Seu objetivo era encerrar a guerra que se iniciara em julho do ano anterior, quando tropas peruanas atacaram o que constava cartograficamente como território equatoriano. O documento se inicia com a declaração de que os governos de Equador e Peru aceitam a oferta dos governos de Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos para a mediação do contencioso fronteiro, com vistas a se encontrar uma solução “honrosa” para ambos os lados.

No artigo terceiro do referido Protocolo, encontra-se já a afirmação de que os países fiadores cooperarão por meio de observadores militares para “*ajustar as circunstâncias da desocupação e retirada das tropas*”.⁴⁵ À época não se formou nenhuma missão de observadores nos moldes da MOMEPE, mas o artigo terceiro já se configurava num instrumento legal que garantia tal possibilidade, que veio a se concretizar por ocasião da guerra de 1995. O artigo quinto garantia que a mediação de Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos continuaria até a demarcação definitiva da fronteira. Tal artigo manteria o vínculo dos países garantes com o conflito pelas décadas seguintes, pois não se conseguiria a demarcação completa da fronteira como previa o Protocolo.

⁴⁴ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Protocolo de Paz, Amistad y Límites**, *op. cit.*

⁴⁵ *Idem.*

O número 1 do item “b” do artigo oitavo previa a fronteira oriental como sendo a faixa de terreno entre os rios Zamora e Santiago, ou o “*divortium aquarum*” desses rios. Ocorre que os trabalhos posteriores de demarcação acusaram a descoberta da extensão do Rio Cenepa, que corria entre os dois rios citados acima. Tal descoberta, ocorrida em 1946, traria dúvidas para a continuidade do processo de demarcação, que seria então interrompido.

O Protocolo do Rio previa, em seu artigo sétimo, que qualquer dúvida com relação à execução daquele protocolo deveria ser resolvida por meio da participação dos países garantes, dentro do prazo mais breve possível. Tratava-se de mais um recurso legal previsto no documento que garantia a participação dos Estados fiadores até o alcance de uma solução definitiva. A dúvida, de fato, viria a surgir. Porém, ao que parece, ao longo de todo o desentendimento que se seguiu nas décadas posteriores, entremeado por algumas guerras, pouco se falou do que estava previsto nas últimas linhas do artigo nono, citado abaixo na íntegra:

Queda entendido que la línea anteriormente descripta, será aceptada por el Perú y el Ecuador para la fijación, por los técnicos, en el terreno, de la frontera entre los dos países. Las partes podrán, sin embargo, al procederse a su trazado sobre el terreno, **otorgarse las concesiones recíprocas que consideran convenientes a fin de ajustar la referida línea a la realidad geográfica. Dichas rectificaciones se efectuarán con la colaboración de Representantes de los Estados Unidos de América, República Argentina, Brasil y Chile.**⁴⁶

Em nenhum momento houve disposição de concessões territoriais recíprocas, sequer nos últimos instantes das negociações diplomáticas, em outubro de 1998. Na ocasião, os presidentes de Equador e Peru solicitaram, ante a evidência da impossibilidade de tais concessões, uma proposta definitiva que fosse elaborada pelos países garantes. Por meio do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, os garantes concordaram em redigir tal proposta, desde que o documento possuísse caráter mandatório, o que as partes viriam a aceitar. Se o Protocolo do Rio possuía, por meio de seu artigo oitavo, os dados geográficos precisos para a demarcação fronteira, o erro contido no número 1 do item “b” do referido

⁴⁶ *Ibid.* Grifo nosso.

artigo poderia ter sido superado com relativa facilidade, desde que observado o que diziam as últimas linhas do artigo nono. Porém, o desinteresse internacional e a assimetria de forças entre as partes não permitiriam que assim fosse, como sói acontecer nas relações internacionais.

A “Declaración de Paz de Itamaraty”, assinada em Brasília em 17 de fevereiro de 1995, foi o documento que pretendeu instaurar o cessar fogo e o processo de separação de tropas para o início das negociações diplomáticas.⁴⁷ Na prática uma tarefa difícil, já que as tropas encontravam-se muito próximas no interior da selva e mesmo a movimentação de retirada poderia provocar encontros indesejáveis e potencialmente fatais entre os soldados de ambos os países.

O item 2 da referida declaração previa a imediata e simultânea separação de todas as tropas, estabelecendo inclusive as coordenadas cartográficas das respectivas localizações para onde as tropas deveriam se dirigir, com prioridade para aquelas que estavam em contato direto.

O item 3 previa que a Missão de Observadores dos países garantes proporia aos governos de Equador e Peru o estabelecimento de uma zona desmilitarizada, cuja implantação se daria sob a fiscalização da própria Missão. O item 5 abordava a necessidade de desmobilização gradual nas regiões fronteiriças não envolvidas diretamente nos combates, com o retorno das unidades militares às suas guarnições e bases.

Toda essa atividade de desmobilização requerida na “Declaração do Itamaraty” se daria sob a supervisão e fiscalização da Missão dos Observadores Militares dos países garantes, como já previsto no item 1 do documento. Tal item estabelecia que as partes aceitariam a oferta dos países garantes de enviar uma Missão de Observadores, cujo objetivo seria “*velar pela estrita aplicação dos compromissos assumidos nos itens 2, 3 e 5 do presente acordo*”.⁴⁸ A “Declaração de Paz do Itamaraty” é o documento que instituiu oficialmente o processo de criação da MOMEPE, que já estaria no território em litígio um mês após a assi-

⁴⁷ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Declaración de Paz de Itamaraty entre Ecuador y Perú de 17 fev. 1995.** Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cb4e.htm>, acessado em 16/02/05.

⁴⁸ *Idem.*

natura do acordo. Colocava-se na prática um recurso já previsto no Protocolo de 1942, como visto anteriormente.

Ainda no item 1 da “Declaração de Paz do Itamaraty” previa-se que as partes em confronto tomariam todas as providências necessárias para o adequado apoio e o fornecimento das facilidades requeridas para o trabalho dos integrantes da Missão, bem como para sua integridade física. Importante lembrar aqui que os custos da MOMEPE foram assumidos por Equador e Peru. Estabelecia ainda o item 1 que o prazo da Missão seria inicialmente de noventa dias, podendo ser estendido caso necessário. De fato, a Missão se encerraria mais de quatro anos depois.

A “Declaração de Paz o Itamaraty” previa ainda, em seu sexto e último item, o início das conversações entre as partes tão logo se cumprissem as determinações de desmobilização presentes nos itens anteriores. Tais conversações iniciar-se-iam oficialmente um ano depois, em Quito, com a assinatura, pelas partes e pelos países fiadores, de um documento que previa os procedimentos para a troca, entre Equador e Peru, de listas de impasses subsistentes. Tal documento continha ainda um acordo sobre a formação de um grupo de trabalho, entre as partes, para o estabelecimento de medidas de confiança mútua.⁴⁹

O processo ocorreria da seguinte forma: as partes entregariam, na data de assinatura do acordo, 23 de fevereiro de 1996, em Quito, as respectivas listas de “impasses subsistentes” aos representantes dos países garantes. Estes manteriam sigilo sobre as reivindicações das partes até que a MOMEPE informasse oficialmente às instâncias diplomáticas o correto cumprimento das determinações de desmobilização militar contidas na “Declaração de Paz do Itamaraty”. Uma vez recebida tal informação por parte da Missão de Observadores Militares, os representantes diplomáticos dos países garantes entregariam as listas de impasses subsistentes aos chanceleres das respectivas contrapartes ou a seus representantes, cerimônia que ocorreria em Brasília, em data a ser definida. O mesmo acordo também previa a formação de um grupo de trabalho a ser formado por funcionários da área de defesa de ambos os países, com o objetivo de elaborar mecanismos bilaterais de confiança mútua. O

⁴⁹ ECUADOR. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Soberania Territorial**, 23/02/96. Disponível em http://www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/pol_internacional/bilateral/sob_territorial_peru_acuerdos_quito.htm, acessado em 10/03/05.

grupo de trabalho reunir-se-ia em Quito num prazo de sessenta dias, com o intuito de estabelecer uma agenda de trabalho.⁵⁰

O espaço de um ano decorrido entre a “Declaração do Itamaraty” e as primeiras trocas de reivindicações pelas partes por meio dos canais diplomáticos mostra a dificuldade enfrentada pelos países fiadores na tentativa de consolidar um ambiente pacificado para o adequado início e prosseguimento das negociações territoriais. Após o estabelecimento da Zona Desmilitarizada, ainda no início dos trabalhos da MOMEPE, em setembro de 1995 foi necessária a criação da chamada Zona Alfa, ao norte da Zona Desmilitarizada, em que as partes poderiam manter seus postos militares, desde que seus efetivos e armamentos fossem controlados pela Missão e permanecessem aquartelados. Em julho de 1998, antes da assinatura do acordo definitivo que ocorreria em outubro na cidade de Brasília, uma terceira área cuja fiscalização ficaria a cargo da MOMEPE seria criada, a Zona de Controle.

Em 19 de junho de 1996, representantes das partes e dos países garantes assinavam novo documento, desta vez na cidade de Buenos Aires, que marcava a continuidade das negociações.⁵¹ O artigo primeiro do referido documento determinava que as conversações seguintes ocorreriam em Brasília. Para isso, contava-se com a aprovação do governo brasileiro. Este era um momento importante do processo de paz, em que Brasília sedimentava sua centralidade em tal processo. O documento também estipulava, em seu artigo terceiro, que os países garantes manteriam participação ativa e autônoma nas negociações. O artigo quinto estabelecia que as conversações, a ser realizadas em Brasília, abordariam os “impasses subsistentes” então já trocados pelas partes em 06 de março de 1996, em Brasília, como determinava o documento anterior, de fevereiro de 1996. Ou seja, após a troca de documentos contendo as reivindicações de cada uma das partes, em março, realizar-se-ia a reunião em Buenos Aires de cujo documento falamos neste momento. Tal reunião em Buenos Aires não serviria para o início das negociações dos impasses, mas para estabelecer que tal início ocorreria em Brasília, em data ainda a ser marcada. Antes disso, como previa o artigo dé-

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ ECUADOR. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Soberania Territorial**, 16/06/96. Disponível em http://www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/pol_internacional/bilateral/sob_territorial_peru_acuerdos_quito.htm, acessado em 10/03/05.

cimo do referido documento, haveria ainda uma reunião em Santiago, no Chile, para concluir a definição dos procedimentos a ser seguidos nas conversações de Brasília. Tal cuidado nas negociações, que transparecia na lentidão do processo, mostrava algo do empenho dos países garantes em se chegar a uma solução definitiva para a disputa. Ao mesmo tempo, esse cuidado era necessário devido à pouca disposição das partes em conflito de realizar concessões. A todo tempo, Equador e Peru procuravam registrar em tais documentos diplomáticos que qualquer decisão ou recomendação dos países garantes estaria necessariamente sujeita à aceitação pelas partes. É o que prevê, por exemplo, o item “d” do sexto artigo deste acordo de Buenos Aires: “d) la aceptación o no de las propuestas que hagan los Garantes, quedará a la decisión de las Partes”.⁵²

Somente em outubro de 1998 é que ambos os países dispõem-se a aceitar, incondicionalmente, uma solução definitiva proposta pelos países garantes. Como veremos adiante neste trabalho, em carta ao presidente Cardoso os presidentes de Equador e Peru reconhecem o impasse insuperável com relação à demarcação territorial, após terem sido acordados pontos relativos a outros assuntos, como tratados de comércio e medidas de confiança mútua. Na mesma carta, solicitam ao presidente Cardoso que os países garantes proponham uma solução. Tal pedido se baseava no artigo sétimo do “Protocolo de 1942”, que previa que qualquer dúvida ou desacordo nas negociações seriam resolvidos pelas partes com a participação dos países garantes. Após Equador e Peru aceitarem a condição imposta pelos países fiadores, de que tal proposta teria caráter mandatório e não poderia ser recusada por nenhuma das partes, recebem a “Carta a los Presidentes de Ecuador y Perú”, datada de 23 de outubro de 1998.⁵³ Nesta carta constavam as principais providências que pretendiam encerrar o conflito definitivamente, como a área de 1Km quadrado cedida pelo Peru ao Equador e a criação de parques ecológicos vizinhos ao longo do trecho de fronteira em disputa. Tais medidas serão descritas com mais detalhes adiante neste trabalho.

O episódio do impasse que dera origem à “Carta a los Presidentes de Ecuador y Perú” mostra a importância adquirida pelos países garantes no processo, a ponto de decidirem

⁵² *Idem*

⁵³ UNIVERSIDAD SAN FRANCISCO DE QUITO. **Carta a los presidentes de Ecuador y Perú..** Disponível em <http://www.usfq.edu.ec/IPARQUE/carta.html>, acessado em 07/04/05.

os estatutos finais da paz a ser instituída. Os presidentes de Equador e Peru, com a aprovação de seus respectivos Congressos Nacionais, concordaram em apenas obedecer as soluções propostas pelos países fiadores, que se referiam justamente à questão que se arrastou por todos os anos de negociação desde o cessar-fogo de 1995, qual seja a demarcação definitiva do trecho de fronteira em disputa. Tratava-se de questão de integridade territorial, de mais forte apelo simbólico do que qualquer acordo comercial bilateral ou de adoção de medidas de confiança mútua. A importância da cooperação regional, nesse caso, adquire grande dimensão, tendo em vista a autoridade de que Equador e Peru investiram os países garantes, diante da impossibilidade do acordo. Tal ato, em si, demonstra que seria possível chegar a um alto grau de confiança entre parceiros regionais e reforça a convicção no que viria a ser uma espécie de multilateralismo regional.⁵⁴

O “Acordo Global e Definitivo de Paz”, assinado em Brasília no dia 26 de outubro de 1998, pretende considerar encerradas todas as pendências entre os dois Estados. Ficou decidido que o Peru cederia ao Equador, como propriedade privada, uma área de 1Km² conhecida como Tiwinza, localizada no interior de seu território, distante dezenas de quilômetros da fronteira com o Equador. Este teria acesso a Tiwinza por uma estrada de cinco metros de largura, desenhada no percurso mais curto possível. Como tal área fora cedida ao Equador em regime de propriedade privada, permaneceria sob soberania peruana. Tiwinza é justamente a localidade onde se iniciaram os embates de 1995. A transferência de propriedade seria feita mediante escritura pública, a título gratuito, e a área não poderia estar sujeita a confisco pelo Peru. O governo do Equador não poderia manter efetivos policiais nem militares na área em questão. De cada lado da fronteira, na região palco do conflito, cada país constituiria em seu território uma Zona de Proteção Ecológica: do lado peruano, com 54,4 Km²; do lado equatoriano, com 25,4 Km². Os membros das comunidades nativas poderiam transitar livremente pelas duas zonas ecológicas, cuja segurança seria feita exclusi-

⁵⁴ Como a expressão sugere, definimos por “multilateralismo regional” as relações recíprocas e freqüentes entre países pertencentes a uma mesma região identificada física, cultural e economicamente, com ou sem a presença de um organismo supranacional que os coordene.

vamente por guardas de parques, cujo número não poderia exceder a cinquenta de cada lado. A região de Tiwinza localizar-se-ia no centro da zona ecológica peruana.⁵⁵

No mesmo dia da assinatura do acordo de paz foram aprovados mais seis acordos bilaterais pelos presidentes de Equador, Peru, Argentina, Brasil, Chile e pelo emissário do Presidente dos Estados Unidos. Tais acordos versavam principalmente sobre a livre navegação nos rios da região (uma das exigências históricas do Equador é o livre acesso ao rio Marañón, que deságua no Amazonas), o desenvolvimento infra-estrutural e econômico da região fronteiriça através de negociações bilaterais e a instituição de comissão bilateral para adoção de medidas de confiança mútua e segurança entre Equador e Peru. Entre os objetivos desta comissão estariam o estabelecimento da cooperação entre as Forças Armadas dos dois países e de maior aproximação de suas economias.⁵⁶

No acordo de 1998 quase nada mudou comparando-se com o que já se havia estipulado em janeiro de 1942. No artigo sexto do “Protocolo do Rio” de 1942 pode-se ler que

El Ecuador gozará para la navegación en el Amazonas y sus afluentes septentrionales de las mismas concesiones de que gozan el Brasil y Colombia, más aquellas que fueran contenidas en un Tratado de Comercio y Navegación destinado a facilitar la navegación libre y gratuita en los referidos rios.⁵⁷

Com relação a demarcação de fronteira, o artigo oitavo determina técnica e cartograficamente a linha fronteiriça que se pretende definitiva entre os dois países, exatamente a que permanece até hoje, inclusive a pequena área de floresta peruana reivindicada pelo Equador até 1995. O artigo nono diz que

⁵⁵ BRAGA, Isabel. “Peru e Equador encerram 57 anos de disputa.” *O Estado de S. Paulo*, 27 out. 1998. Base de Datos Ser en el 2000. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e4fc.htm>, acessado em 16/02/05. **Carta a Los Presidentes de Ecuador y Perú**, *op. cit.*

⁵⁶ BIATO, Marcel. O Processo de Paz Peru-Ecuador. **Parcerias Estratégicas**, nº 06, pp. 241-247, março 1999.

⁵⁷ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Protocolo de Paz, Amistad y Límites**, *op. cit.*

Queda entendido que la línea anteriormente descripta, será aceptada por el Perú y el Ecuador para la fijación, por los técnicos, en el terreno, de la frontera entre los dos países. Las partes podrán, sin embargo, al procederse a su trazado sobre el terreno, otorgarse las concesiones recíprocas que consideren convenientes a fin de ajustar la referida línea a la realidad geográfica. Dichas rectificaciones se efectuarán con la colaboración de Representantes de los Estados Unidos de América, República Argentina, Brasil y Chile. Los Gobiernos del Perú y del Ecuador someterán el presente Protocolo a sus respectivos Congresos, debiendo obtenerse la aprobación correspondiente en un plazo no mayor de treinta días(...).⁵⁸

A principal mudança fronteira ocorreu de fato no confronto que durou de julho a setembro de 1941, como se lê em Scheina.⁵⁹ Demonstra este autor que, diante de um exército melhor preparado e bem mais equipado que o seu, o Equador perdeu para o Peru um território equivalente à sua dimensão atual e que tangenciava parte do leito dos rios Marañon e Amazonas, território que jamais recuperou. O Equador perdia, assim, o acesso soberano ao rio Amazonas. Na época, a situação internacional permitia supor que os Estados Unidos iriam se esforçar para resolver o mais breve possível, por meios diplomáticos, qualquer conflito nas Américas. Com o avanço das tropas alemãs na Europa e do Japão na Ásia, os Estados Unidos já se armavam preparando-se para a guerra mesmo antes de Pearl Harbour. Nessas circunstâncias, um confronto entre “vizinhos” seria fator de desvio de atenção por parte dos norte-americanos e, por isso, muito pouco bem-vindo. De acordo com o autor, os dirigentes peruanos se aperceberam da situação de forma perspicaz e concluíram que seria a melhor oportunidade para um ataque decisivo, ocupando o território em disputa, tomando também terras não disputadas para servirem de objeto de negociação e aguardando a pressão de Washington para que as coisas se resolvessem.⁶⁰ Foi em tal contexto que autoridades equatorianas viram-se forçadas a assinar o “Protocolo do Rio” de janeiro de 1942, de cujo conteúdo apresentamos alguns artigos acima.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ SCHEINA Robert L., *op. cit.*, p. 118.

⁶⁰ *Idem.*

Ainda no dia 26 de outubro de 1998, como parte do acordo final, as partes e os países garantes assinavam a “Acta Presidencial de Brasília”, documento que firmava a paz e resumia todos os acordos comerciais, de confiança mútua e de parceria econômica assinados entre os governos equatoriano e peruano.⁶¹ O item cinco da referida ata continha o reconhecimento e agradecimento de Equador e Peru à participação decisiva dos países garantes, “exortando-os” a permanecer nesta condição até a conclusão da demarcação fronteiriça, que ocorreria em meados do ano seguinte, com a participação da MOMEPE.

Como visto acima, há que se reconhecer o contexto histórico desfavorável sob o qual Quito assinara o “Protocolo de 1942”. É de se admirar que tal histórico de perda territorial não tenha se transformado em obstáculo simplesmente intransponível para se alcançar a paz. Neste sentido, é louvável a habilidade dos representantes diplomáticos dos países garantes na criação de uma área equatoriana de 1Km quadrado em território reconhecidamente peruano, mais acesso livre a tal área a partir de uma estrada que a ligasse ao território equatoriano. A criação de parques ecológicos de cada lado da fronteira, ao proibir a movimentação de efetivos militares em tal área, diminui bastante as chances de ocorrência de novas escaramuças entre patrulhas dos dois exércitos. Além disso, o Tratado de Comércio e Navegação fornece ao Equador o almejado livre acesso ao Rio Amazonas, o que dá ao país virtual acesso ao Oceano Atlântico. Por fim, é de se esperar que novos condicionantes internos ou externos não venham a despertar novamente a animosidade entre os dois vizinhos, a tanto custo aplacada pela diplomacia regional.

⁶¹ ECUADOR. Ministério de Relaciones Exteriores. **Acta de Brasília de 26 de octubre de 1998**. Disponível em <http://www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/tratados/FIRMA%20DE%20PAZ%20ENTRE%20ECUADOR%20Y%20PERU.doc>, acessado em 20/02/05.

CAPÍTULO 3

A GUERRA DE 1995 E A EXPERIÊNCIA DIPLOMÁTICO-MILITAR DA MOMEP

Neste capítulo abordaremos o período de negociações que culminaria em um cessar-fogo estável entre as tropas de Equador e Peru e a instituição de uma missão de observadores militares, a MOMEP. Além disso, apresentaremos a maneira como estava estruturada aquela Missão, bem como seu funcionamento em termos gerais. Em seguida, encontra-se uma análise sobre os pontos de vista do Exército Brasileiro e do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a MOMEP, além de comentários sobre as análises de alguns acadêmicos que acompanharam a questão. Fecha o capítulo breve apresentação e comentário das entrevistas do General Oswaldo Jarrín, que participou das negociações como um dos primeiros oficiais de ligação do Equador, e do General Francisco Roberto de Albuquerque, atual Comandante do Exército Brasileiro e um dos coordenadores-gerais da Missão.

3.1 As tentativas de se alcançar o cessar-fogo e a formação da MOMEP

Acompanhado pela imprensa, o processo de negociação para a intervenção dos países garantes mostra-se com várias dificuldades e percalços, até o momento em que ocorre a advertência de que o caso poderia ser levado à competência da OEA.

No início dos combates, o então presidente peruano Alberto Fujimori havia recusado a eventual intervenção da OEA (Organização dos Estados Americanos), alegando que tal função caberia exclusivamente aos quatro países signatários do Protocolo do Rio de Janeiro.⁶² Estes já se encontravam, então, em gestões permanentes no intuito de encontrar

⁶² “CONFLITO entre Equador e Peru se estende por toda a fronteira.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jan 1995. O Mundo, p.47.

uma solução para o conflito. Na ocasião, solicitaram aos dois lados a suspensão das operações militares na zona fronteira.

No início de fevereiro de 1995, delegações diplomáticas de Peru e Equador trabalharam juntas com os vice-chanceleres dos quatro países fiadores na tentativa da confecção de um acordo preliminar. Após três dias de negociações, uma primeira versão do acordo foi enviada às capitais Quito e Lima.⁶³

À época, havia vários pontos em desacordo. Os problemas começaram já na discussão da área a ser desmilitarizada. Nem Equador nem Peru queriam recuar tropas em seu próprio território, ou no que diziam sê-lo. Uma proposta de desmilitarização apresentada por Fujimori havia sido recusada pelo governo em Quito, sob a alegação de que “*ela equivaleria, na prática, a um avanço na parte peruana*”.⁶⁴

No dia 03 de fevereiro o então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso deu novo impulso às negociações, aparentemente tentando deixar claro o protagonismo do Brasil no caso, ao mesmo tempo em que o governo dos Estados Unidos solicitava que Peru e Equador assinassem um cessar-fogo imediato. Fernando Henrique telefonara para os presidentes Sixto Durán-Ballén, do Equador, e o peruano Alberto Fujimori, fazendo-lhes um apelo para que buscassem a conciliação. Em resposta, ambos teriam manifestado “*vontade política de fazê-lo*”.⁶⁵

A despeito dos esforços feitos até então pelas delegações diplomáticas dos países garantes, no dia 05 de fevereiro Alberto Fujimori anunciava nova ofensiva das tropas peruanas. O alvo seria o posto de Tiwinza, supostamente em território peruano e tomado por soldados equatorianos.⁶⁶ Aproximadamente três mil soldados peruanos participariam da operação. Autoridades militares em Quito responderam que o posto estava bem guarnecido e que estariam esperando pelo ataque. Tratava-se também de guerra de desinformação a respeito de um dos mais importantes postos fronteiriços na região.

⁶³ “FH faz apelo à paz entre Peru e Equador.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 fev. 1995. O Mundo, p.21.

⁶⁴ *Idem*, divulgando trecho de nota oficial em Quito.

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ “FUJIMORI vai ao ‘front’ e anuncia ofensiva.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 fev. 1995. O Mundo, p. 13.

Na mesma semana, Sixto Durán-Ballén empreendera viagem de surpresa a três dos países garantes, Brasil, Argentina e Chile, na tentativa unilateral de angariar apoio diplomático para as reivindicações do Equador no conflito. Viajara também a Cunamá, cidade venezuelana onde se realizava conferência de presidentes de países andinos, com o objetivo de explicar-lhes a posição do Equador na guerra. Fujimori cancelara sua participação na conferência no último momento.⁶⁷ Tal comportamento do presidente equatoriano pode ser visto como tendo algo de encenação para, eventualmente, melhorar sua imagem interna para a população equatoriana. Os esforços dos países garantes nesse momento davam-se justamente no sentido de se obter um cessar-fogo eficaz, estando fora de cogitação o endosso das reivindicações de qualquer uma das partes, algo que só serviria para acirrar ainda mais as hostilidades.

Na manhã do dia 4 de fevereiro de 1995 encerrava-se no Palácio Itamaraty, no Rio, uma maratona de seis dias de negociações, após 22 horas de reunião entre as delegações diplomáticas dos países em guerra e os representantes dos países garantes. Saíram sem nenhum acordo acertado. Pouco antes do término da rodada, o vice-chanceler do Equador, Marcelo Fernández de Córdoba, teria afirmado: “*Enquanto a paz é negociada no Rio, a artilharia e aviões peruanos atacam destacamentos do Equador na fronteira*”.⁶⁸

De acordo com as declarações do assessor de imprensa do Itamaraty, Antônio Simões, a idéia do envio de uma missão de observadores fora discutida, mas na ocasião não se chegara a nenhuma decisão. Ainda de acordo com ele, os países fiadores continuariam os esforços na direção de um acordo definitivo.⁶⁹

Em 5 de fevereiro o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Sebastião do Rego Barros, anunciava o fim das negociações nesta rodada. O acordo preparado pelos países garantes havia sido aprovado apenas pelo Peru. O Equador pedia mais tempo para análise. Os pontos constantes no acordo aprovado apenas pelo governo de Lima eram: cessar-fogo imediato; desmobilização de forças (fim do avanço das tropas); desmilitarização da zona de

⁶⁷ “DURÁN-Ballén viaja ao Brasil, Argentina e Chile.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 fev. 1995. *O Mundo*, p. 13.

⁶⁸ “PERU e Equador trocam farpas no Rio.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 fev. 1995. *O Mundo*, p.15.

⁶⁹ *Idem*.

enfrentamentos (retirada de material bélico e soldados); envio de uma missão de observadores dos países fiadores à área de enfrentamentos; novas negociações para solução de pontos pendentes.⁷⁰

A reivindicação equatoriana era a revisão das fronteiras demarcadas pelo Protocolo do Rio, firmado em 1942. O Peru desejava a manutenção do documento de 1942. Embora o Equador tenha resistido a esse primeiro projeto de acordo, este, em seu quarto ponto, como visto acima, previa justamente a “solução de pontos pendentes”. Poderia, evidentemente, não ser uma solução como Quito desejasse, mas não se tratava somente de uma retirada das forças e nada mais. Fatos como esse poderiam colaborar para que os representantes dos países fiadores adquirissem, discretamente, a sensação de que o Equador estivesse dificultando as coisas deliberadamente. Obviamente, fora o Peru que tinha invadido o Equador em julho de 1941 e tomado praticamente a metade do território equatoriano, mas a base das negociações da década de noventa era o documento assinado em janeiro de 1942. Este era o precedente diplomático que estabelecera tanto a demarcação da fronteira atual quanto a mediação dos países fiadores em questão. Após meio século, estaria absolutamente fora de questão para os países garantes tentar viabilizar qualquer processo de devolução ao Equador dos territórios perdidos em 1941. Isso causaria, sem dúvida, um gravíssimo enfrentamento entre os dois países, algo que provavelmente tomaria as proporções de uma guerra total. Nem os Estados Unidos, auto-considerados responsáveis pela ordem americana, nem o Brasil, com supostos intuítos de consolidar liderança geopolítica na América do Sul, estariam dispostos a enfrentar tal convulsão.

A primeira quinzena de fevereiro avançava e as negociações patinavam. No dia 7 de fevereiro o Peru rechaçaria a contraproposta equatoriana ao projeto de acordo original, elaborado dias antes no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.⁷¹ Lima considerara impraticável a proposta equatoriana. De acordo com o vice-chanceler peruano, Eduardo Ponce, os termos apresentados por Quito seriam inaceitáveis: “*As emendas apresentadas pelo Equador ao documento que elaboramos no Rio são impraticáveis. Elas supõem o contrário do esta-*

⁷⁰ “NEGOCIAÇÕES para paz entre Peru e Equador fracassam no Rio.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 fev. 1995. *O Mundo*, p. 13.

⁷¹ “PERU rejeita contraproposta do Equador.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 fev. 1995. *O Mundo*, p. 19.

belecido no Rio e sugerem a manutenção das tropas, além da presença civil e política do Equador em território peruano”.⁷²

A localização das tropas naquele momento, se território peruano ou equatoriano, era justamente o que menos se sabia. Porém, a contraproposta do Equador previa, de fato, a não retirada de suas tropas enquanto se desenrolasse a tentativa de resolver a disputa em foros diplomáticos. Enquanto o Peru rejeitava a contraproposta equatoriana, as tropas de ambos os lados não apenas permaneciam no local de combate, como combatiam efetivamente. Na madrugada do dia 7 de fevereiro vários soldados de ambos os países morreram em combate.⁷³ Seguia-se a batalha de contra-informação sobre quem tinha levado vantagem.

É necessário lembrar-se que no início de 1995 o presidente peruano Alberto Fujimori já possuía intenções de obter a reeleição no pleito que se realizaria em 9 de abril. Veteranos da guerra de 1941 faziam manifestações de apoio a Fujimori. Este pretendia usar o pretexto do “orgulho nacional” nas eleições, somado ao fato de, anos antes, ter quebrado a espinha dorsal do grupo terrorista Sendero Luminoso, por meio da captura de seu líder, Abimael Guzmán.⁷⁴ Mas não apenas no Peru a guerra era usada politicamente. O presidente Sixto Durán-Ballén enfrentava um momento politicamente instável em seu país quando a guerra começou. Aparentemente, conseguira unir a opinião pública em torno da guerra com o Peru, obtendo algum apoio popular.

No bojo da campanha para sua reeleição, Fujimori não declararia guerra ao Equador. Com tal postura, pretendia passar a mensagem, tanto à opinião pública quanto à comunidade internacional, de que seria com muito pesar que o Peru se via obrigado a se defender das agressões equatorianas. De acordo com o então Ministro da Justiça peruano, Fernando Vega Santa-Gadea, “o presidente Alberto Fujimori não tem interesse em aumentar a popularidade sacrificando soldados peruanos”⁷⁵. Ainda segundo o ministro peruano, tratava-se de um “simples conflito” e não uma guerra, algo que não deveria se alastrar. Essa posição de Lima tinha também propósito orçamentário. Não declarando guerra oficialmente, o Peru

⁷² *Idem.*

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ JARA, Umberto, *op. cit.*

⁷⁵ BERLINCK, Déborah. “Ministro diz que não se chegará a guerra.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 fev. 1995. O Mundo, p. 19.

não se obrigava, diante de sua população, a uma guerra total contra o Equador. O mesmo valia para o Equador. Nenhum deles poderia suportar os custos de uma guerra total, além do fato de que isso causaria o efeito inverso ao que até então tinha causado na popularidade de ambos os presidentes.

Embora a proposta original do acordo não tivesse sido ainda aprovada pelo Equador, a idéia de se enviar observadores militares à região não tinha sido descartada. Ao contrário, o Brasil permanecia de sobreaviso com relação ao envio de uma missão. Foi o que declarou à imprensa o então Ministro do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), General Benedito Leonel, no dia 7 de fevereiro. O ministro expressava preocupação diplomática com o que acontecia: “*Estou muito atento ao problema entre o Peru e o Equador. Para nós, brasileiros, é muito triste assistir a esse conflito, porque temos amigos nos dois lados*”.⁷⁶ A MOMEF permaneceria em gestação enquanto um acordo provisório não fosse acertado por ambas as partes e um cessar-fogo eficaz não fosse obtido.

No dia 9 de fevereiro de 1995 o Brasil anunciava a suspensão da venda de armas para Peru e Equador.⁷⁷ Devido a se encontrar na condição de um dos mediadores, a impressão é de que tal anúncio demorara para sair. A motivação pode ter sido, porém, uma denúncia relacionada ao Chile, quatro dias antes. O jornal peruano “La Republica” teria acusado o Chile de vender armas para o Equador ao mesmo tempo em que tentava buscar a paz no âmbito diplomático.⁷⁸ Segundo o jornal peruano, dois aviões equatorianos teriam sido vistos na base militar chilena de Iquique, recolhendo armamentos supostamente comprados daquele país. No vôo de volta ao Equador, os aviões teriam ainda parado para abastecer em Rio Branco, no Acre.⁷⁹

Dias antes da denúncia do jornal “La Republica”, o jornal argentino “Ambito Financiero” apresentava suspeitas de uma possível ligação de Pinochet com o exército equatoria-

⁷⁶ BERLINCK, Déborah. “Brasil pode enviar observadores militares.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 fev. 1995. O Mundo, p. 19.

⁷⁷ “BRASIL suspende venda de armas para Peru e Equador.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1995. O Mundo, p. 15.

⁷⁸ “CHILE é acusado de vender armas.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 fev. 1995. O Mundo, p. 15.

⁷⁹ *Idem*.

no.⁸⁰ A publicação atribuía as informações a fontes de serviços secretos militares. O autor lembra ainda os vínculos estreitos entre os exércitos chileno e equatoriano, formados por anos de assessoria militar por parte do Chile ao Equador. De acordo com a matéria, em meados da década de cinquenta Pinochet estivera em missão oficial no Equador, para dar instruções de Geografia aos militares equatorianos. Pinochet teria inclusive ajudado a elaborar manuais incorporados ao ensino militar do Equador. Durante sua estadia nesse país, o futuro ditador chileno teria aproveitado para iniciar estudos de Direito. Ainda segundo a publicação argentina, os dois filhos mais novos de Pinochet teriam nascido no Equador, enquanto o pai cumpria aquela missão.

É importante lembrar que Chile e Peru também possuem um histórico contencioso fronteiriço. Trata-se do episódio da Guerra do Salitre (ou do Pacífico) em 1879, em que o Chile foi à guerra contra Bolívia e Peru pelo controle da região do deserto de Atacama rica em nitratos, material usado na fabricação de pólvora e fertilizantes. O Peru se rendeu em 1883 e a Bolívia em 1884, encerrando a guerra. Ambos perderam território para o Chile. O Peru perdeu as províncias de Tacna e Arica, no sul do país, e a Bolívia ficou sem saída para o litoral.⁸¹ Ainda hoje é possível acompanhar na imprensa boliviana reivindicações a respeito da faixa litorânea perdida para o Chile no final do século XIX.⁸²

Denúncias como a feita pelo jornal peruano “La Republica”, no caso da suposta compra de armamentos do Chile pelo Equador, eram susceptibilidades que os países fiadores precisavam evitar ou contornar. Por conta de rivalidades históricas referentes ao período de formação e consolidação dos Estados nacionais na América do Sul, a MOMEF poderia ver seus intuítos consideravelmente protelados. Basta lembrar, por exemplo, que Chile e Argentina, dois integrantes da missão, tiveram pendências fronteiriças por décadas, a última delas sendo resolvida apenas em 1992.⁸³

⁸⁰ SALAZAR, Manuel. “¿La mano de pinochet tras el ejército ecuatoriano?” *Ambito Financiero*, Buenos Aires 01 fev. 1995. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000c38b.htm>, acessado em 14/02/05.

⁸¹ DORATIOTO, Francisco, *op. cit.*, pp. 64-68.

⁸² KRIWICKY, Ariel. “¿ Hasta cuándo Chile negará reclamo boliviano?.” *El Diario*, La Paz, 13 nov. 2004. Disponível em http://eldiario.net/noticias/nt041113/1_02opn.html, acessado em 02/02/05.

⁸³ DORATIOTO, Francisco, *op. cit.*, pp. 90-92.

Os problemas para que o cessar-fogo fosse levado a efeito continuavam. Em 10 de fevereiro Lima rejeitava uma proposta de cessar-fogo feita pelo Equador. Segundo Quito, a intenção era recolher e identificar os mortos. Fujimori alegara que a proposta equatoriana seria uma manobra para obter vantagens diplomáticas e estratégicas.⁸⁴

No dia 14 de fevereiro finalmente Equador e Peru assumem o cessar-fogo. Fora decretado por Lima na noite do dia 13 e aceito em seguida por Quito. O governo equatoriano aceitou o cessar-fogo afirmando que se tratava da mesma proposta feita pelo presidente Ballén no dia 31 de janeiro e recusada por Fujimori.⁸⁵

Foi um acordo baseado em afirmações contraditórias das partes. Em Lima, Fujimori justificava a declaração unilateral de cessar-fogo porque as tropas equatorianas teriam sido supostamente expulsas do território peruano. Em Quito, o porta-voz do presidente Sixto Durán-Ballén afirmava que as tropas de seu país continuavam em seus postos e convidava a imprensa internacional para comprovar.⁸⁶ A situação das tropas na fronteira encontrava-se, portanto, indefinida. Desta vez, porém, havia intenções mútuas de suspender as hostilidades.

Em Brasília, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou pessoalmente à imprensa o acordo entre Lima e Quito.⁸⁷ Sublinhou suas conversas e apelos aos presidentes de ambos os países, sugerindo uma possível liderança brasileira durante as negociações. O então Ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, tocou no assunto dos observadores militares após a fala do presidente. Disse que, após a separação das forças na área em conflito, o cessar-fogo acordado seria supervisionado por uma equipe de observadores militares.⁸⁸ Neste momento, a MOMEPE começava a ganhar alguma concretude. Sem que se conseguissem declarações oficiais de Peru e Equador aceitando o cessar-fogo não se pode-

⁸⁴ “FUJIMORI rejeita trégua proposta pelo Equador.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1995. *O Mundo*, p. 22.

⁸⁵ “SITUAÇÃO militar na fronteira é confusa.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1995. *O Mundo*, p. 20.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ “FH anuncia paz entre Peru e Equador.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1995. *O Mundo*, p. 20.

⁸⁸ *Idem*.

ria pensar com entusiasmo no envio de qualquer missão para a região, a não ser uma missão de força, o que ainda não havia sido cogitado. De qualquer maneira, pelo menos no âmbito da América Latina, não há legitimidade possível para uma missão de força sem os auspícios da ONU ou da OEA, entidades que se mantinham, até o momento, distantes das negociações.

Já no dia 15 de fevereiro os representantes dos países garantes iniciaram as conversações com Peru e Equador para a assinatura de um acordo sobre o envio de uma missão diplomático-militar à região dos combates.⁸⁹ Segundo o então Secretário-Geral do Itamaraty, Sebastião do Rego Barros, o objetivo da missão seria assegurar que o cessar-fogo não fosse rompido.⁹⁰

Os problemas na fronteira permaneciam, apesar do anúncio de cessar-fogo. No mesmo dia 15 de fevereiro, em que se negociara o envio de observadores, o alto comando militar peruano acusou o Equador de bombardear o posto fronteiriço de Tiwinza com fogo de artilharia.⁹¹ Quito alegou então que isso não seria possível, já que o aludido posto se encontrava sob controle equatoriano desde o início dos combates. Na verdade, se tratava da continuação da guerra de informações. Nenhum dos países queria admitir recuo em suas posições após o acordo que oficialmente cessava as hostilidades.

Tiwinza sempre fora o posto sobre o qual as informações eram mais controversas, por ser o posto estrategicamente mais importante. Inicialmente, Quito alegara que havia tomado Tiwinza por direito, já que era parte do trecho não demarcado e não previsto no Protocolo de 1942. Já Lima anunciara unilateralmente o cessar-fogo afirmando que seu objetivo teria sido alcançado, qual seja a expulsão dos equatorianos de Tiwinza, em “território peruano”. Ambos os países permaneciam alardeando a posse daquele posto militar. De acordo com a imprensa, jornalistas equatorianos chegaram a visitar Tiwinza a convite de

⁸⁹ “PAÍSES fiadores negociam o envio de missão.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1995. *O Mundo*, p. 20.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ “PERU e Equador fazem guerra de desinformação.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1995. *O Mundo*, p. 19.

Quito, constatando que estaria realmente sob controle do Equador. Lima, no entanto, sustentou que os jornalistas haviam visitado algo que “não era Tiwinza”.⁹²

A disputa retórica sobre Tiwinza é exemplo da dificuldade de se obter informações claras numa situação de guerra. Num contexto de disputa militar relativamente simétrica, como foi o caso da guerra entre Equador e Peru, tal obscuridade de informações atende bem a propósitos de política interna. Sem a visão da presença física do inimigo em seu território, a população tem acesso somente a informações oficiais, principalmente tratando-se de combates que se desenrolam numa região de selva hermética, como era o caso, dificultando assim o acompanhamento da imprensa. Nenhum dos dois exércitos avançaria muito mais a partir de onde estavam sem levar as economias de seus países à ruína. Para seus governos, portanto, seria possível tanto negociar quanto intransigir com relativa facilidade, pois ninguém sabia ao certo o que realmente ocorria no “campo” de batalha, no momento em que ocorria. Tudo isso reforça a tese de que tanto Quito quanto Lima usavam o conflito majoritariamente como recurso para obter popularidade interna.

O cessar-fogo anunciado no dia 14 de fevereiro foi formalizado no dia 17, em Brasília, recebendo o nome de “Declaração de Paz do Itamaraty”.⁹³ Foi assinado de madrugada pelos vice-chanceleres de Equador e Peru, tendo como testemunhas representantes dos quatro países fiadores.⁹⁴ De acordo com o Embaixador Sebastião do Rego Barros, o documento confirmava o cessar-fogo com o compromisso das partes em guerra de iniciarem, gradualmente, o recuo das tropas e a volta às guarnições e bases das unidades envolvidas nas operações militares.⁹⁵ O documento previa também o envio de quarenta observadores dos Estados Unidos, Argentina, Brasil e Chile. A tarefa da missão de observadores seria supervisionar a separação das tropas e propor a criação de uma Zona Desmilitarizada.⁹⁶

Em declaração à imprensa, o presidente Fernando Henrique Cardoso enfatizou algo que desde o início estava sendo valorizado pelo governo brasileiro: a “Declaração de Paz

⁹² *Idem.*

⁹³ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Declaración de Paz de Itamaraty entre Ecuador y Perú de 17 feb. 1995**, *op. cit.*

⁹⁴ “PERU e Equador assinam acordo de paz.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1995. *O Mundo*, p. 22.

⁹⁵ *Idem.*

⁹⁶ *Ibid.*

do Itamaraty” como resultado de “uma negociação sem interferência de terceiros e sem o envolvimento de forças de fora do hemisfério”.⁹⁷ Finalmente, na terça-feira, 21 de fevereiro, um grupo provisório da MOMEPE, vinte pessoas entre diplomatas e militares, sairiam num avião da FAB rumo à região do conflito, para fazer o reconhecimento da área e acompanhar o recuo das tropas durante quatro dias. O envio do primeiro grupo permanente da MOMEPE ocorreria somente em março.⁹⁸

Finalmente a MOMEPE saía do papel. Fora prevista praticamente desde o início da intervenção do países garantes, considerando que no artigo terceiro do “Protocolo de Paz, Amistad y Límites”, de 1942, já constava a mediação de Estados Unidos, Argentina, Brasil e Chile por meio de observadores militares.⁹⁹

A missão ainda encontraria problemas com relação ao cessar-fogo e descobriria que, na realidade, os combates continuavam. Ao chegar ao posto equatoriano de Coangos, na Cordilheira de Condor, em 22 de fevereiro, os integrantes da missão ouviram tiros de canhão e fuzil sendo trocados pelas tropas.¹⁰⁰ A missão estava ameaçada e, de acordo com o General Raúl Tapia, chefe do Estado-Maior da Defesa do Chile, poderia ser suspensa.¹⁰¹

Soldados continuavam a morrer em combate cinco dias após a assinatura do acordo de cessar-fogo.¹⁰² Diante de tal postura das tropas de Equador e Peru, os países fiadores ameaçaram abandonar a mediação e entregar definitivamente o caso à OEA. O chanceler brasileiro Luís Felipe Lampreia afirmou à imprensa: “Foi uma mensagem enérgica. Avisamos a Peru e Equador que se houver nova violação do acordo de cessar-fogo entregaremos o caso ao Conselho Permanente da OEA”.¹⁰³

⁹⁷ “FERNANDO Henrique celebra vitória para o continente.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1995. *O Mundo*, p. 22.

⁹⁸ “PRIMEIRO grupo de observadores viaja terça-feira.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1995. *O Mundo*, p. 22.

⁹⁹ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Protocolo de Paz, Amistad y Límites**, *op. cit.*

¹⁰⁰ “COMBATES entre Peru e Equador ameaçam missão de observadores.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1995. *O Mundo*, p. 20.

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² SELEME, Ascânio. “Fiadores advertem Equador e Peru sobre sanções da OEA.” *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1995. *O Mundo*, p. 15.

¹⁰³ *Idem.*

A ameaça de deixar que a OEA cuidasse do assunto e a pressão americana, por parte do Departamento de Estado, fizeram com que o cessar-fogo finalmente fosse respeitado. Afinal, a OEA teria legitimidade para impor sanções políticas a Equador e Peru, tanto quanto sugerir embargos econômicos aos dois países caso a situação de hostilidade na fronteira perdurasse. Diante de tal possibilidade, os esforços em se caracterizar a MOMEPEP como uma iniciativa regional autônoma poderiam ficar sem efeito. Como acreditar que a solução tenha sido eminentemente local se o cessar-fogo se efetivou, de início, apenas por meio da ameaça de intervenção da OEA? É um fato que poderia deixar dúvidas, senão quanto à importância de iniciativas regionais na América do Sul, pelo menos quanto a seu possível caráter autônomo. Não há como saber por quanto tempo o cessar-fogo continuaria sendo desrespeitado sem a sombra da OEA. Por outro lado, se a OEA contribuiu de forma indireta para o cessar-fogo, isso ocorreu porque os países beligerantes deixaram clara a preferência por uma solução local, que poderia ser alcançada com menores traumas, ou seja, sem sanções.

Como mencionado anteriormente, fontes militares norte-americanas atribuem a concepção e implementação da MOMEPEP ao Comando Sul dos Estados Unidos, sediado no Panamá.¹⁰⁴ Não há menção, nessas fontes, a um eventual trabalho conjunto de concepção com os outros países fiadores. A importância deste debate está no suposto caráter autônomo da MOMEPEP e o precedente de cooperação que tal caráter estabeleceria, sob liderança brasileira. Ora, se a concepção e implementação da MOMEPEP foram obra intelectual do SOUTHCOM, não há autêntica liderança brasileira, apenas execução. Claro que o processo de execução também era importante, oferecia aos militares dos países participantes uma chance autêntica de ação real em circunstâncias de cooperação regional.

Os Estados Unidos mantiveram participação mínima na MOMEPEP já a partir de 1997, quando abandonaram as funções de suporte logístico, a partir de então a cargo do Grupo de Apoio, majoritariamente brasileiro. Isto nos remete à consideração da questão da autonomia. Se não houve autonomia sul-americana na concepção da missão, houve alguma autonomia no que se refere à execução, principalmente a partir da implementação do Grupo

¹⁰⁴ HILLER, *op. cit.*, SHELTON, *op. cit.*, WEIDNER, *op. cit.* Ver nota 6.

de Apoio. O Brasil tomava para si os encargos do planejamento logístico, além das decisões operacionais que, desde o início, eram responsabilidade do general brasileiro Coordenador-Geral. Tal experiência de coordenação foi um capital importante acumulado pelo Exército Brasileiro no que concerne a operações de cooperação.

A importância de a MOMEPE ter funcionado de maneira autônoma em relação aos órgãos multilaterais internacionais não está totalmente no fato em si, mas também em algo além e subentendido: a capacidade de cooperação regional autônoma em relação aos Estados Unidos. É nesse sentido que a experiência da execução da MOMEPE tem algo a oferecer aos países sul-americanos participantes. Uma experiência de ação conjunta de três potências militares regionais, ou seja, Argentina, Chile e Brasil, em atividade muito próxima a questões de defesa e segurança.

Deve-se ficar claro, desde já, que não se trata aqui de antiamericanismo ideológico e nem de subestimar a centralidade das relações da América do Sul com os Estados Unidos em qualquer esfera, seja econômica, cultural ou mesmo militar. Porém, é notória a atual assimetria de poder nas relações internacionais a favor daquele país, embora haja quem considere tal predomínio menos consistente do que parece.¹⁰⁵ Nessa conjuntura assimétrica, toda situação que contribua para diminuição do desequilíbrio é bem vinda, em nome da harmonia nas relações interestatais. A cooperação regional de países em bloco, em questões de defesa e segurança, entre outras, pode agir nesse sentido. Países unidos em blocos com interesses comuns terão, obviamente, maior poder de barganha diante das potências capitalistas.

Considerada como um passo em direção a algum grau de autonomia estratégica para a América do Sul, a cooperação regional é entendida aqui não como cooperação hemisférica, mas como cooperação sul-americana. Ou seja, a importância da MOMEPE encontra-se também em características que a definem como exemplo de estrutura de cooperação sul-americana e em qualquer traço de autonomia que a missão possa ter tido em relação aos Estados Unidos, e não apenas em suas características de cooperação hemisférica e de autonomia em relação a organismos multilaterais.

¹⁰⁵ TODD, Emmanuel. **Depois do Império**: a decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro: Record, 2003, 237 p.

3.2 A estrutura da MOMEPE

Como já se disse acima, a MOMEPE foi missão autônoma, posto que sem participação de entidades internacionais multilaterais, como ONU ou OEA. Os efetivos militares dos países garantes não eram em número suficiente para influenciar belicamente a guerra, nem possuíam estrutura material suficiente para tanto. Por tudo isso, a MOMEPE não se revestiu de características de uma missão de intervenção militar. Foi constituída por um conjunto de observadores militares (nomeados e sob responsabilidade de seus respectivos exércitos) e um Grupo de Apoio que dava suporte logístico àqueles militares. A estrutura de organização dos militares participantes da missão tinha a seguinte composição:¹⁰⁶

- Um Coordenador Geral, Oficial General do Exército Brasileiro. As atribuições do Coordenador Geral eram as seguintes: planejar, coordenar e controlar a atuação dos diversos órgãos da MOMEPE, para a adequada execução das responsabilidades adquiridas de acordo com a Definição de Procedimentos acordada entre as partes em reuniões diplomáticas; integrar o Comitê Consultivo Superior junto aos embaixadores dos países garantes e oficiais gerais de ligação de cada uma das partes em litígio, Comitê cuja função era tratar de questões relativas à desmobilização, desmilitarização, suspensão de operações militares, manutenção do cessar-fogo e controle das operações de desminagem; confecção e atualização permanente do regulamento da MOMEPE.
- Um Estado-Maior, grupo responsável pelo assessoramento do Coordenador, composto por:
 - (a) Chefe de Estado-Maior, do Exército Brasileiro;
 - (b) Um Oficial de Pessoal, da Força Aérea Brasileira;

¹⁰⁶ **Revista Verde Oliva**, *op. cit.*, p.12. FIGUEROA, Rafael Recasens. Mision de Observadores Militares Ecuador-Peru (MOMEPE): experiencia de la participacion de Chile. **Revista de Marina de la Armada de Chile**, v.117, n. 858, p. 427 e ss., Sept-Oct, 2000. Disponível em www.revistamarina.cl/revistas/2000/5/recasens.pdf, acessado em 29/01/2005. Na montagem da estrutura descrita vali-me também de anotações pessoais do Major Nilton José Batista Moreno Júnior, que atuou como integrante do Grupo de Apoio à MOMEPE em 1997, quando ainda era capitão. O Major gentilmente me enviou cópias e um CD-ROM com slides em Power Point pelo correio, desde o Rio Grande do Sul. Trata-se de material utilizado por ele em palestra que proferiu sobre o tema na UFRGS, em 2002.

- (c) Um Oficial de Inteligência, do Chile;
- (d) Um Oficial de Operações, da Argentina e, ligado a este, um Chefe dos Observadores Militares, mediante rodízio entre Argentina e Chile;
- (e) Um Oficial de Logística, dos Estados Unidos da América;
- (f) Um Oficial Representante do Equador;
- (g) Um Oficial Representante do Peru;
- Um Grupo de Observadores Militares dos Países Garantes e das Partes. Representavam o Brasil dois Oficiais do Exército Brasileiro e um Oficial Fuzileiro Naval da Marinha do Brasil.
- Um escritório em Bagua – Peru, com um Oficial Garante e um Oficial de cada parte. Uma das funções do escritório era um serviço de ligação permanente entre a MOMEPE e as autoridades da VI Região Militar do Peru, onde se localizava. A sede principal da Missão era Patuca, em território equatoriano.
- Grupo de Apoio Multinacional (a partir de setembro de 1997, quando os Estados Unidos deixam de cumprir integralmente a função logística) sendo constituído por :
 - (a) Um Coordenador Geral, Oficial Superior do Exército Brasileiro;
 - (b) Um Subcoordenador, Oficial Superior mediante rodízio de Chile e Argentina;
 - (c) Uma Seção de Pessoal, também responsável pela coordenação de uma equipe médica, todos do Chile (13 militares);
 - (d) Uma Seção de Inteligência e Bem-Estar, todos da Argentina (12 militares);
 - (e) Uma Seção de Operações, responsável pela coordenação das missões aéreas da MOMEPE, pela segurança física das instalações da MOMEPE e pelo adestramento operacional do contingente brasileiro, sob coordenação do Brasil (seis militares);
 - (f) Uma Seção Logística, responsável pela vida administrativa e suporte às operações da MOMEPE, sob responsabilidade do Brasil (14 militares);

(g) Uma Seção de Aviação do Exército Brasileiro (quatro helicópteros Black Hawk, então já adquiridos dos Estados Unidos), com pilotos, mecânicos de vôo, equipe de manutenção e militares de salvamento aéreo (20 militares).

Ao final de sua atuação, a MOMEPE contava com um total de 134 pessoas, sendo 123 homens e 11 mulheres, oriundos dos países envolvidos da seguinte forma:¹⁰⁷ 14 militares da Argentina; 1 civil e 53 militares do Brasil; 11 militares do Chile; 5 civis e 19 militares dos Estados Unidos; 13 civis e 9 militares do Equador; 9 militares do Peru.

O Coordenador-Geral exercia o controle operacional sobre todo o pessoal da missão, mas o controle administrativo e disciplinar ficava a cargo do oficial mais antigo do contingente de cada país.¹⁰⁸ “*As missões de caráter conjunto, especialmente entre culturas e nacionalidades diversas, primam pela alta disciplina de seus membros*”¹⁰⁹, afirma o Major Ruffo, que participou do Grupo de Apoio em 1997. Perguntado como teria funcionado, na prática, a cadeia de comando da MOMEPE, respondeu que:

A MOMEPE seguiu a filosofia de administração militar, privilegiando a hierarquia através da verticalização de seu organograma e embasando a transmissão de ordens pela cadeia de comando. Em outras palavras, o comando da MOMEPE, assessorado por seu estado-maior, fluía suas decisões diretamente ao Grupo de Apoio, que por sua vez determinava sua execução às suas seções componentes. A missão da MOMEPE era bastante clara e as ferramentas à sua disposição, do mesmo modo, eficazes. MOMEPE [entendida aqui como os oficiais observadores representantes dos países garantes e das partes]¹¹⁰ e Grupo de Apoio funcionavam como uma organização única, interdependente, porém de caráter estritamente militar, onde as ordens emanadas pelo comando foram cumpridas na íntegra por

¹⁰⁷ FIGUEROA, Rafael Recasens, *op. cit.*, p. 432.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 434.

¹⁰⁹ Major José Henrique de Cassio Ruffo, em entrevista gentilmente concedida a mim, por e-mail, em março de 2004. O Major Ruffo participou do Grupo de Apoio à MOMEPE em 1997, quando ainda era capitão.

¹¹⁰ Inserção minha.

todos os seus integrantes, independente da nacionalidade dos envolvidos - não houve problemas hierárquicos ou disciplinares .¹¹¹

Em suma, de acordo com Major Ruffo a missão atuou como um grupo hierarquicamente bem definido, sem restrições por parte de altos oficiais dos demais países participantes.

Por meio da atuação logística do Grupo de Apoio, o Brasil deslocou para a região a estrutura necessária para a facilitação das atividades e permanência dos contingentes destacados (avançados). Incluíam-se nessa estrutura: viaturas, motoristas e equipes de manutenção para deslocamento diário nas estradas (precárias, supõe-se) da região andina; equipamentos de geração de energia elétrica para as sedes da missão e para os Centros de Operações Permanentes; equipamentos de comunicação e rádio-operadores, com o objetivo de facilitar o contato com o Brasil, o que permitia o controle à distância dos acontecimentos da região em guerra, além de viabilizar o contato dos militares com suas famílias.

Os “Centros de Operações Permanentes” (COP) eram duas instalações avançadas no (meio da mata cerrada), uma em Coangos (Equador) e outra no Posto de Vigilância 1 – PV1 (Peru). Operavam nesses locais equipes permanentes de observadores, compostas por um oficial de um dos países garantes (chefe da equipe), um oficial equatoriano, um oficial peruano e um sargento operador de rádio dos Estados Unidos. As equipes assim constituídas eram substituídas a cada sete dias, se as condições meteorológicas permitissem. A atribuição de tais equipes nos Centros de Operações Permanentes era verificar e controlar os efetivos, armamento, munição e instalações das forças em litígio. Controlavam também quaisquer movimentação de aeronaves no interior da Zona Desmilitarizada

O Grupo de Apoio contava ainda com vôos mensais de aeronaves Hércules e Bandeirantes da FAB, que restabeleciam os níveis de suprimentos de materiais essenciais à Missão. O Grupo chegou a planejar e ensaiar uma “exfiltração” (retirada) terrestre e aérea

¹¹¹ Major José Henrique de Cassio Ruffo, em entrevista gentilmente concedida a mim, por e-mail, em março de 2004.

de toda a MOMEPE, de Patuca para regiões ao norte do Equador e mesmo fora deste, caso o conflito se agravasse e os integrantes da Missão passassem a correr perigo.¹¹²

3.3 A ação da MOMEPE

A “Declaración de Paz de Itamaraty Entre Ecuador e Peru”, de 17 de fevereiro de 1995, informa em seus numerais 1 e 2 que as duas partes concordam em :

“1. Aceptar complacidas el ofrecimiento de los países garantes para el envío de una misión de observadores, a fin de velar por la estricta aplicación de los compromisos señalados en los numerales 2, 3 y 5 del presente acuerdo. Las partes solicitan que el plazo de la misión sea inicialmente de 90 días, pudiendo ser extendido, en caso necesario, para lo que las partes y los países garantes harán oportunamente los arreglos pertinentes. La misión de observadores de los países garantes empezará su trabajo al producirse la suspensión de las operaciones militares. Las partes se comprometen a proveer el apoyo y las facilidades necesarias para que la misión de observadores pueda ejercer sus funciones y para asegurar la integridad física de sus miembros, lo que oportunamente será objeto de una ‘definición de procedimientos’ entre las partes y los países garantes. Asimismo, las partes se comprometen a designar de inmediato a las autoridades militares que servirán de enlace con la misión de observadores.

2. Separar inmediata y simultáneamente todas las tropas de los dos países comprometidas en los enfrentamientos, a fin de eliminar cualquier riesgo de reanudación de las hostilidades, con prioridad en el caso de las fuerzas que están en contacto directo. En ese sentido, las tropas de Ecuador se concentrarán en el puesto de Coangos (03° 29' 40.9"s/ 78° 13' 49.67"w) y las del Perú en el PV1 - puesto de vigilancia N°1 (03° 32' 00"s/78° 17' 49"w), comprometiéndose a no efectuar desplazamientos militares en el área de enfrentamiento. Dada la importancia de este compromiso, las partes aseguran que la misión de observadores tendrá las condiciones para verificar su cumplimiento. El proceso de separación de fuerzas se hará con la supervisión de los países garantes. La misión de observadores instalará centros de operaciones en los puntos considerados de mayor tensión, como es el caso de Tiwintza y Base Sur.”¹¹³

¹¹² **Revista Verde Oliva**, *op. cit.*, p.12.

¹¹³ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Declaración de Paz de Itamaraty entre Ecuador y Perú**, *op. cit.*

Inicialmente prevista para durar três meses, conforme se observa no item 1 da citação acima, a MOMEPE teve uma primeira prorrogação de noventa dias. Em 22 de agosto de 1995, uma nova definição de procedimentos acordada entre as partes e os países garantes decidiu pelo prolongamento da Missão até o alcance definitivo da estabilização das diferenças entre Equador e Peru.

No dia 12 de março de 1995 chegava à região da guerra o primeiro efetivo da MOMEPE. Foi montada uma representação da Missão em cada país: Patuca, no Equador, e Bagua, no Peru. Em Patuca os observadores alojavam-se em cabanas de madeira, que dispunham de quartos mobiliados, sala de estar e banheiros. Havia ainda TV à cabo. Em Bagua, os representantes da MOMEPE hospedaram-se num hotel, onde também funcionava o escritório da missão.¹¹⁴ A substituição dos grupos assim alojados efetuava-se a cada 21 dias.

O primeiro grupo da MOMEPE era composto por dez oficiais observadores e um médico de cada país garante. As aeronaves utilizadas a partir de então foram quatro helicópteros Black Hawk enviados pelos Estados Unidos (posteriormente comprados pelo Brasil) e uma aeronave C-98 “Caravan”, cedida pela Força Aérea Brasileira.

Quando o grupo chegou à região as violações ao acordo de cessar-fogo eram frequentes, devido ao fato de tropas do Equador e Peru ainda se encontrarem em posição de combate, realizando incursões. Os esforços então concentraram-se em separar e desmobilizar as tropas por meio de negociações, iniciar a supervisão aérea e criar a primeira região desmilitarizada. Pormenorizados relatórios da situação efetuados pelos observadores e informações solicitadas e fornecidas pelas forças de Equador e Peru permitiram a elaboração de um plano de retirada das tropas em conflito. Tal plano foi seguido pelas partes em guerra, sob supervisão da MOMEPE.¹¹⁵

Em 20 de setembro de 1995, em virtude de mais uma violação do cessar-fogo um mês antes, foi criada mais uma região sob responsabilidade da MOMEPE: a Zona Alfa. Nela as partes em litígio poderiam manter seus efetivos, desde que permanentemente aquartelados. Ainda assim, seus armamentos deveriam ser estritamente controlados pela Missão.

¹¹⁴ **Revista Verde Oliva**, *op. cit.*, p.13.

¹¹⁵ *Ibidem*.

Nesta região os observadores da MOMEPE passaram a fazer contagem periódica de efetivos e armamentos.¹¹⁶

No período que se seguiu houve crescente colaboração das partes, com incremento de medidas de confiança mútua entre Equador e Peru, inclusive com visitas e trocas de mensagens entre os diversos escalões de comando estabelecidos na fronteira. Tal estabilidade foi temporariamente quebrada em julho de 1998, quando forças equatorianas e peruanas intensificaram ações de patrulha e avançaram seus destacamentos e postos de vigilância. Diante da iminência de reinício da guerra, a MOMEPE reagiu por meio de negociações que resultaram numa terceira região sob sua responsabilidade, chamada dessa vez de “Zona de Controle”, promovendo nova separação de forças. Controladas todas as instabilidades no “Teatro de Operações”, as negociações nas esferas política e diplomática retomaram ímpeto. Em 26 de outubro de 1998 os presidentes de Equador e Peru assinaram, em Brasília, o acordo definitivo de paz.¹¹⁷ A MOMEPE ainda receberia a missão, por parte dos altos funcionários dos países garantes, de verificar e certificar a retirada de minas e colocação dos marcos fronteirícios.¹¹⁸

O Conselho Consultivo Superior, de cuja composição fazia parte o Coordenador Geral da MOMEPE, também teve importante atuação no sentido de propor e levar a cabo acordos e normas de entendimento precisas e concretas entre as partes em litígio, tornando o processo de entendimento o mais transparente possível. Tal Conselho foi formado em agosto de 1995 e era composto, além do Coordenador Geral, pelos embaixadores dos países garantes e oficiais gerais de ligação de cada uma das partes. O Conselho se reuniu um total de 45 vezes, sendo 21 em Quito, 22 em Lima e 2 em Brasília. Promoveu também duas reuniões de Confiança Mútua: em Bagua, Peru, e Shell Mera, Equador, sede da IV Divisão do Exército Equatoriano.¹¹⁹

¹¹⁶ *Ibid.*, p.14.

¹¹⁷ *Ibid.*, p.15.

¹¹⁸ Cabe aqui atenção especial para a questão das minas, jogadas de avião por toda a mata da região onde se deu a guerra. Obviamente, a maior parte delas ainda se encontra na floresta, sendo fator de grande perigo para a população nativa. Retornaremos a este assunto adiante.

¹¹⁹ FIGUEROA, Rafael Recasens, *op. cit.*, p.429.

3.3.1. Missões aéreas

O objetivo do patrulhamento aéreo nas zonas desmilitarizadas (ZD, Zona Alfa e Zona de Controle) era verificar eventuais ocorrências hostis por parte dos lados em guerra, como movimentação de tropas e deslocamento ofensivo de postos de vigilância, transportes de armamentos, etc. As patrulhas aéreas tinham duração aproximada de duas horas e trinta minutos. As zonas desmilitarizadas estavam divididas em dezesseis sub-regiões. A cada missão de patrulhamento eram escolhidas duas principais e duas alternativas para serem fiscalizadas. Cada equipe de vôo era composta por um oficial de um dos países garantes (chefe), um oficial equatoriano, um oficial peruano e um fotógrafo.¹²⁰

De acordo com o General Cláudio Barbosa de Figueiredo (o último Coordenador-Geral da MOMEF) houve um total de 395 patrulhas aéreas sobre a ZD e 248 verificações aéreas sobre a Zona Alfa. Ainda segundo o General Figueiredo, os quatro helicópteros UH-70 da missão somaram o total de 3858 horas de vôo.¹²¹ O General Figueiredo refere-se aqui aos quatro helicópteros comprados pelo Exército Brasileiro junto à Sikorski (indústria bélica dos Estados Unidos) particularmente para a MOMEF. Em princípio essas aeronaves chegaram à região da guerra como propriedade do Exército dos Estados Unidos. De acordo com a revista Força Aérea, são aeronaves promotoras de um “salto qualitativo” na Aviação do Exército Brasileiro, devido à sua grande capacidade de transporte de tropas:

Com capacidade para transportar 17 pessoas (dois pilotos, dois mecânicos e treze passageiros sentados em assentos com atenuadores de impacto) o UH-70 é uma aeronave bastante rústica. Conta com uma reserva de potência muito grande e por ora ainda é a única aeronave do Exército em condições de realizar vôos com equipamentos de visão noturna. (...)Setenta e cinco por cento das atividades diurnas podem ser realizadas à noite com tais equipamentos.¹²²

¹²⁰ **Revista Verde Oliva**, *op. cit.*, p.19.

¹²¹ Entrevista à **Revista Força Aérea**, ano 4, nº 16, set/out/nov de 1999, p. 53.

¹²² *Idem*, p.48.

Além dos números aludidos acima, ainda houve a seguinte quantidade de operações aéreas: 689 substituições em Centros de Operações Permanentes, sendo 344 em Coangos, Equador, e 345 no PV 1 (Posto de Vigilância 1), Peru; 251 verificações em centros transitórios; 58 substituições em Bagua, Peru; 34 patrulhamentos aéreos na Zona de Controle; 35 movimentações aéreas para os trabalhos de desminagem.¹²³

Devido às instabilidades climáticas da região, todo voo era potencialmente arriscado. Antes de cada decolagem, todos os procedimentos de rotina e os de segurança, em caso de imprevistos, eram repassados minuciosamente. Além disso, após a decolagem, estabelecia-se um contato permanente por rádio com uma equipe em terra, com comunicação obrigatória a cada quinze minutos.¹²⁴

Quase não há registros de complicações relevantes nas missões aéreas. Há relatos de duas situações em que houve maior apreensão. Reproduz-se a seguir o primeiro deles, o testemunho do Sargento Júlio César, do Exército Brasileiro, dado à revista Força Aérea, sobre o resgate de um soldado equatoriano ferido por uma mina terrestre. A operação ocorreu à noite, envolvendo pouso na escuridão da mata. O sargento era um dos tripulantes daquela missão e suas palavras revelam detalhes de uma operação aérea tensa:

No dia 9 de agosto de 1998, por volta das 21 horas, recebemos a notícia de que um soldado equatoriano havia pisado numa mina. Uma equipe de alerta foi imediatamente acionada, ficamos em condição de decolagem com OVN [óculos de visão noturna]¹²⁵ aguardando as decisões do Estado-Maior [...].

Na época havia muita tensão na região, e estávamos em alerta amarelo. Ambos os lados em conflito se acusavam de transgressão territorial.[...] Entre a notícia e a decolagem passaram-se cerca de duas horas, nas quais foram acertados todos os detalhes que garantiriam a divulgação do voo.

[...] Após a coordenação com Estado-Maior da MOMEF, recebemos as coordenadas do ponto e a informação de que o local tinha um heliponto, um posto de vigilância com todas as condições e infraestrutura para o pouso de nossa aeronave. Por volta das 23 horas finalmente decolamos.

¹²³ FIGUEROA, Rafael Recasens, *op. cit.*, p. 430.

¹²⁴ ZIEGELMEYER, Wagner. Black Hawks brasileiros sobre os Andes. **Revista Força Aérea**, ano 4, nº 16, p. 46, set/out/nov de 1999.

¹²⁵ Inserção minha.

Chegando no ponto exato cujas coordenadas nos foram passadas pelo Exército Equatoriano, observamos que não havia nenhum heliponto disponível. [...] Quando chegamos bem próximo, a cerca de uns vinte metros do solo, pudemos notar que não era um posto equatoriano e sim peruano, lotado de caminhões e viaturas. Era um posto relativamente grande. Rapidamente arremetemos daquele local, pois sabíamos que a vítima que deveríamos socorrer não poderia estar ali. E com as tropas no chão nervosas do jeito que estavam, corríamos o risco de sermos abatidos.

Voamos de volta para o ponto inicial e fizemos uma patrulha a baixa altura. Não pudemos constatar nem observar nada. Os pilotos decidiram então ganhar altura para ter um campo de visão maior. Fomos a cerca de 7000 pés, de onde conseguimos enxergar algumas luzes no meio do mato. Os pilotos então decidiram conferir aquelas luzes. Chegando lá, notamos que tratava-se de uma clareira na selva, com árvores muito altas e que realmente era o local onde o pessoal no solo indicava que o helicóptero teria que pousar. [...] Fizemos duas ou três voltas para reconhecer a área. O equipamento de visão noturna não nos dava uma boa definição por causa das árvores e do terreno com muitas depressões. Foi muito difícil iniciar o pouso, e gastamos cerca de 15 ou 20 minutos para colocar o helicóptero no chão. E, quando tocamos, o piloto notou que não poderia abaixar o coletivo porque o terreno era muito macio, e um Black Hawk muito pesado poderia afundar naquele terreno. O piloto teve que manter o helicóptero leve no solo, enquanto a tripulação iniciava o resgate do equatoriano ferido. Ele foi rapidamente encontrado e colocado dentro do helicóptero numa maca. Os primeiros socorros começaram a ser ministrados tão logo ela fora acondicionada dentro da aeronave.

[...] O ferido estava numa situação muito difícil, uma vez que já havia perdido muito sangue e estava entrando em choque ‘hipovolêmico’, mas foi rapidamente reanimado pelo médico a bordo. A tripulação foi então informada que se ele houvesse permanecido na selva sem socorro, nas condições em que estava, provavelmente teria morrido em mais duas horas.¹²⁶

Aproximadamente um mês após os fatos narrados acima, um dos helicópteros Black Hawk acidentou-se. Na tarde do dia 13 de setembro de 1998 o aparelho foi obrigado a fazer um pouso forçado nas imediações de Patuca (Equador), por conta de uma pane em suas turbinas. Transportava 14 militares, sendo oito brasileiros (inclusive a tripulação), quatro norte-americanos e dois argentinos. Não houve feridos graves, mas o piloto brasileiro, Capitão Raul Rodrigues de Oliveira, teve que ser hospitalizado por alguns dias para observa-

¹²⁶ Depoimento à **Revista Força Aérea**, *op. cit.*, pp. 51-52.

ção.¹²⁷ O Major Ruffo, na ocasião ainda capitão e integrante do Grupo de Apoio, assim relata o acidente:

O único acidente aeronáutico ocorrido durante as atividades da MOMEF, pela seção de aviação do Exército Brasileiro, deveu-se a um apagamento do motor [...], no momento em que a aeronave ultrapassava os Andes. O pouso foi conseguido sobre um platô, de acordo com a manobra especificada, no entanto a intercorrência da queda da aeronave no talude de um riacho que cortava o curto espaço para pouso, agravou a emergência, avariando a aeronave.

Um dos pilotos sofreu choque mecânico no sentido vertical, vindo a ocasionar sintomatologia de dor na coluna cervical. Após a evacuação, este piloto permaneceu hospitalizado apenas para exames clínicos de prospecção das causas das dores, sendo descartadas lesões nesta área.¹²⁸

3.3.2. A questão das minas terrestres

Os observadores da MOMEF estavam praticamente restritos a atividades aéreas devido também às milhares de minas terrestres espalhadas pela região. Suspeita-se que acidentes com minas, como o descrito acima, ocorreram várias vezes com patrulhas na selva.¹²⁹ Indivíduos da população local também chegaram a sofrer acidentes dessa forma. No dia 18 de fevereiro de 1995, por exemplo, um pescador nativo morreu após pisar em uma mina em território equatoriano.¹³⁰

As minas foram jogadas de avião sobre a região em disputa e encontram-se espalhadas em locais e quantidade indefinidos. Somente agora é que começam a se tornar inativas, pois têm um “prazo de validade” de aproximadamente dez anos.

¹²⁷ “APARELHO brasileiro acidenta-se no Equador.” *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 set. 1998. Disponível em www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/98/09/16/cid895.htm/, acessado em 02/03/2004.

¹²⁸ Major José Henrique de Cassio Ruffo, *op. cit.*

¹²⁹ HILLER, Steve. *Op. cit.*

¹³⁰ “PERU e Equador trocam farpas no Rio.” *O Globo*, *op. cit.*

Um problema imediato para os trabalhos da MOMEPE foi a negociação sobre a desminagem da região por onde passariam os marcos fronteiriços. A desminagem deveria ser levada a cabo antes que os trabalhos de demarcação se iniciassem, para garantir a segurança dos homens envolvidos na demarcação.

O Acordo de Paz de outubro de 1998 previa o início dos trabalhos de demarcação da fronteira. O Conselho Consultivo Superior da MOMEPE, reunido na embaixada brasileira em Quito em dezembro de 1998, solicitou aos países beligerantes mapas da distribuição de minas na região, para que se soubesse a localização exata e os procedimentos de desminagem pudessem começar. O Equador concordou prontamente, mas o oficial de ligação peruano na MOMEPE, General Raul O'Connor, insistia em que seu país não havia espalhado minas e, portanto, não havia nenhum mapa para submeter à MOMEPE. O Coordenador Geral brasileiro, à época o General Plínio de Abreu, decidiu que o plano de desminagem seria traçado mesmo assim, sem a colaboração peruana.¹³¹ Este trabalho terminou oficialmente em 12 de maio de 1999.¹³²

3.4 Breve vista dos cotidianos da guerra e da MOMEPE

*“Heroísmo é uma coisa bonita nos livros de história, mas no mundo real ele é terrivelmente chocante e não algo a ser desejado”*¹³³. Assim o escritor argentino Tomas Eloy Martinez encerra um artigo seu publicado no jornal “O Estado de S. Paulo”, que conta um pouco da tragédia atual dos veteranos derrotados da Guerra das Malvinas. De acordo com o texto, um grupo de aproximadamente duzentos deles estava havia quatro meses acampado na Plaza de Mayo, em protesto contra o abandono a que o Estado argentino relegara os convocados, após a derrota. Seriam ao todo cerca de 23 mil homens, recebendo pensões

¹³¹ PERU Denies Planted Mines Along Ecuadorian Border. **International Campaign to Ban Landmines**. Disponível em www.icbl.org/prelease/1998/dec18.html, acessado em 10/02/2003.

¹³² FIGUEROA, Rafael Recasens, *op. cit.*, p. 431.

¹³³ MARTINEZ, Tomas Eloy. “O pesadelo dos heróis-pedintes: veteranos das Malvinas preferem o suicídio a encarar o cotidiano de miséria e os fantasmas da guerra.” *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 nov. 2004. Aliás, p. J4.

mensais de 143 dólares. Aumento da pensão, seguro médico e uma compensação pelos 10 anos que passaram, após a guerra, sem receber nada, seriam as principais reivindicações do movimento.

Vários dos ex-combatentes argentinos trariam, ainda, um grave trauma do pós-guerra: a depressão. Até hoje, segundo a matéria, teriam havido 286 suicídios entre os veteranos, e o número continuaria a crescer. O desabafo de um ex-capitão entrevistado mostra um pouco do estado de espírito desses homens: “*Se não tivéssemos perdido a guerra, seríamos heróis. Ninguém jamais ligou para nós. Só olham para onde estamos agora*”.¹³⁴

O exemplo argentino mostra com proximidade e clareza as tragédias pessoais, muito além de danos físicos, a que uma guerra pode levar. Mesmo afastada a hipótese de combate iminente, como foi o caso na maior parte do tempo para os militares envolvidos na MOMEPE, o isolamento se constituía num importante fator de tensão. Com o deslocamento frequentemente inviabilizado tanto por terra – trilhas de lama fazendo as vezes de estradas – quanto por ar – condições meteorológicas instáveis – os homens da MOMEPE tinham que ter muita paciência e criatividade para passar longos períodos em cabanas rústicas no meio da selva, expostos ainda ao perigo de contágio de enfermidades características da região, como malária, febre amarela e tuberculose.¹³⁵ Um recurso que amenizava um pouco a situação de isolamento era o fato de que os integrantes da missão dispunham de 15 minutos diários para telefonar para seu país, sem custos.¹³⁶

O Major Ruffo, do Exército Brasileiro, deixa à mostra um pouco da tensão vivida nesses momentos, embora cuidadoso em suas palavras, como convém ser a todo militar no caso de declarações públicas. Perguntado a respeito da convivência dos membros da MOMEPE em momentos de folga, afirmou que

Os problemas entre Equador e Peru datam do século 19 e têm uma classificação eminentemente territorial, isto é, são problemas de Estados, não de pessoas. O convívio durante os trabalhos e em momentos de folga era profissional e amigável, mesmo durante os jogos da copa do mundo de futebol! **No entan-**

¹³⁴ *Idem.*

¹³⁵ FIGUEROA, Rafael Recasens. *Op. cit.*, p.428.

¹³⁶ *Idem.*

to, a percepção de diferenças nem sempre se faz por palavras ou atos, há circunstâncias discriminadoras que, às vezes, são percebidas unilateralmente, intrínsecas ao plano pessoal e, neste ponto, não há como comentar o convívio.¹³⁷

Diante de tal situação, aparentemente não faltaram esforços de melhoria do convívio. Organização de churrascos, olimpíadas (em que seleções nacionais eram proibidas) e caminhadas pela mata ocupavam os fins de semana dos militares.¹³⁸

Se os integrantes da MOMEPE não enfrentavam as melhores condições psicológicas, pior se poderia esperar para os beligerantes. A reprodução abaixo de uma entrevista com um sargento equatoriano, publicada pela revista *Época*, fornece uma amostra do que militares de Peru e Equador estavam passando:

Época: Como foi tomar parte na guerra contra o Peru?

Sargento Eduardo Martínez: Inferno. É a única palavra que me ocorre para descrever a guerra. Naquele tempo, 95% era morte, só 5% era vida. Passar por cima de cadáveres... Foi o pior tempo da minha vida.

Época: E como é sua vida depois do conflito?

Sgt. Martínez: O pior para o combatente vem depois da guerra. Fiquei muito abalado e precisei ficar seis meses sob tratamento psiquiátrico. Perdi muitos amigos na guerra. Ainda não consigo falar muito sobre o que passei, mas quero escrever um livro que conte tudo o que aconteceu comigo.

Época: Você é um militar que não gosta de guerra...

Sgt. Martínez: Eu gosto de correr. Já ganhei duas medalhas de ouro em minha categoria e agora estou treinando para correr a ultramaratona de Cuenca no ano que vem. É uma corrida de 100 quilômetros. Eu corro pela paz. Se pudesse, daria a vida pela paz.

Época: Como é o convívio com os brasileiros aqui em Patuca?

Sgt. Martínez: É ótimo. Sou amigo de todos. Se a MOMEPE não tivesse vindo, estaríamos todos mortos.”¹³⁹

¹³⁷ Major José Henrique de Cassio Ruffo, *op. cit.* Grifo nosso.

¹³⁸ PAZ brasileira: Brasil comanda operação que envolve militares de seis países na vigilância da fronteira entre o Peru e o Equador. **Revista Época**, 22 jun. 1998.

¹³⁹ *Idem.*

3.5 A MOMEPE sob quatro anos de negociações diplomáticas

A instalação da MOMEPE, em março de 1995, e o desenvolvimento de suas atividades na região foram apenas o início de longos quatro anos e meio de duração em que, por várias vezes, a tarefa de manutenção da paz esteve em risco. Após o acordo de cessar-fogo ter sido oficialmente alcançado e efetivamente implantado, o próximo passo seria a demarcação de regiões desmilitarizadas no entorno da região do conflito, por meio da separação física das tropas e a proibição de que transitassem por aqueles setores, cuja fiscalização ficaria a cargo da MOMEPE. Apenas em outubro de 1998 tal intento foi conseguido de forma completa, após mais de três anos em que uma suposta corrida armamentista entre Equador e Peru e provocações alternadas de ambos os lados ameaçaram a frágil paz que vigorava na fronteira. A seguir procuramos acompanhar os principais fatos que postergaram os objetivos finais da MOMEPE, bem como das missões diplomáticas empenhadas no processo de paz.

Ainda em 1995, no mês de dezembro, o Ministério das Relações Exteriores peruano denuncia a suposta compra de caças-bombardeiros de Israel que o Equador estaria realizando.¹⁴⁰ O chanceler Francisco Tudela, do Peru, dissera na ocasião esperar que os Estados Unidos não permitissem a compra, já que os motores dos aviões eram de patente norte-americana. Além disso, havia o fato de os Estados Unidos fazerem parte do grupo de países fiadores do processo de paz.

Em 29 de dezembro o Comando Conjunto das Forças Armadas do Peru divulgava na imprensa duas notas, nas quais acusava o Equador de incursões em espaço aéreo e território peruanos. Dizia ainda que uma patrulha de vinte soldados equatorianos teria aberto fogo contra um posto fronteiriço peruano, sendo prontamente repelida em seguida. O governo equatoriano desmentiu as acusações no mesmo dia.¹⁴¹ Na verdade, tratava-se da a-

¹⁴⁰ “PERÚ inquieto por el rearme del Ecuador.” *La Nación*, Buenos Aires, 13 dez. 1995. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000c6ec.htm>, acessado em 05/03/2003.

¹⁴¹ “PERU acusa Equador e tensão volta a subir.” *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 dez. 1995. Internacional.

proximação do aniversário de um ano da guerra de janeiro/fevereiro e os países garantes temiam, naquela ocasião, o ressurgimento dos combates.

No início de fevereiro de 1996 autoridades militares de Equador e Peru e dos países garantes reuniram-se em Patuca, cidade equatoriana fronteiriça que sediou a MOMEPE.¹⁴² Estavam presentes o General Barry McCaffrey, comandante em chefe do Comando Sul dos Estados Unidos; General Benedito Onofre, chefe do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil; Tenente-general Mario Calvi Noriega, chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina; General Raul Tapia Esdale, chefe do Estado Maior e Defesa Nacional do Chile; além dos generais Francisco Roberto de Albuquerque, brasileiro Coordenador-Geral da MOMEPE, Jorge Ortega, chefe do Estado Maior equatoriano e Nicolás Hermoza, comandante do exército peruano.¹⁴³ A reunião havia sido convocada pela MOMEPE, para a discussão do andamento das operações. O objetivo real, no entanto, fora distender o clima tenso que havia entre as partes em litígio desde os incidentes de dezembro.

O encontro mencionado acima serve como um rápido exemplo do monitoramento à distância que até então era feito pelos Estados Unidos. Foi programado dias após a visita a Lima e Quito do subsecretário do exército norte-americano, Joe Reder. Este teria se encontrado com as mais altas autoridades militares de Peru e Equador e manifestado seu interesse de que a reunião se produzisse o mais rápido possível. Os chefes militares de ambos os países teriam anunciado, alguns dias após, que a reunião aconteceria sob a iniciativa do General Barry McCaffrey, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos.¹⁴⁴

Dias antes da visita de Reder, a MOMEPE teria entregado às Forças Armadas do Peru e Equador uma cartilha de segurança, para que fossem evitados choques entre as tropas. Além disso, também teria tomado outras medidas, como: extensão de sua permanência na Zona Desmilitarizada, o desenvolvimento de trabalhos de desminagem da região e a realização de operações conjuntas para a localização de cadáveres.¹⁴⁵

¹⁴² ABRAZO bajo la lluvia. **Caretas**, Lima, 15 fev. 1996. Disponível em www.caretas.com.pe/1401/abrazo/abrazo.html, acessado em 05/03/2003.

¹⁴³ *Idem*

¹⁴⁴ *Ibid.*

¹⁴⁵ *Ibid.*

No dia 24 de abril de 1996 ocorria em Quito, na embaixada brasileira, o décimo segundo encontro do Conselho Consultivo Superior da MOMEPE, sob a coordenação do general brasileiro, então coordenador da Missão, Francisco Roberto de Albuquerque. Estavam presentes os mesmos militares representantes dos países garantes que haviam participado da reunião da MOMEPE em fevereiro, em Patuca. O objetivo da reunião seria avaliar o processo de paz que se tinha desenrolado até então. Além disso, seriam tratados também assuntos delicados, de ocorrência nos meses anteriores: a suposta ameaça peruana de derrubar helicópteros da MOMEPE; a violação constante da Zona Desmilitarizada; a venda de armas, denunciada meses antes, da Argentina para o Equador.¹⁴⁶

A enumeração dos principais problemas a serem tratados em Quito dá uma dimensão aproximada das questões enfrentadas pela MOMEPE pouco mais de um ano de sua criação. Uma delas, talvez a mais temerosa, eram os rumores de que as recentes aquisições e intenção de aquisições de material bélico tanto por parte de Lima quanto de Quito corresponderiam, na verdade, ao início de uma corrida armamentista entre ambos. A se confirmar tal hipótese, seria a demonstração de que tanto Equador quanto Peru estariam descrentes das possibilidades de se alcançar uma paz definitiva, o que poderia arrefecer os ânimos das delegações diplomáticas dos países fiadores. Sem a crença dos países em guerra na possibilidade da paz, a MOMEPE estaria fadada ao fracasso. E seu fracasso serviria em grande medida, num processo de retroalimentação, para confirmar o ceticismo dos países beligerantes. Diante da aparente escalada da compra de material de guerra, é notável que os esforços dos países fiadores se mantivessem.

No mesmo dia 24 de abril o diário equatoriano “El Universo” informava a intenção da Força Aérea Equatoriana em renovar alguns de seus aviões de combate.¹⁴⁷ Vinte aviões AT-33 seriam retirados de operação por já se encontrarem obsoletos. Citando a publicação espanhola “Tecnología Militar”, o jornal apresentava a informação de que, além da renovação dos aviões, o Equador ainda estaria dotado de alguns aparelhos de combate eficientes e

¹⁴⁶ “OBSERVADORES militares se reunen en Quito.” *El Telégrafo*, Guayaquil, 24 abr. 1996. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cda6.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁴⁷ “ECUADOR debe renovar aviones de combate.” *El Universo*, Guayaquil, 24 abr. 1996. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000c73b.htm>, acessado em 05/03/03.

bem equipados. Destacava os avanços alcançados na área logística e a experiência acumulada pelos pilotos de combate.¹⁴⁸

Por sua vez, em 21 de novembro, o presidente Alberto Fujimori confirmava a compra de um lote de caças russos MiG-29, sem revelar a quantidade. Justificou a compra sustentando que buscava o equilíbrio estratégico da região, e disse contar com a compreensão do Equador.¹⁴⁹ No dia 25 o número de aviões comprados pelo Peru já era conhecido: onze aeronaves. O Comando Sul dos Estados Unidos, por meio do General Wesley Clark, manifestou receio diante da evidente corrida armamentista que se apresentava entre Peru e Equador, afirmando que isso seria contraproducente para se alcançar a paz entre os dois países.¹⁵⁰

Em 05 de dezembro de 1996 o jornal equatoriano “El Expresso” denuncia um suposto plano militar peruano para sabotar o processo de paz, publicando o que seria o tal plano em detalhes.¹⁵¹ De acordo com a publicação, o “Plano Vitória” previa o rearmamento do Peru e sua reorganização logística em um prazo máximo de dois anos após a guerra de 1995. Após isso, o Peru provocaria um incidente militar grave na fronteira, denunciaria à MOMEPE que o Equador o teria começado e providenciaria rápida resposta militar sob o pretexto de defesa da soberania. Assim, Lima se colocaria em condições de resolver militarmente a pendência fronteiriça, em caso de insucesso das negociações diplomáticas. O “Plano Vitória” teria sido organizado pelo SINA, Serviço de Inteligência Nacional, sob as diretrizes das Forças Armadas peruanas.¹⁵²

Na impossibilidade de se confirmar a existência do “Plano Vitória”, o fato é que se o Peru vinha comprando material bélico após a guerra de janeiro/fevereiro de 1995, o Equador também o fazia. E a criação de pontos de tensão nas reuniões diplomáticas, tática

¹⁴⁸ *Idem.*

¹⁴⁹ “FUJIMORI confirma compra de caças russos.” *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 nov. 1996. Internacional.

¹⁵⁰ “CORRIDA armamentista do Peru preocupa os Estados Unidos.” *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1996. Internacional.

¹⁵¹ “PERÚ tiene el plan victoria.” *El Expresso*, Guayaquil, 05 dez. 1996. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cd6c.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁵² *Idem.*

que também faria parte do suposto plano, não pode ser atribuída exclusivamente ao Peru. Ocorre que não seria necessária a denúncia de nenhum plano militar secreto para se saber o que os países garantes já sabiam: no caso de insucesso das negociações diplomáticas, tanto Quito quanto Lima preparavam-se e estavam dispostos a recorrer novamente à solução militar.

Na virada de 1996 para 1997 as negociações ficaram abaladas por um evento surpresa: a invasão da casa do embaixador japonês em Lima pelo MRTA (Movimento Revolucionário Tupac-Amaru), grupo guerrilheiro peruano de esquerda. A tomada da casa pelos guerrilheiros ocorreu em 17 de dezembro de 1996, durando até 22 de abril do ano seguinte, quando o exército e forças policiais do Peru invadiram a casa e mataram todos os guerrilheiros, libertando quase todos os reféns. Um deles morreria na operação, o juiz da Suprema Corte Peruana Carlos Giusti Acuña. O chanceler peruano Francisco Tudela foi ferido durante a invasão da casa e precisou ser operado.¹⁵³

Na primeira quinzena de janeiro o novo presidente equatoriano, Abdalá Bucaram, visita o Peru.¹⁵⁴ As declarações públicas de ambos os presidentes tentam desviar a atenção da imprensa do seqüestro que se passa na embaixada japonesa. Bucaram afirma que fará vigorar o “espírito de boa fé e solidariedade” na reunião com os representantes dos países fiadores que ocorreria alguns dias depois, em Brasília.¹⁵⁵ Nessa ocasião, o chanceler peruano Francisco Tudela permanecia como um dos 74 reféns que ainda estavam na casa do embaixador japonês com o MRTA.

Em 14 de maio de 1997 ocorreria um novo incidente na fronteira, causando mais um princípio de tensão na instância diplomática.¹⁵⁶ De acordo com a versão do Ministério da Defesa equatoriano, seus soldados faziam uma patrulha quando foram interceptados por tropas peruanas em território do Equador, presos e levados para uma base fronteiriça perua-

¹⁵³ “EXÉRCITO do Peru liberta reféns.” *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1997. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/mundo_23abr1997.htm, acessado em 05/02/05.

¹⁵⁴ “BUCARAM ajuda Fujimori a desviar atenção.” *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 jan. 1997. Internacional.

¹⁵⁵ *Idem*.

¹⁵⁶ PAEZ, Angel. “Confuso incidente en la frontera Perú-Ecuador.” *Clarín*, Buenos Aires, 15 mai 1997. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000d5d7.htm>, acessado em 05/03/03.

na. Segundo a versão peruana, os soldados equatorianos foram abordados quando plantavam minas terrestres anti-pessoais sete quilômetros adentro de território peruano. Os soldados presos seriam entregues à MOMEPE no dia seguinte pelo General Hermoza Ríos, chefe do Comando Conjunto das Forças Armadas do Peru e Comandante do Exército Peruano.¹⁵⁷

A prisão dos soldados ocorrera justamente no momento em que delegações técnico-jurídicas de Peru e Equador se preparavam para um encontro em Brasília, com duração de cinco dias, para discutir os chamados “impasses subsistentes”.¹⁵⁸ Naturalmente, incidentes desse tipo geravam situação delicada nas instâncias diplomáticas, que se sustentava por declarações provocativas de ambas as partes. Nesses casos, o tom das declarações de Peru e Equador geralmente era de que os soldados estavam respeitando o acordo de cessar-fogo, mas ao mesmo tempo permaneciam de prontidão para agir em qualquer “eventualidade”. De qualquer forma, fora um bom sinal o fato de os soldados equatorianos terem sido presos, e não mortos, pela tropa peruana.

No início de maio de 1998 as comissões que estudavam a solução para as pendências limítrofes entre Equador e Peru reuniram-se nas quatro capitais dos países fiadores. O objetivo era conseguir o acordo definitivo até de 30 de maio, prazo que houvera sido estipulado pelas partes em janeiro do mesmo ano.¹⁵⁹ Porém, Quito não mostrava ânimo em concluir as negociações já no final de maio, pois o parecer técnico-jurídico da comissão de delimitação de fronteiras não ajudava ao Equador. O parecer da comissão sugeria que o limite fronteiro passasse sobre a Cordilheira de Condor, enquanto Quito desejava que a Cordilheira permanecesse em seu território. O vice-presidente equatoriano Pedro Aguayo teria declarado que “*o Equador deseja alcançar a paz com dignidade e não pretende sacrificar essa dignidade em um processo imposto por datas ou pressões*”¹⁶⁰. O presidente peruano teria respondido que o adiamento do acordo final não seria desejável por nenhuma

¹⁵⁷ *Idem.*

¹⁵⁸ *Ibid.*

¹⁵⁹ MERINO, Rodrigo. “Escollidos en el camino de la paz.” *El Mercurio*, Santiago, 23 mai 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e2d1.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁶⁰ *Idem.*

das partes: “*Uma bala pode produzir um incidente e de um incidente pode-se chegar a uma escaramuça*”.¹⁶¹

As palavras de Fujimori soaram ao Equador como uma ameaça velada, o que provocou maiores resistências desse país. O presidente Fernando Henrique Cardoso declarou, em 22 de maio, que faria o possível para que o acordo final pudesse ser assinado no dia 30, em Brasília. Manteve, nesses dias, várias conversas por telefone com Fujimori e com o então presidente interino do Equador, Fabián Alarcón.¹⁶² Porém, o tratado final de paz só viria a ser assinado vários meses depois.

Em 17 de julho de 1998 é descoberto no aeroporto de Ezeiza, Argentina, um carregamento de armas destinado ao Peru.¹⁶³ Tal descoberta confirmava aquilo de que os países garantes já suspeitavam, ou seja, tanto Equador quanto Peru continuavam as compras de armas e a corrida armamentista com vistas, provavelmente, a um novo enfrentamento. E o que era pior: a Argentina, um dos países garantes, aparecia como rota para o suprimento de armas. O presidente Fujimori declararia, diante da descoberta, que estava adquirindo arsenal para a “defesa nacional”, num reconhecimento tácito de que o objeto das preocupações seria de fato o Equador.¹⁶⁴

No final de julho os países fiadores assistem a uma nova escalada na tensão fronteira, desta vez motivada por declarações hostis das partes.¹⁶⁵ No dia 30 o presidente equatoriano havia dito que não cederia “*um só centímetro de território*”, independentemente do resultado das negociações.¹⁶⁶ Tal declaração teria sido uma reação às palavras de Fujimori um dia antes, segundo quem o Peru não desejava a guerra com seus vizinhos, mas “*tam-*

¹⁶¹ *Ibid.*

¹⁶² *Ibid.*

¹⁶³ “ARMAMENTISMO de Perú y Ecuador.” *Clarín*, Buenos Aires, 18 jul. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e457.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ “NUEVA escalada verbal entre Perú y Ecuador.” *Clarín*, Buenos Aires, 31 jul. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e413.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁶⁶ *Idem.*

pouco está descartada como instrumento de soberania”.¹⁶⁷ Além disso, o presidente peruano teria se gabado do poderio de seus MiG 29. Em resposta, o vice-chanceler equatoriano, Diego Ribadeneira, teria afirmado que as palavras de Fujimori faziam parte de uma pressão que o Equador, simplesmente, não poderia aceitar.¹⁶⁸

As declarações acima ocorriam num contexto em que a tensão se fazia presente também na região de fronteira. Dois dias antes das declarações de Fujimori, dois oficiais peruanos haviam se ferido após pisar em minas anti-pessoais na zona não demarcada, então sob fiscalização da MOMEPE.¹⁶⁹ Tal ocorrência demonstrara que tropas peruanas estariam realizando incursões em uma região da qual, segundo o acordo de cessar-fogo, as tropas de ambos os países deveriam ficar afastadas. Autoridades equatorianas consideraram irresponsável e perigosa a incursão peruana em território não demarcado. Além disso, o chefe de operações das Forças Armadas Equatorianas, General Telmo Sandoval, declarou que os militares equatorianos estariam prontos a atuar se as negociações com o Peru se complicassem.¹⁷⁰ Após a troca de declarações hostis entre Lima e Quito, o então presidente equatoriano Jamil Mahuad revelou que o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, havia oferecido mediação pessoal para encontrar uma solução definitiva para o problema fronteiro entre Equador Peru.

As declarações recorrentes de Quito de que não cederia a “pressões” são compreensíveis. Foram justamente pressões externas que, num contexto de vulnerabilidade por parte do Equador, fizeram com que ficasse definitivamente sem metade de seu território original, que chegava a ter fronteira com o Brasil. Tal episódio ocorrera por conta da guerra de 1941 com o Peru, e já foi abordado em parte anterior deste trabalho. Este histórico fazia com que Quito se tornasse um negociador potencialmente mais arredo diplomaticamente, além de pouco disposto a baixar armas em definitivo na instância militar.

Em 9 de agosto Lima e Quito informavam que estudariam a hipótese de aumentar a área de fronteira supervisionada pelos observadores militares, a fim de evitar novas esca-

¹⁶⁷ *Ibid.*

¹⁶⁸ *Ibid.*

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ *Ibid.*

ramuçãs.¹⁷¹ No mesmo dia o governo peruano afirmara que tropas equatorianas haviam invadido seu território, provocando conflito e ferindo dois soldados a aproximadamente vinte quilômetros da área de fiscalização da MOMEF. Como resposta, a embaixada equatoriana em Brasília negou a ocorrência, sustentando que os soldados peruanos haviam sido feridos por minas existentes na região.¹⁷²

Em 14 de agosto chanceleres de Brasil, Chile e Argentina reunir-se-iam em Assunção, Paraguai, com o objetivo de discutir a delicada situação diplomática que se desenrolava entre Quito e Lima.¹⁷³ Embora a situação estivesse mais tensa, já havia vários dias que o governo brasileiro se esforçava no sentido de obter o consentimento de Equador e Peru em relação ao aumento da região desmilitarizada, ou seja, da área de atuação da MOMEF. No dia 13 de agosto o presidente Fujimori reunira-se com Fernando Henrique Cardoso no Palácio da Alvorada, aceitando a proposta brasileira de criação de uma área “excepcional e temporariamente desmilitarizada” no Vale do Rio Cenepa.¹⁷⁴ Uma série de negociações conduzidas pelo Brasil nas semanas anteriores já haviam impedido que tropas peruanas e equatorianas entrassem em combate. No dia 9 uma missão diplomática brasileira havia estado com o presidente equatoriano Jamil Mahuad, que tomaria posse no dia seguinte, e havia conseguido a sua aprovação também para a proposta brasileira.¹⁷⁵ A missão fora chefiada pelo próprio chanceler Luís Felipe Lampréia e assessorada pelo embaixador Ivan Canabrava. O acordo seria fechado no dia 15, em Assunção, onde estariam vários chefes de Estado, entre eles os dos países integrantes da MOMEF, por ocasião da posse do presidente paraguaio Raul Cubas Grau. A nova área desmilitarizada possuiria cinquenta quilômetros de comprimento por doze de largura.¹⁷⁶ Isso praticamente dobrava a área anteriormente existente. Não obstante estivesse em pauta o fechamento do acordo em Assunção, até o dia

¹⁷¹ “PAÍSES revêem área de exclusão militar.” *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1998. Mundo, p.12.

¹⁷² *Idem*.

¹⁷³ “ANALIZARÁN conflito Perú-Ecuador.” *El Mercurio*, Santiago, 13 ago 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e364.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁷⁴ HOLLANDA, Eduardo. Evitando o pior. *Revista Isto é*, São Paulo, 19 ago. 1998.

¹⁷⁵ *Idem*

¹⁷⁶ *Idem*.

14 de agosto o presidente Fujimori insistia na afirmação de que 300 militares equatorianos estariam infiltrados em território peruano, fora da região de controle da MOMEPE.¹⁷⁷

A expansão da região desmilitarizada abria caminho para uma nova fase das negociações. Sem dúvida, o acordo firmado em Assunção fora um dos mais significativos passos para a resolução definitiva do conflito. Além disso, o Brasil saía fortalecido do processo. As negociações que precederam a assinatura do acordo no Paraguai haviam se concentrado em torno do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nos quatro meses anteriores, o presidente Alberto Fujimori visitara o colega brasileiro por quatro vezes.¹⁷⁸ No mesmo período vieram duas vezes os chefes de Estado equatorianos, o presidente interino Fabián Alarcón e Jamil Mahuad, pouco antes de tomar posse.¹⁷⁹ Sem a criação da nova área desmilitarizada seria pouco provável a obtenção de um clima mais distendido para o prosseguimento das conversações na esfera diplomática, tendo em vista que as acusações mútuas de invasão de território e os acidentes com minas vinham contribuindo para o agravamento das tensões.

Neste momento, em que se iniciava a fase final da existência da MOMEPE, o Brasil havia conseguido projeção diplomática como líder de uma importante negociação regional em busca da paz no subcontinente sul-americano. É perceptível o discreto afastamento dos Estados Unidos, numa postura cuja aparência poderia ser considerada como de incentivo a que se chegasse a uma solução regional, talvez porque Washington julgasse ter problemas externos mais importantes dos quais tratar. Havia também motivos mais concretos e imediatos para que os países garantes se esforçassem na remoção de temores de guerra na América do Sul: o delicado momento financeiro vivido pelos mercados mundiais em meados da década de noventa. O risco de guerra seria um elemento a mais na disposição de capitais voláteis, imprescindíveis para o equilíbrio das contas sul-americanas à época (e ainda hoje), de se afastarem da região. Independentemente de intenções geopolíticas de longo prazo, a estabilidade macroeconômica própria já seria motivo suficiente para que o presidente do

¹⁷⁷ GIRALDI, Renata. “Tropa brasileira tenta impedir conflito.” *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 1998. Arquivos Folha, disponível em <http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1998&banner=bannersarqfolha>, acessado em 05/03/03.

¹⁷⁸ “EQUADOR e Peru mais próximos da paz.” *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 ago. 1998. Internacional.

¹⁷⁹ *Idem*.

país com a maior economia da região, e principal responsável pela condução do mais recente e bem sucedido plano antiinflacionário brasileiro, trabalhasse com afinco para a administração da paz entre países vizinhos. De fato, o perigo de desestimular investimentos externos em toda a América do Sul fora um dos argumentos usados pelos países fiadores para tentar convencer os presidentes Mahuad e Fujimori a acertarem um acordo final quanto à zona desmilitarizada e à separação de forças na fronteira.¹⁸⁰

Com relação a interesses econômicos, o diário brasileiro *Gazeta Mercantil* faz interessante análise das possibilidades que abrir-se-iam para a América do Sul não apenas com a paz entre Equador e Peru, mas por meio de novos planos de integração entre as costas atlântica e do Pacífico no subcontinente.¹⁸¹ O jornal observa que seria difícil a criação de uma zona de livre comércio na região, com eventual integração entre Comunidade Andina e Mercosul, com a persistência de disputa de território entre países membros. A pacificação de diferenças entre Peru e Equador atenderia a um importante fator estrutural, que seria a possibilidade de trabalho conjunto destes países com os outros que possuam fronteiras amazônicas no intuito de se planificar a integração da região em rotas comerciais.

Desta vez, o acordo fora cumprido a contento. Em 28 de agosto a retirada das tropas estava completa e a MOMEPE concluía a delimitação da nova Zona de Controle e Vigilância.¹⁸² De acordo com o então Coordenador-Geral da MOMEPE, General Plínio de Abreu, a parte militar estava cumprida: “Agora é com a parte diplomática”¹⁸³. Após mais de três anos de negociação e trabalho dos diplomatas e da MOMEPE, o acordo oficial de cessar-fogo tinha sido completamente efetivado e as tropas estavam integralmente fora da Zona Desmilitarizada. Restava agora o passo final: a demarcação da fronteira na região sob disputa. Após a completa desmilitarização da área, no final de agosto, Quito e Lima não conseguiam chegar a um consenso sobre o traçado por que passaria a linha fronteira. Eram

¹⁸⁰ GOSMAN, Eleonora. “Perú y Ecuador acordaron no recurrir a las armas.” *Clarín*, Buenos Aires, 16 ago. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e5db.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁸¹ “PELA integração Atlântico-Pacífico.” *Gazeta Mercantil*, 19 ago. 1998.

¹⁸² BARRETO, Mabel. Paso a la paz: MOMEPE concluye delimitación de zona de control y vigilancia. **Revista Caretas**, Lima, 03 set. 1998. Disponível em <http://www.caretas.com.pe/1998/1532/ecuador/ecuador.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁸³ *Idem*.

setenta quilômetros não demarcados sobre os quais Equador e Peru tinham diferentes interpretações em relação ao que dizia o Protocolo do Rio de Janeiro de 1942.

Em 7 de outubro chegavam à Brasília, a convite do presidente Fernando Henrique Cardoso, os presidentes do Peru, Alberto Fujimori, e do Equador, Jamil Mahuad, para discutir o problema em reunião com o presidente brasileiro.¹⁸⁴ Porém, o acordo não seria possível. No dia seguinte ambos os presidentes desistiram de negociar e solicitaram a intervenção dos países garantes, pedindo para que elaborassem uma proposta.¹⁸⁵ Ou seja, Equador e Peru entregavam a questão à arbitragem dos países fiadores do Protocolo de 1942 e mostravam-se dispostos a acatar o que fosse decidido. O comunicado conjunto foi encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que precisaria então consultar os presidentes dos demais países garantes.¹⁸⁶

A esta altura, ambos os países já haviam acertado vários pontos que poderiam vir a fazer parte de um tratado final: um acordo de comércio e navegação pelo Rio Napo (que corta a região disputada), um projeto de integração fronteiriça e uma comissão binacional sobre medidas de confiança mútua e segurança. A questão pendente era o traçado da linha fronteiriça, cuja operação de fixação de marcos caberia à MOMEF.

Em carta de resposta, datada de 10 de outubro, à solicitação de Quito e Lima para a elaboração, pelos países garantes, de uma proposta de acordo final, o presidente Fernando Henrique informou a disposição de tais países em fazê-lo, desde que a proposta tivesse caráter mandatário, ou seja, obrigatoriedade de acatamento por ambas as partes. Em 16 de outubro os Congressos Nacionais de Equador e Peru concordaram em atribuir caráter mandatário à proposta que fosse apresentada pelos países garantes.¹⁸⁷

¹⁸⁴ “PERU e Equador voltam a negociar paz em Brasília.” *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 out. 1998. Internacional.

¹⁸⁵ ROCHA, Janes. “Peru e Equador pedem intervenção.” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 out. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e4b4.htm>, acessado em 05/03/03.

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, informação nº 390. **Nota à Imprensa. Processo de Paz Equador-Peru:** entrega de Proposta dos Países Garantes sobre Solução Global de Paz. Assessoria de Comunicação Social, 23/10/98. Disponível em www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle.asp?ID_RELEASE=390, acessado em 07/03/03.

Em 21 de outubro os presidentes Mahuad e Fujimori chegavam a Buenos Aires para se encontrar com o colega argentino Carlos Menem.¹⁸⁸ Naquele momento já se pressentia o fim definitivo da disputa, pois os países garantes estavam por entregar a proposta para ambos os governos, peruano e equatoriano. O embaixador argentino Alfredo Chiaradía, encarregado das negociações pelo governo Menem, afirmou na ocasião que uma solução final estava próxima, mas que a assinatura de um eventual acordo seria feita no Brasil.¹⁸⁹

Em 23 de outubro de 1998 Brasília enviava a Equador e Peru a proposta dos países garantes do Protocolo de 1942. Entre as suas principais determinações, estavam as que se seguem: o governo do Peru daria em propriedade privada ao governo do Equador uma área de um quilômetro quadrado, em cujo centro se encontraria o ponto reconhecido pelo Equador sob a denominação de Tiwinza; tal propriedade permaneceria sob soberania peruana, mas sem estar sujeita ao confisco por parte do Peru; o governo equatoriano não poderia ter efetivos policiais nem militares dentro de tal área; os equatorianos poderiam transitar livremente até a área em questão por uma estrada de até cinco metros de largura, que a ligaria com o território do Equador pelo traçado mais direto possível; ambos os países deveriam constituir, dentro de seu território, uma zona de proteção ecológica; tais zonas seriam vizinhas e coincidentes com o setor de fronteira em disputa; as respectivas polícias nacionais seriam responsáveis pela segurança de cada uma das zonas ecológicas.¹⁹⁰

Finalmente a pacificação definitiva da disputa entre Equador e Peru fora conseguida. Tropas separadas, cessar-fogo e zona desmilitarizada respeitados e um tratado final assinado em Brasília em 26 de outubro de 1998, a chamada “Acta de Brasília”, que abrigava o “Acordo Global e Definitivo de Paz entre Equador e Peru”.¹⁹¹ A partir de então, a

¹⁸⁸ PERSOGLIA, Sergio. “Llegan Fujimori y Mahuad para discutir la paz com Menem.” *Clarín*, Buenos Aires, 21 out. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e5c6.htm>, acessado em 5/03/03.

¹⁸⁹ *Idem*.

¹⁹⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, informação n° 394. **Aditamento à informação 390. Processo de Paz Equador-Peru:** Proposta dos Países Garantes sobre Solução Global de Paz”. Assessoria de Comunicação Social, 23/10/98. Disponível em www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle.asp?ID_RELEASE=394, acessado em 07/03/03.

¹⁹¹ ECUADOR. Ministério de Relaciones Exteriores. **Acta de Brasília de 26 de octubre de 1998**, *op. cit.*

MOMEPE seguiria seu trabalho sem ser surpreendida por entraves diplomáticos e escaramuças entre tropas inimigas. Em 17 de junho de 1999, após concluir a supervisão e execução conjunta dos trabalhos de demarcação fronteira e de desminagem, previstos na “Acta de Brasília”, a missão foi encerrada por uma cerimônia militar em Patuca, Equador, onde ficou parcialmente sediada por quatro anos e meio.¹⁹²

3.6 O processo de paz e a MOMEPE na perspectiva do governo brasileiro: as visões do Exército e do presidente Cardoso

Este tópico pretende apresentar os pontos de vista do Exército Brasileiro e do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o processo de formação da MOMEPE, sua importância geral e a participação do Brasil. No caso do Exército, abordamos principalmente a posição de dois ex-coordenadores-gerais da Missão, os generais Francisco Roberto de Albuquerque e Cláudio Barbosa de Figueiredo, respectivamente os atuais Comandante do Exército e Comandante Militar da Amazônia. No caso de presidente Cardoso, comentamos alguns discursos e pronunciamentos oficiais em que a MOMEPE é citada.

3.6.1 Posições do Exército sobre a MOMEPE

De acordo com o Comandante do Exército Brasileiro, General Francisco Roberto de Albuquerque, a participação do Exército demonstra o fato de que ao Brasil interessa um ambiente de paz e cooperação ao longo de nossas fronteiras.¹⁹³ Ainda segundo ele, a participação na MOMEPE se insere na longa tradição do Exército Brasileiro em missões de paz, especialmente sob os auspícios da ONU e da OEA. Importante observar aqui que o General Albuquerque não se refere apenas a um ambiente de paz, mas de “paz e cooperação”, o que

¹⁹² UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. **Ceremony closing the Military Observer Mission Ecuador-Peru.** Disponível em http://www.defenselink.mil/news/Jun1999/b06171999_bt298-99.html, acessado em 05/03/03.

¹⁹³ General Francisco Roberto de Albuquerque, *op. cit.*

demonstra a assimilação da idéia de interação entre Estados vizinhos, que se aplicaria, no horizonte, ao contexto da cooperação em questões específicas, como defesa e segurança.

Na opinião do General Albuquerque, fora “natural” que a coordenação da MOMEPE tivesse ficado a cargo do Brasil, dado o que ele considera ser a “*expressão e influência do Brasil em toda a região*”. O General nega qualquer pretensão de liderança regional no que se refira ao Exército Brasileiro: “*Não existe essa pretensão de liderança, pelo menos não em termos de Exército Brasileiro, que é a minha seara*”. No entanto, é possível notar em suas palavras a percepção de que o Brasil estaria vocacionado à liderança regional, pois o General inclui entre os motivos da liderança brasileira na MOMEPE a “*situação geográfica*”, ou seja, a projeção continental do território. Como a dimensão territorial é dado físico, pouco passível de mudança no caso do Brasil, estaria caracterizada a tendência a liderar o continente. Importante notar que a integridade territorial é tema diretamente ligado às forças armadas, especialmente ao Exército. Uma vocação de liderança que tenha na extensão territorial um de seus pilares, tem no Exército a guarda deste pilar. Neste caso, supõe-se que o poder militar brasileiro deva se apresentar como estando à altura da missão vocacional do país. Ou seja, a liderança regional, ao se apoiar na extensão territorial, passaria necessariamente pela liderança *militar* regional. Aqui, portanto, encontramos a projeção, no cenário sul-americano, da auto-imagem do Exército Brasileiro a que aludimos anteriormente.¹⁹⁴

Na visão do General Cláudio Barbosa de Figueiredo, último Coordenador-Geral da MOMEPE e atual Comandante Militar da Amazônia, a Missão teve saldo bastante positivo.¹⁹⁵ Considera terem sido essenciais para esse sucesso quatro características: a vontade política dos diversos escalões das Forças Armadas de Equador e Peru, o que teria proporcionado o adequado cumprimento de todos os acordos e recomendações ao longo do processo de paz; a constituição inicial da MOMEPE e sua evolução até a última formação teriam permitido perfeita relação entre necessidades operacionais e administrativas; a entrosada relação entre o nível militar e o político-diplomático com o constante acompanhamento,

¹⁹⁴ Ver nota 21.

¹⁹⁵ FIGUEIREDO, general de división Claudio Barbosa de. MOMEPE: Una Misión Cumplida!. **Military Review**, Septiembre-Octubre 1999. Disponível em <http://www.leavenworth.army.mil/milrev/Spanish/SepOct99/momep.htm>, acessado em 10/03/05.

pela parte diplomática, das atividades da MOMEPE, por meio das atas das reuniões do Comitê Consultivo Superior da Missão; por último, a qualidade, o profissionalismo e espírito de missão dos militares integrantes da MOMEPE, o que teria permitido a superação de dificuldades como os diferentes idiomas (inglês, português e espanhol), costumes e cerimonial militar. Tal adequação teria facilitado também, segundo o General Figueiredo, a função do Coordenador-Geral. Por tudo isso, o General Figueiredo considera a Missão como “claramente vitoriosa”.

Ainda de acordo com o General Figueiredo, a MOMEPE teria como um de seus pontos positivos a experiência legada ao Exército Brasileiro.¹⁹⁶ Segundo sustenta, a aprendizagem foi grande e existiria a intenção, por parte do Exército, de deixar um arquivo completo com as experiências da Missão, o que facilitaria, no futuro, a preparação e execução de missões de paz nos mesmos moldes. Lembra que a MOMEPE foi uma missão de paz que “realmente” chegou à paz, o que, segundo ele, seria raro.

A posição oficial do Exército Brasileiro mostra-se assim, por meio de suas autoridades, muito positiva em relação à implementação e os resultados finais obtidos pela MOMEPE. Embora as observações dos generais acima pareçam realmente justificadas, principalmente no que se refere à experiência adquirida pela participação na Missão e ao claro precedente de cooperação regional criado por ela, não seria de se esperar postura diferente do Exército em documentos oficiais ou declarações de suas autoridades. Na página eletrônica da Força, ao se pesquisar sobre “MOMEPE”, lê-se num pequeno texto que “*a missão consolidou a imagem do Brasil como uma nação apreciadora da paz e confiante em seus meios diplomáticos.*”¹⁹⁷ Ainda o editorial da Revista Verde-Oliva, publicação do Centro de Comunicação Social do Exército, em seu número 166, edição especial sobre a MOMEPE, comenta:

¹⁹⁶ FIGUEIREDO, general Cláudio Barbosa de. Entrevista à **Revista Verde-Oliva**, do Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro, nº 166, 1999, p. 20.

¹⁹⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. **Missão de Observadores Militares Equador-Peru**. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/04Maoami/missaopaz/momep/indice.htm>, acessado em 10/03/05.

Podemos concluir, no fim das contas: ganhou o Exército, que cumpriu difícil missão e muito aprendeu com o processo; ganhou o Brasil, que ampliou sua inserção no cenário internacional; e, finalmente, ganhou o mundo com o afastamento do espectro da guerra no continente sul-americano.¹⁹⁸

Apesar de laudatório, como não poderia deixar de ser, o discurso oficial do Exército sobre a MOMEF deixa transparecer a percepção de um importante precedente criado não para a paz mundial, mas especialmente para a paz e a cooperação na América do Sul. Além disso, também é de se notar a consciência da aquisição de relevante experiência num processo real de implementação de cooperação militar, mesmo que temporária.

3.6.2 A direção diplomática do presidente Cardoso sobre o processo de paz e a MOMEF

Em seus pronunciamentos sobre política externa, sempre que a MOMEF é mencionada o presidente Cardoso se refere à Missão como uma substantiva ação dos países fiadores, e do Brasil em especial, em prol da paz e da democracia na América do Sul. Em discurso em sessão solene do Conselho Permanente da OEA, em abril de 1995, o presidente Cardoso enfatizou o que seria um caráter bidimensional de sua política exterior, ou seja, voltado tanto para a globalização quanto para o regionalismo.¹⁹⁹ Sugeriu, no entanto, a importância da ação dos organismos multilaterais no processo de harmonização dessas duas dimensões. Lembrou, no contexto da política externa regional, os esforços brasileiros no sentido de aprofundar os laços econômicos a partir do Mercosul. Observou também a ação política regional em prol de maior cooperação na manutenção da paz, momento em que foram lembrados os países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, numa ocasião em ocorriam esforços de contenção de hostilidades entre Equador e Peru.

¹⁹⁸ *Revista Verde-Oliva*, *op. cit.*, p.03.

¹⁹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Política Externa - Pronunciamentos*. Vol. I – De janeiro a junho de 1995. Palácio do Planalto, Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/POLEXT13.HTM, acessado em 11/03/05.

Na cerimônia de posse para o segundo mandato do presidente peruano Alberto Fujimori, em julho de 1995, mais uma vez o reconhecimento da tensão na região andina se fez presente no discurso do presidente Cardoso, como também novamente a referência à necessidade de maior integração política regional.²⁰⁰ Em discurso, sugeriu o presidente Cardoso que a melhor inserção no contexto globalizado mundial se faria pela ênfase em processos “sub-regionais”, onde estariam presentes as condições básicas para a integração, como a existência de correntes de comércio, a proximidade e a interconexão físicas.

Na “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1995 também encontram-se menções à integração regional, entre o Mercosul e os “vizinhos latino-americanos”, com vistas a adquirir melhores condições de competição no âmbito internacional. Para tanto, o aprofundamento das relações na América do Sul é visto como essencial.²⁰¹ Na “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1996 começam a se delinear contornos mais claros de partes do que seria uma política de defesa nacional.²⁰² No item “Defesa Nacional” encontra-se afirmação que aponta prioridade “*à estruturação de um núcleo dotado de capacidade operacional e poder dissuasório, sendo fortalecida a presença militar na Amazônia*”. A Mensagem de 1996 é a primeira onde ocorre menção oficial à MOMEPE, e já é possível perceber a disposição inicial de manter a Missão funcionando até que as diferenças entre Equador e Peru fossem definitivamente resolvidas: “*A MOMEPE continuará operando como fiadora da paz no Alto do Cenepa, para que a solução definitiva do histórico problema de fronteira entre Equador e Peru seja alcançada no futuro mais próximo*”.²⁰³ Lê-se ainda, na mesma Men-

²⁰⁰ *Idem*. “Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em resposta ao Senhor Presidente Alberto Fujimori, durante banquete no Palácio de Governo.” Lima. 27 de julho de 1995. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/polex4.htm#12, acessado em 11/03/05.

²⁰¹ *Ibid*. “Mensagem ao Congresso Nacional 1995”. Palácio do Planalto, Brasília, janeiro de 1995. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/95MENS3E.HTM, acessado em 11/03/05.

²⁰² *Ibid*. “Mensagem ao Congresso Nacional 1996.” Palácio do Planalto, Brasília, janeiro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/96MENS10.HTM, acessado em 11/03/05.

²⁰³ *Ibid*.

sagem, que “*O Exército voltou-se prioritariamente para a execução de programas para a sua estruturação, especialmente na Região Amazônica*”.²⁰⁴

Na “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1997 novamente o presidente Cardoso faz menção à MOMEF como um importante momento de participação do Brasil na promoção da paz regional, mas dessa vez igualada, em grau de importância, a outras missões internacionais e sob a égide da ONU, como a Missão de Verificação em Angola.²⁰⁵ É lembrada, ainda, a continuação do processo de reaparelhamento das Forças Armadas por meio da “*aquisição de modernos meios de defesa, vigilância e combate, com ênfase para a utilização na Região Amazônica*”.²⁰⁶

Na “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1998 é feita menção à conclusão dos estudos com vistas à criação do Ministério da Defesa.²⁰⁷ Afirma o presidente Cardoso que tais mudanças fariam parte de um conjunto de providências para tornar a defesa nacional compatível com a “*estatura político-estratégica do Brasil*”. É mencionado também o documento “Estratégia Militar Brasileira”, que preconizaria parte das mudanças no plano operacional. O presidente Cardoso lembra também, na ocasião, o então recente aumento das responsabilidades do Brasil na MOMEF, acumulando parte das responsabilidades logísticas antes a cargo dos Estados Unidos. Além da Coordenação-Geral da Missão, o Brasil passaria também a coordenar o apoio logístico.

Na “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1999 o presidente Cardoso inicia reafirmando as duas dimensões complementares da política externa brasileira a que já tinha se referido no início do primeiro mandato: a política global, voltada para a atuação no âmbito da ONU, OMC, e nas questões referentes a meio ambiente, narcotráfico, direitos humanos, paz e segurança; e a política regional e bilateral, voltada para o fortalecimento das relações

²⁰⁴ Grifo nosso.

²⁰⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. “Mensagem ao Congresso Nacional 1997”. Palácio do Planalto, Brasília, janeiro de 1997. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/97MENS10.HTM, acessado em 11/03/05.

²⁰⁶ *Idem*, grifo nosso.

²⁰⁷ *Ibid.* “Mensagem ao Congresso Nacional 1998”. Palácio do Planalto, Brasília, janeiro de 1998. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/98MENS8.HTM, acessado em 10/03/05

com o Mercosul e para a integração latino-americana.²⁰⁸ Relativo a esta segunda dimensão, o desempenho do Brasil no processo de paz Equador-Peru é apontado pelo presidente Cardoso como de grande êxito. Sustenta o presidente Cardoso que a diplomacia brasileira teria sido, em grande parte, responsável pelo sucesso das negociações, em particular no período iniciado com a Declaração de Paz do Itamaraty, em fevereiro de 1995, até a assinatura da Ata Presidencial de Brasília, em outubro de 1998. Observa também que o Brasil desempenhava, até então, papel de relevo na implementação do último acordo, em especial no âmbito da MOMEPE, que se encerraria meses após esta Mensagem ao Congresso.

No discurso proferido por ocasião da assinatura da Declaração de Paz entre Equador e Peru, em 26 de outubro de 1998, o presidente Cardoso se refere à MOMEPE como organismo de atuação decisiva, que teria criado as condições indispensáveis para o clima de distensão com grande eficiência e alto “sentido profissional”.²⁰⁹ A ação dos observadores militares, segundo ele, teria possibilitado o êxito das conversações no âmbito diplomático. Mais uma vez é lembrada a suposta vocação para a cooperação regional: “(...) *Em nosso continente, não há lugar para alternativas diferentes da paz e da cooperação*”.²¹⁰

Da mesma maneira que no caso do posicionamento oficial do Exército Brasileiro com relação à MOMEPE, nos pronunciamentos do presidente Cardoso, como caberia a qualquer chefe de Estado na mesma condição, a Missão é saudada como um elemento extremamente bem sucedido e de legado promissor para futuras missões semelhantes na América do Sul. Consideramos que, no caso da MOMEPE, as palavras oficiais não destoam muito da realidade, pelo menos quanto às características apontadas acima.

De acordo com Cervo, a política externa do presidente Cardoso teria ocorrido em quatro domínios principais, na seguinte ordem: “*antes de tudo, o multilateralismo, depois o*

²⁰⁸ *Ibid.* “Mensagem ao Congresso Nacional 1999.” Palácio do Planalto, Brasília, janeiro de 1999. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/99MENS9.HTM, acessado em 11/03/05.

²⁰⁹ *Ibid.* “Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de assinatura da Declaração de Paz entre Equador e Peru.” Palácio do Planalto, Brasília, 26 out. 1998. Disponível em http://www.radiobras.gov.br/integras/98/integra_2610_7.htm, acesso em 10/03/05.

²¹⁰ *Idem*

regionalismo, os Estados Unidos e a União Européia”.²¹¹ Tal expressão multidimensional aparece, de certa forma, nos pronunciamentos oficiais mostrados acima, sempre revestidos da seguinte idéia: o alcance de boas relações regionais como condição para a inserção integrada na competição mundial. Assim, o caso específico da MOMEPE aparece como exemplo útil de dimensão militar na tentativa de se atingir maior integração regional.

3.7 A guerra e a MOMEPE na visão de alguns analistas

O objetivo deste tópico é investigar, de maneira comparativa, a posição ocupada pela MOMEPE, pela guerra Equador-Peru e pelo processo de paz de forma geral na análise de alguns autores importantes e de duas autoridades entrevistadas. Eles fornecem reflexões sobre a guerra entre Equador e Peru em seus aspectos gerais e sobre o significado da MOMEPE de maneira específica. Com o intuito de apresentar as discussões de maneira sistematizada, organizaremos os autores de acordo com a ênfase em suas abordagens, da seguinte forma: primeiro, as análises com foco na guerra em si; segundo, as considerações mais centradas na constituição e ação da MOMEPE e dos países garantes; terceiro, as reflexões sobre a atuação brasileira, especificamente. Por último, apresentaremos as análises e comentários de duas autoridades entrevistadas, o General Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército Brasileiro, e o General (r) Oswaldo Jarrín, ex-oficial de ligação do Equador no início do processo de paz de 1995 e professor da Flacso daquele país.

3.7.1 Causas da guerra e da permanência do confronto histórico até 1995

O primeiro dos dois autores que apresentamos neste subitem é Ramón Ortiz. Ele analisa as causas materiais e simbólicas para ambos os lados.²¹² Confere maior importância

²¹¹ CERVO, Amado Luís. Os Objetivos da Política Exterior de Lula. *Colunas de RelNet no. 10, mês 7-12, ano 2004*. Disponível em http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7873.html, acessado em 07/04/05.

²¹² ORTIZ, Ramón D. Ecuador-Peru: acuerdos para una paz definitiva. *Papeles de Cuestiones Internacionales, n°66, 1999*. Grupo de Estudios Estratégicos. Disponível em www.gees.org/publicaciones/col/col06.html, acessado em 03/10/02.

às segundas. O valor econômico do território em disputa seria, segundo o autor, muito escasso. Afirma que supostas existências de petróleo, ouro e urânio careceriam de fundamento. Além disso, uma eventual conquista de acesso ao rio Amazonas por parte de Quito não seria de grande valia devido à falta de infra-estrutura necessária que conectasse a região aos grandes centros do país. Considera que a disputa fronteiriça entre Equador e Peru esteve sendo alimentada, no último meio século, mais pela relevância política do conflito em ambos os países que pela importância em termos estratégicos e econômicos do espaço geográfico em questão. No que respeita à MOMEPE, argumenta que sua completa desativação seria inconveniente, pois deixaria peruanos e equatorianos como únicos responsáveis pela manutenção da recém-delineada fronteira, com as conseqüentes incertezas que essa situação poderia alimentar. Sua opinião expressa um pessimismo compreensível, diante de um problema fronteiriço existente desde a época mesmo da fundação daqueles Estados nacionais. Porém, parece equivocar-se neste ponto, pois a paz na região mostrava-se consolidada após cinco anos e meio de desativação da MOMEPE. Além do que, o principal objetivo da MOMEPE e dos esforços diplomáticos foi justamente construir uma situação a partir da qual equatorianos e peruanos, de fato, se tornassem os únicos responsáveis pela manutenção da estabilidade da demarcação fronteiriça e da paz na região. Suas afirmações sobre a pouca importância da região em disputa em termos de recursos econômicos é passível de questionamento. Segundo English, o território ocupado pelo Peru em 1941 teria, talvez, mais reservas de petróleo do que as remanescentes no atual território do Equador.²¹³

Bonilla apresenta um interessante meio termo a respeito de motivos materiais e simbólicos da guerra: o papel do território como elemento de identidade nacional.²¹⁴ Ou seja, as motivações de um e outro país em guerra não seriam encontradas no acesso privilegiado a recursos materiais ou econômicos, até porque as áreas em disputa não seriam desenvolvidas, a despeito de abrigarem alguma atividade de mineração. A verdadeira motivação estaria na questão territorial como fonte de identidade nacional e, portanto, como ins-

²¹³ ENGLISH, Adrian, *op. cit.*, p. 235.

²¹⁴ BONILLA, Adrián. The Ecuador-Peru Dispute: The Limits and Prospects for Negotiation and Conflict. In MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.), *op. cit.*, p. 67-89.

trumento de legitimação do próprio Estado. A dimensão territorial ofereceria, segundo o autor, sentido e legitimidade para a existência não apenas de ambos os governos e suas forças armadas, mas para os Estados em si. Observa Bonilla que, apesar de o Equador ter perdido metade de seu território oficial para o Peru na guerra de 1941, o Estado equatoriano não havia integrado, não conhecia e não controlava aquela parte do território até então.

Bonilla sustenta que o desenvolvimento de maior interdependência econômica entre Equador e Peru poderia garantir sólida relação pacífica. Sua argumentação aqui enfoca a interdependência como paradigma das Relações Internacionais, na qual, segundo explica, não haveria hierarquia pré-definida entre questões de política externa e temas domésticos. Em tal contexto, tornar-se-ia improvável que duas sociedades interdependentes possuíssem Estados que recorressem à força para atingir seus objetivos.

Equador e Peru teriam uma ausência quase total de interdependência. Segundo o autor, o meio mais intenso de interação entre eles estaria no comércio, que mesmo assim seria irrelevante se comparado ao total de exportações de ambos os países. Lembra Bonilla que, em 1992, as vendas do Peru para o Equador representavam apenas 1% do total das exportações peruanas. Aponta ainda que, imediatamente após o final dos combates de 1995, a fronteira entre Equador e Peru ficou totalmente fechada para o comércio por seis meses, sem que houvesse nenhum sério dano nos centros financeiros ou estrutura produtiva de nenhum deles. Haveria ainda muito pouca migração e nenhuma troca cultural, nem mídia ou comunicação de massa de um país para outro. Tudo isso, segundo Bonilla, permitiria um cenário no qual políticas externas antagônicas podem ser desenvolvidas inclusive com o uso de meios hostis, pois não haveria atores sociais relevantes cujos interesses seriam afetados pela eventual interrupção de relações normais. Assim, sustenta o autor que a questão territorial assumiria hierarquia claramente superior a outros tópicos, como a economia e a integração regional. Ainda segundo o autor, as questões de segurança e ameaça externa estimulam Equador e Peru a assumirem formas de interação tradicionais, mais próximas do Realismo do que de qualquer outro paradigma de relações internacionais.

De acordo com Bonilla, os impasses subsistentes sustentados por ambas as partes acabaram por conduzir os países garantes de uma posição de mediadores da disputa para um papel mais próximo ao de árbitros. Tal pressentimento do autor se confirmaria no final

de outubro de 1998, quando Equador e Peru reconhecem a impossibilidade de chegarem a um acordo por si próprios e solicitam, em carta endereçada ao presidente Cardoso, uma proposta de solução por parte dos países garantes. Este fato ocorre meses depois de escrito o artigo em questão de Bonilla. Com relação à MOMEPE, o autor observa que um dos momentos mais importantes da Missão teria sido a incorporação de oficiais de Equador e Peru e a promoção de uma série de encontros entre esses militares com o objetivo de serem criadas medidas de confiança mútua. Afirma Bonilla que tais iniciativas teriam melhorado o nível do diálogo entre as forças armadas dos dois países.

Enxergar o conflito Equador-Peru de acordo com determinados paradigmas de relações internacionais, como faz Bonilla, traz uma contribuição no nível teórico para a análise do problema. A questão é colocada num patamar além das considerações das contingências históricas de um e outro país. Em outras palavras, aquelas contingências são utilizadas por Bonilla na tentativa de demonstrar a validade da asserção genérica de que a promoção da interdependência entre Estados-nacionais é um fator de desenvolvimento e promoção da paz.

3.7.2 Criação da MOMEPE e a ação conjunta dos países garantes

David S. Palmer é o primeiro apresentado aqui. O autor concentra sua análise no processo de paz mediado pelos países garantes com base nas prerrogativas legais previstas no “Protocolo do Rio”²¹⁵ de 1942.²¹⁶ Afirma que os esforços desencadeados pelos países garantes após a guerra de 1995 foram os maiores desde os anos quarenta, o que teria sido facilitado pela clara vontade de ambas as partes em guerra em resolver a situação. O reconhecimento de Peru e Equador da existência do impasse e da necessidade de uma resolução de acordo com os parâmetros do documento de 1942 forneceria as bases para as várias ro-

²¹⁵ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Protocolo de Paz, Amistad y Límites**, *op. cit.*

²¹⁶ PALMER, David S. The Search for Conflict Resolution: the Garantors and the Peace Process in the Ecuador-Peru Dispute. In MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.), *op. cit.*, p. 21-44.

dadas de encontros entre representantes das partes e dos países garantes, que começaram em fevereiro de 1995. Salienta Palmer que o principal desafio para os países fiadores passaria a ser, então, encontrar uma solução definitiva para a disputa que contemplasse o que se previa no Protocolo do Rio. Sustenta que tal procedimento fora prejudicado em vezes anteriores devido ao fato de os países garantes priorizarem problemas de sua própria agenda, sem a preocupação de se encontrar uma solução específica para a disputa fronteiriça. Poder-se-ia mencionar aqui, como exemplo, o fato de a Segunda Guerra Mundial ter atrapalhado as negociações e prejudicado o Equador, em 1942. Afirma Palmer que o bom relacionamento entre os países fiadores seria um elemento que favoreceu sua ação como organismo único.

Para o autor, a formação e instalação da MOMEPE foi um dos indícios do maior comprometimento dos países garantes desta vez. Sugere mesmo que, no caso em que um acordo diplomático se mostrasse extremamente difícil, a manutenção da MOMEPE seria um mecanismo para, pelo menos, evitar novos confrontos. Palmer observa que, deixada aos cuidados da OEA a administração do problema, demorar-se-ia mais para se alcançar qualquer dos estágios de tentativa de solução da disputa, desde o cessar-fogo até os documentos resultantes das primeiras negociações diplomáticas. Lembra ainda que a OEA não possui nenhum modelo de força militar ao estilo da MOMEPE, mesmo porque o emprego de tal força provocaria resistência de muitos membros da organização, dada a interpretação de que tal instrumento serviria como intervenção da política externa dos Estados Unidos.

A importância que Palmer confere à MOMEPE é grande e tem também as duas dimensões de que se tratou mais acima: a simbólica e a material. A primeira surge do fato de ser a MOMEPE, segundo o autor, uma manifestação da vontade sincera dos países fiadores em resolver de uma vez por todas a disputa. Seria um recado pelo qual afirmariam os garantes: “estamos militarmente organizados e fisicamente envolvidos em prol do fim do conflito”. A dimensão material seria a própria mobilização que gera o simbolismo. O Exército Brasileiro chegou a adquirir helicópteros para ser usados na Missão. É pouco provável, porém, que a MOMEPE se sustentasse como biombo da paz em caso de falência da instância diplomática, como o autor chega a defender. E o principal motivo é que a Missão não possuía estrutura e nem autoridade para executar uma intervenção militar. Suas funções eram a observação, a fiscalização e, eventualmente, a negociação entre lideranças militares. Os

integrantes da MOMEPE possuíam treinamento para, inclusive, retirar-se da região rapidamente em caso de retomada dos combates.

Tratando de forma específica da MOMEPE, os autores a seguir enfatizam mais ou menos o caráter regional da missão conforme queiram acentuar menos ou mais o papel exercido pelo exército dos Estados Unidos. Hiller faz uma descrição detalhada da estrutura e das atividades da MOMEPE até o momento em que o texto é escrito. Salienta que os objetivos da Missão seriam observar, verificar e relatar, não possuindo o compromisso do emprego da força para separar tropas que eventualmente violassem o cessar-fogo. Preocupa-se em descrever o suporte logístico dos Estados Unidos, com relação a transporte aéreo e comunicações, fornecido pelo Comando Sul do exército norte-americano, sediado no Panamá. Cita o uso de aeronaves norte-americanas nos vôos de reconhecimento e a importância desses vôos para o sucesso da Missão. Embora não se queira aqui negar tal importância, o fato de as operações acontecerem sob coordenação brasileira é citado rapidamente em menos de uma linha, longe do momento em que se descreve o suporte logístico a que se aludiu acima.²¹⁷

Shelton descreve a estrutura e os objetivos das chamadas SOF (Special Operations Forces) utilizadas durante a participação norte-americana na MOMEPE. Sustenta que uma das intenções estratégicas das SOF é melhorar a relação com os aliados americanos e afirma claramente que a MOMEPE foi concebida e implementada pelo Comando Sul dos Estados Unidos.²¹⁸ Tal assertiva é coerente com a informação de Weidner, segundo a qual a liderança do Brasil teria sido aceita com restrições. A posição dos generais brasileiros teria sido definida como sendo de “coordenação”, ao invés de comando. Estes exerceriam o controle operacional sobre os militares de outros países, exceto sobre os estadunidenses. Isso teria preservado aos militares dos Estados Unidos poder de veto em relação à utilização de

²¹⁷ HILLER, Steve. Military observer mission Ecuador and Peru (MOMEPE) and JTF Safe Border. **Center for Army Lessons Learned**, January-February, 1996. Disponível em http://call.army.mil/products/nftf/jan_feb.96/chpt6.htm, acessado em 03/10/02.

²¹⁸ SHELTON, Henry H. Special Operations Forces: Key Role in Preventive Defense. **Defense Issues**, vol.12, nº 12, 1997. Disponível em www.defenselink.mil/speeches/1997/s19970301-shelton.html, acessado em 03/10/02.

helicópteros e recursos de comunicação para certas missões.²¹⁹ Tal informação não foi confirmada em entrevista para este trabalho feita com o Major José Henrique de Cassio Ruffo, oficial brasileiro que participou do Grupo de Apoio no ano de 1997.²²⁰ De acordo com o Major Ruffo, as ordens emanadas do Estado Maior da MOMEPE eram cumpridas por todos os militares, independentemente de sua nacionalidade. Assim também afirma o General Oswaldo Jarrín, do Equador, Coronel do Estado Maior do Exército Equatoriano durante a guerra e, posteriormente, oficial equatoriano de ligação com a MOMEPE, de janeiro a julho de 1995.²²¹ De qualquer maneira, o General Jarrín não fazia parte do setor operacional da MOMEPE e, quanto ao Major Ruffo, fica a possibilidade de que o ano de 1997 já estivesse distante das exigências iniciais dos Estados Unidos, além do fato de que o Grupo de Apoio fora justamente formado para dar continuidade e incrementar o trabalho de apoio logístico do qual os Estados Unidos se afastavam.

Weidner considera ainda a MOMEPE como uma indicação de que arranjos inter-americanos de paz podem voltar a funcionar adequadamente, numa referência a uma suposta postura atual insatisfatória da OEA, mas não faz menção a um eventual caráter regionalizado desses arranjos, nem parece considerar a MOMEPE como tal.²²²

Uma outra perspectiva sobre a consolidação e performance da missão pode ser notada nos três autores que se seguem. Espinosa considera que o controle da MOMEPE sobre o território em disputa teria sido o único caminho possível para que os países em conflito alcançassem uma resolução definitiva. A MOMEPE seria, segundo ao autor, um eficiente instrumento de contenção dos embates, tendo em vista que, em seu papel de mediação, os países garantes não poderiam simplesmente decretar a repartição da região disputada. Ter-

²¹⁹ WEIDNER, Glenn R. MOMEPE's legacy: a new peace, a brighter future. **United States Army**, 1999. Disponível em <http://carlisle-www.army.mil/usamhi/usarsa/academic/momepe's%20legacy.htm>, acessado em 03/10/02.

²²⁰ Major José Henrique de Cassio Ruffo, em entrevista gentilmente concedida a mim, por e-mail, em março de 2004.

²²¹ General (r) Oswaldo Jarrín, em entrevista gentilmente concedida a mim, por e-mail, em dezembro de 2003.

²²² WEIDNER, Glenn R. Peacekeeping in the upper Cenepa Valley: a regional response to crisis. **United States Army**, 1998. Disponível em www.army.mil/usamhi/usarsa/academic/momepndu.htm, acessado em 03/10/02.

mina o artigo concluindo que o caso Equador x Peru corroboraria a noção de que a “democracia e o globalismo” promovem a paz, sem deixar claro o que entende por aqueles termos. O que difere seus discursos dos anteriores é a afirmação clara de que os conflitos históricos devem ser resolvidos em seus próprios termos, ou seja, priorizando-se as propostas regionais para a solução.²²³

No mesmo sentido opina Hernandez, considerando que a implementação da MOMEPE ilustra vários aspectos do atual estado das relações dentro do sistema interamericano. Afirma que a cooperação desses países e sua habilidade em buscar objetivos comuns ao hemisfério podem ser, em grande medida, vistas como um indicativo do nível da integração política na região. Embora o termo “região” refira-se ao hemisfério ocidental como um todo, observa que a MOMEPE marca uma outra instância na qual os países da América Latina tornam-se engajados em situações além de suas fronteiras imediatas. Nota ainda que um outro aspecto interessante da organização da MOMEPE foi o seu financiamento operacional provido por Equador e Peru, os países em conflito.²²⁴

Speedy também considera a necessidade da cooperação entre as nações da América Latina. Afirma que a cooperação no campo militar dá sustentação às instituições democráticas e mantém a região em paz no começo de um século repleto de desafios. No caso do conflito entre Equador e Peru, lembra a importância da MOMEPE que, ao supervisionar a separação das forças em conflito e mantê-las assim, teria ganhado tempo para que os diplomatas dos países garantes e beligerantes alcançassem um significativo acordo. Considera a missão como um exemplo de cooperação a ser seguido pelas forças militares da região. Explicita o caráter autônomo da MOMEPE ao lembrar que não houve envolvimento das Nações Unidas nem sanções internacionais contra Equador ou Peru.²²⁵

²²³ ESPINOSA, Carlos. Exorcising the demons of war: memory, identity and honor in the Ecuador-Peru peace negotiations. **David Rockefeller Center for Latin American Studies**, Harvard University, 1999. Disponível em www.faz.harvard.edu/~drclas/publications/PDFs/espinoza.pdf, acessado em 03/10/02.

²²⁴ HERNANDEZ, Daryle J. Peacekeeping and globalization in the west hemisphere: the Peru-Ecuador border conflict. **Community University Consortium for Environmental Justice**, 1999. Disponível em www.cucej.rutgers.edu/global/hernandez.htm, acessado em 03/10/02.

²²⁵ SPEEDY, John. Speech to graduates of the Command and General Staff course. **US**

Embora não tenha havido referências explícitas à coordenação brasileira, nota-se o sentido diferente das análises dos três últimos autores. Todos enfatizam a necessidade de um caráter regional para a solução de conflitos dessa natureza. De um outro ponto de vista, Hiller, Shelton e Weidner destacam a participação do exército dos Estados Unidos como fator central para a boa desenvoltura da MOMEPE. Não se pretende aqui menosprezar tal participação, mas sim tentar demonstrar que a Missão pode ter alcançado um relativo grau de autonomia em relação aos Estados Unidos e que tal dividendo teria potencial de contribuição para eventuais alianças militares regionais, no seio de um possível bloco político futuro.

Marcella e Downes atentam para o elevado nível de destruição que uma nova guerra entre Equador e Peru poderia atingir, dado o uso de armas mais avançadas tecnologicamente e que já estariam em poder de suas respectivas forças armadas.²²⁶ Além do que, segundo os autores, as conseqüências seriam extremamente danosas para os planos de maior integração econômica da região andina, dados os prejuízos estruturais que seriam ocasionados a ambos os países. Um recrudescimento das hostilidades, continuam os autores, abalaria inclusive a crença na capacidade de se recorrer a instâncias regionais de solução, que passariam a ser vistas com desconfiança por outros países sul-americanos com semelhante histórico de disputa territorial.

Tal visão por parte de Marcella e Downes, escrevendo ainda meses antes do acordo definitivo assinado em Brasília em outubro de 1998, reforça a idéia de que a MOMEPE tenha sido um marco continental com relação à cooperação estratégica regional. Se sua falência, como sustentam os autores, significaria um revés simbólico de difícil superação para a busca de soluções regionais para problemas desta natureza, seu sucesso, por outro lado, solidifica a crença na viabilidade de tais instrumentos locais de resolução de conflitos, pois a MOMEPE provou ser eficaz, tanto quanto as missões diplomáticas, no mais alto nível de tensão atingido pela divergência entre Estados: a iminência da guerra.

Army School of the Americas, 2000. Disponível em www.army.mil/usamhi/usarsa/speech/cgsc_grad_speech.htm, acessado em 03/10/02

²²⁶ MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard. The Ecuador-Peru Dispute and Conflict Resolution in the Americas. In MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.), *op. cit.*, p. 211-230.

3.7.3 Participação brasileira

Oliveira aponta para um “*papel de liderança que o Brasil deseja exercer na região*” no artigo em que traça um histórico da diplomacia nacional desde o começo do século XX até os dias atuais (meados da década de noventa), enfatizando a análise da atuação dos diplomatas brasileiros na mediação do processo de paz entre Equador e Peru após o conflito de janeiro/fevereiro de 1995 entre os dois países. Em 1942, o Brasil já havia participado através de sua diplomacia na mediação de um processo de paz entre Equador e Peru, na época já envolvidos no mesmo conflito fronteiriço. Lembra Oliveira que naquele ano eram dois os fatores essenciais para a diplomacia brasileira, tanto quanto o são hoje: a preservação de suas próprias fronteiras e as fronteiras dos vizinhos, preservação essa que aparece como elemento de estabilidade política da América do Sul. Depreende-se do texto que é escorando em tal estabilidade que o Brasil poderia traçar suas estratégias de liderança política do América do Sul. Observa que, no caso da guerra de 1995, uma saída negociada não parecia tão difícil. Apesar de os sinais de vitória do Equador terem sido evidentes, isso não tinha significado perda de território por parte do Peru. Segundo Oliveira, para o Brasil a participação na MOMEPE teria sido importante porque o exército treinaria o seu pessoal e adquiriria mais prestígio e legitimidade no plano doméstico. No momento em que o artigo é escrito, recomenda-se um fortalecimento das ações da MOMEPE para prevenir um choque militar no caso de insucesso das negociações diplomáticas.²²⁷ É interessante observar aqui que, de fato, quanto mais rapidamente a Missão conseguisse afastar as tropas da região de combate e manter firme a fiscalização da Zona Desmilitarizada, tornaria mais trabalhosa e lenta para ambos os exércitos uma tentativa de retomada das posições originais, onde Quito e Lima desejavam, no início, manter seus contingentes estacionados, embora concordassem com o cessar-fogo.

²²⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Brazilian Diplomacy and the 1995 Ecuador-Peru War. MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.), *op. cit.*, p.141-159.

Em texto curto, posição semelhante é partilhada por Cannabrava, para quem a participação do Brasil na MOMEPA traz benefícios importantes, como a possibilidade de treinamento dos militares brasileiros e o aprofundamento da interação entre as Forças Armadas de diversos países, que contribui para o fortalecimento da confiança no campo militar. Observa ainda o autor a prioridade que o governo brasileiro concede às missões de paz na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa. Isso se deveria às semelhanças lingüísticas, culturais e geográficas dessas regiões, características que contribuem para a eficiência da atuação brasileira e diminuem os riscos para os contingentes envolvidos.²²⁸

Marcella e Downes, já apresentados no item anterior, também observam o papel ativo do Brasil durante as negociações, especialmente na figura do presidente Fernando Henrique Cardoso como líder dos países garantes. Devemos lembrar aqui que foi ao presidente Cardoso que as partes em litígio enviaram pedido para que os países garantes propusessem uma solução final, pois os presidentes Mahuad e Fujimori reconheciam a impossibilidade de chegarem a um acordo, por si sós, a respeito do último ponto pendente nas negociações: a demarcação da fronteira. Os autores afirmam, ainda, que o firme papel da liderança brasileira na busca da solução definitiva atesta seu compromisso com a paz na região amazônica.

Do ponto de vista de Marcella e Downes poder-se-ia afirmar que o Brasil saiu estrategicamente fortalecido do processo de paz entre Equador e Peru, no sentido de acumular qualificativos de virtual liderança sul-americana. De qualquer forma, independentemente da consolidação de tal papel por parte do Brasil, pretensão que teria suas vulnerabilidades, é do interesse brasileiro, como do resto do subcontinente, a superação de tais conflitos fronteiriços na América do Sul, por motivos políticos e econômicos. O território brasileiro possui fronteira com quase todos os países sul-americanos. Sua própria segurança ficaria comprometida por vizinhos em guerra, já que o controle das fronteiras com o Brasil tornar-se-ia fragilizado devido à necessidade de se deslocar efetivos militares para o foco da guerra. Isso facilitaria, ainda mais, o livre trânsito de traficantes de drogas e armas, contrabandistas e outros criminosos internacionais no continente. Além disso o Brasil, como maior econo-

²²⁸ CANNABRAVA, Ivan. O Brasil e as operações de manutenção da paz. **Política Externa**, Vol. 5, Nº 3, pp. 93-105, dez. 1996.

mia da região, não desejaria testemunhar a fuga de investimentos externos motivada por guerras ou instabilidades políticas regionais. Este foi, como pudemos analisar em capítulo precedente deste trabalho, um dos mais fortes argumentos utilizados pelo presidente Cardoso na tentativa de persuadir as lideranças equatorianas e peruanas a empreenderem maiores esforços na direção da paz definitiva.

3.7.4 Os entrevistados

Na visão do General Jarrín, a MOMEPE teria trazido ganhos importantes para a cooperação regional em geral e a liderança brasileira em particular.²²⁹ Ele chama a atenção para a especial habilidade diplomática dos generais brasileiros. Graças a tal habilidade, considera o General Jarrín, a Missão teve êxito em contornar vários momentos de tensão. Sustenta ainda que, uma vez atribuída ao Brasil a coordenação, os oficiais gerais brasileiros foram escolhidos de acordo com sua experiência no convívio com oficiais de países diferentes, uma situação que classifica como sendo sempre difícil. Afirma ainda que os coordenadores brasileiros teriam deixado a melhor impressão profissional.

De acordo com o General Jarrín, o Brasil teria sido a melhor escolha para a liderança da Missão, pois teria plenas condições de garantir a imparcialidade num contexto em que a liderança, o respeito e a confiança seriam chaves para o êxito final. Colocar os Estados Unidos na posição de coordenadores não ajudaria, pondera, dado o histórico de intervenção daquele país na América Latina. Isso só teria colaborado para abrir novas frentes de oposição ao processo.

Perguntado a respeito de um eventual papel de liderança geopolítica que o Brasil possa vir a exercer na região, o General Jarrín afirma que tal liderança existe. Estaria clara, por exemplo, no contexto do Mercosul. Além disso, sustenta que a MOMEPE foi uma oportunidade de liderança brasileira nos contextos diplomático e militar, além de exemplo de solução dos problemas de segurança dentro da própria América do Sul. A Missão teria demonstrado maturidade suficiente para assumir “*papéis tradicionalmente destinados a orga-*

²²⁹ General (r) Oswaldo Jarrín, *op. cit.*

nizações internacionais”. A MOMEPE teria ainda demonstrado a necessidade de contrapesos de cuja falta se ressentia atualmente o sistema internacional. O General Jarrín considera que a formação de blocos nas sub-regiões é uma alternativa viável para a segurança coletiva, dentro mesmo do que se estabeleceu como consenso na Conferência Especial do México, em outubro de 2003.

Apesar de, nos primeiros dois anos da Missão, o suporte logístico ter ficado a cargo dos Estados Unidos, o General afirma que desde o início o Brasil procurou não depender daquele suporte. O Brasil utilizava seu próprio avião destinado ao general coordenador e os acampamentos foram organizados separadamente. O General Jarrín afirma que não possui informação sobre o suporte logístico depois de 1997, ano a partir do qual, como já exposto anteriormente neste trabalho, o Brasil assume completamente tal função.

Embora reconheça a independência dos militares brasileiros no nível operacional, o General Jarrín não descarta a idéia de a concepção da MOMEPE ter ocorrido no âmbito do SOUTHCOM, conforme sustenta, em artigo comentado anteriormente, o General Henry Shelton. De acordo com o General Jarrín, deve-se considerar que um dos objetivos estratégicos do SOUTHCOM é justamente tentar manter a estabilidade política da região. Portanto, segundo afirma o General, a idéia da organização da MOMEPE poderia de fato ter partido dos Estados Unidos, embora tal país tenha se mantido grande parte do tempo afastado dos detalhes operacionais da Missão.

O General Jarrín afirma claramente que a MOMEPE foi uma oportunidade de liderança brasileira e enxerga uma liderança geopolítica do Brasil no subcontinente, dando como exemplo o Mercosul. É possível, talvez, considerar exageradas as expectativas do General Jarrín quanto ao Brasil. Difícil dizer se, no contexto sul-americano, o Brasil realmente detém o maior poder militar, condizente com qualquer pretensão de vanguarda na área, mesmo no sentido de coordenar uma eventual cooperação no subcontinente. Quanto ao Mercosul, é óbvio que Brasil possui a maior economia em relação aos outros países integrantes. Porém, isso não tem se mostrado suficiente para que o país se ponha à frente de uma integração comercial eficaz no Cone Sul. De resto, é notório que o Mercosul ainda não conseguiu se consolidar, passados mais de dez anos após sua entrada em vigor.

O General Oswaldo Jarrín apresenta visão mais otimista com relação à possibilidade de maior cooperação regional em termos de segurança e estratégia. Ao estilo da Conferência Especial do México, defende que a América do Sul construa sua própria agenda de segurança e defesa, ao contrário de simplesmente adotar as prioridades que são particularmente norte-americanas, mas preconizadas pelos Estados Unidos como universais.²³⁰

As forças armadas dos países da América do Sul aparecem como importantes atores no caminho progressivo para a cooperação. Para o General Jarrín, como já mostrado, elas desempenhariam papel fundamental num eventual processo de formação de bloco voltado para a cooperação em defesa e segurança.

O atual comandante do Exército Brasileiro e ex-Coordenador-Geral da MOMEPE, General Francisco Roberto de Albuquerque, sustenta que, pelo menos no caso dos países que hoje compõem o MERCOSUL, o bom relacionamento e a cooperação no campo militar teriam vindo antes dos entendimentos na área econômica.²³¹ Considera que isso não teria sido levado a conhecimento do grande público, já que a área econômica seria normalmente vista como impulsionadora dos mecanismos de integração regional. Observa que o processo em curso na América do Sul seria de natureza diferente do ocorrido na Europa, onde, segundo o General, os mecanismos de integração começaram a ser idealizados para superar fortes rivalidades internas entre países e assim afastar o espectro da guerra, que por duas vezes no século XX devastou aquele continente. Ainda de acordo com o General Albuquerque, a ausência de fortes rivalidades daquele tipo na América do Sul deveria servir como um fator de estímulo ao estabelecimento de organismos regionais. Tais organismos, prossegue o General, deveriam ser resultado de um processo local, que não se deixasse influenciar por agentes externos, “*muitas vezes contrários aos legítimos interesses dos países envolvidos*”.²³²

²³⁰ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração sobre segurança nas Américas.** Cidade do México, México, outubro de 2003. Disponível em http://www.oas.org/documents/por/DeclaracionSecurity_102803.asp, acessado em 23/02/05.

²³¹ General Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército Brasileiro, em entrevista gentilmente concedida para este trabalho, em dezembro de 2004.

²³² *Idem.*

Pode-se notar que ambos os entrevistados, de uma maneira ou outra, referem-se à questão da heterogeneidade de interesses no que diz respeito a questões de segurança coletiva e cooperação estratégica. Acreditam que uma determinada agenda de cooperação deve levar em conta os interesses específicos em segurança de cada país envolvido, e não deve ser imposta por nenhuma nação. É óbvio que a questão em pauta é, então, a seguinte: os países da América do Sul têm características comuns que tornam suas prioridades em matéria de defesa e segurança não necessariamente coincidentes com as prioridades dos Estados Unidos. Diante disso, torna-se plausível a formação de blocos subcontinentais no contexto do continente americano. Ou seja, falar em segurança regional torna-se tão relevante quanto falar em segurança hemisférica, ou talvez mesmo mais importante, porque algumas ameaças que aqui se apresentam como preocupações prioritárias estão muito distantes da questão do terrorismo internacional, tal como mal definido pela Doutrina Bush, apresentada na nova Estratégia de Segurança Nacional, em setembro de 2002.²³³

²³³ WHITE HOUSE. **The National Security Strategy of the United States of América**, 17 set. 2002. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>, acessado em 25/10/02.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos desenvolvidos neste trabalho, procuramos abordar o papel da Missão de Observadores Militares Equador-Peru, criada com o intuito de evitar a continuidade da guerra de janeiro/fevereiro de 1995 entre aqueles países, e a desenvoltura específica do Exército Brasileiro neste processo. Após breve contextualização histórica do conflito e suas motivações, intentamos, ao longo do texto, demonstrar que a MOMEPE teve importantes desdobramentos além do objetivo específico da manutenção do cessar-fogo. Reflexo do interesse autêntico dos países envolvidos na manutenção da paz entre Equador e Peru, o desempenho da Missão permitiu o desenvolvimento de negociações complexas no âmbito diplomático. Tais negociações concluíram-se com acordos e tratados históricos, que se postaram além da mera concordância sobre o traçado da fronteira na região do Vale do Rio Cenepa, acordos e tratados que levaram adiante a disposição dos dois países em avançar para uma situação de elevada confiança mútua.

Um segundo desdobramento observável foi o papel de destaque protagonizado pelo Brasil no período de vigência da missão e, portanto, das negociações, entre fevereiro de 1995 e junho de 1999. Como demonstrado principalmente no capítulo 3, o Brasil exerceu papel de liderança nos dois âmbitos: militar, oficialmente coordenando a MOMEPE e mantendo o maior efetivo na maior parte dos quatro anos e meio, e diplomático, com as mais importantes discussões e decisões passando por Brasília e tendo no presidente Fernando Henrique Cardoso a principal figura de apoio e direção diplomática. Tal protagonismo brasileiro torna-se inclusive mais saliente se atentarmos para a situação de considerável autonomia regional no desenrolar do processo de paz, sem a participação da ONU nem da OEA, tendo mesmo os Estados Unidos mantido, na maior parte do tempo, a posição de observador distante. Deste ponto de vista, a MOMEPE, como missão militar de respaldo às negociações levadas a cabo pelas partes e países garantes, pode ter sido um possível, embora modesto, precedente de cooperação militar regional em situações reais, além da importância em si para a manutenção da paz no contexto específico em que atuou.

Como grupo militar mediador eminentemente sul-americano, a MOMEPE apresentou algumas características próprias que a tornam uma missão diferenciada no contexto do histórico regional em cooperação militar. Não possuiu caráter de intervenção armada. Sua função era a fiscalização e o diálogo. Dessa forma, os chefes militares das partes em guerra encontravam na MOMEPE interlocutores do mesmo nível, ou seja, da mesma natureza militar. Além disso, não se criavam susceptibilidades com ações de intervenção armada que pudessem ser interpretadas como a favor de um ou outro país em guerra. Outro elemento importante foi a longa convivência de militares de diferentes países sul-americanos na região da guerra. Como já discutido anteriormente, o isolamento da selva foi, nesse sentido, um teste para os militares envolvidos, além das dificuldades da diferença de idiomas, embora a língua oficial da Missão fosse o espanhol.

A MOMEPE funcionou como fator de evolução da confiança mútua não apenas entre Equador e Peru, mas também entre os países garantes. Nesse quesito, sua estrutura foi muito propícia devido a vários elementos. O general brasileiro era “coordenador” e não “comandante” da Missão. Apesar disso, as ordens fluíam pela cadeia de comando sem que as diferentes nacionalidades dos militares constituíssem um problema, e as questões de disciplina ficavam a cargo do oficial mais antigo de cada país. Além disso, o Estado Maior, órgão de assessoria do Coordenador Geral, tinha oficiais de outros países em funções determinantes: um oficial do Chile na área de inteligência e um oficial argentino na área de operações. Argentina e Chile ainda revezavam-se na chefia do grupo de observadores.

Tal estrutura era capaz de permitir entrosamento entre os diversos estratos militares daqueles diferentes países, sendo, nesse caso, fator de fortalecimento de confiança recíproca e reconhecimento de modos característicos da postura de cada força armada. Os vínculos de cumplicidade criados tanto em momentos de tensão, diante do perigo do reinício dos combates, quanto nas ocasiões de maior descontração, em que o isolamento era o principal fator comum a todos, devem ser politicamente preservados como herança a ser explorada em possíveis missões futuras de caráter semelhante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos

ARAUJO, Braz José de. Conflitos localizados no mundo contemporâneo. **NAIPPE/USP**, pp.330-331, 1999.

BIATO, Marcel. O Processo de Paz Peru-Ecuador. **Parcerias Estratégicas**, nº 06, pp. 241-247, março 1999.

BONILLA, Adrián. The Ecuador-Peru Dispute: The Limits and Prospects for Negotiation and Conflict. In MARCELA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.). **Security cooperation in the western hemisphere: resolving the Ecuador-Peru conflict**. Miami: North-South Center Press, 1999, pp. 67-90.

CASTRO, Terezinha de. Fronteira Peru - Equador, a Questão de Côndor. **A Defesa Nacional**, nº 768, pp. 39-47, abr/mai/jun 1995.

CERVO, Amado Luís. Os Objetivos da Política Exterior de Lula. [Colunas de RelNet no. 10, mês 7-12, ano 2004](#). Disponível em http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7873.html, acessado em 07/04/05.

CORKILL, David e CUBITT, David. **Ecuador: fragile democracy**. London: Latin America Bureau, 1988.

DONADIO, Marcela. Comentarios sobre la Conferencia Especial sobre Seguridad. **Boletín RESDAL, Edición Especial**, ano II, número 13, pp.7-8, Noviembre/Diciembre 2003. Disponível em: <http://www.resdal.org/main-newsletter.html>, acessado em 02/02/04.

DORATIOTO, Francisco. **Espaços Nacionais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ENGLISH, Adrian. **Armed Forces in Latin America**. London: Jane's, 1984.

ESPINOSA, Carlos. Exorcising the demons of war: memory, identity and honor in the Ecuador-Peru peace negotiations. **David Rockefeller Center for Latin American Studies**, Harvard University, 1999. Disponível em www.faz.harvard.edu/~drclas/publications/PDFs/espinosa.pdf, acessado em 03/10/02.

FIGUEIREDO, general de división Claudio Barbosa de. MOMEPE: Una Misión Cumplida!. **Military Review**, Septiembre-Octubre 1999. Disponível em <http://www.leavenworth.army.mil/milrev/Spanish/SepOct99/momep.htm>, acessado em 10/03/05.

FIGUEROA, Rafael Recasens. Mision de Observadores Militares Ecuador-Peru (MOMEPE): experiencia de la participacion de Chile. **Revista de Marina de la Armada de Chile**, v.117, n. 858, p.427- 432, Sept-Oct, 2000. Disponível em www.revistamarina.cl/revistas/2000/5/recasens.pdf, acessado em 29/01/05.

HERNANDEZ, Daryle J. Peacekeeping and globalization in the west hemisphere: the Peru-Ecuador border conflict. **Community University Consortium for Environmental Justice**, 1999. Disponível em www.cucrej.rutgers.edu/global/hernandez.htm, acessado em 03/10/02.

HILLER, Steve. Military observer mission Ecuador and Peru (MOMEPE) and JTF Safe Border. **Center for Army Lessons Learned**, January-February, 1996. Disponível em http://call.army.mil/products/nftf/jan_feb.96/chpt6.htm, acessado em 03/10/02.

HURTADO, Osvaldo. **O poder político no Equador**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

JARA, Umberto. **Ojo por Ojo: la verdadera historia del grupo Colina**. Lima: Grupo Editorial Norma, 2003.

MANAUT, Raúl Benitez. La nueva seguridad hemisférica. Después de México hacia dónde?. **Boletín RESDAL**, Edición Especial, año II, número 13, pp. 4,5 e 6, Noviembre/Diciembre 2003. Disponível em <http://www.resdal.org/main-newsletter.html>, acessado em em

MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard. Introduction. In MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.). **Security cooperation in the western hemisphere: resolving the Ecuador-Peru conflict**. Miami: North-South Center Press, 1999, pp.1-20.

_____. (orgs.). **Security cooperation in the western hemisphere: resolving the Ecuador-Peru conflict**. Miami: North-South Center Press, 1999.

MARIÁTEGUI, Juan. **El conflicto Perú-Ecuador según fuentes peruanas**. Lima: Gráfica Industrial Beylourdes, 1996.

_____. **El diferendo fronterizo Peru-Ecuador (1994-1997)**. Reflexiones en voz alta. Lima: Gráfica Industrial Beylourdes, 1997.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Brazilian Diplomacy and the 1995 Ecuador-Peru War. In MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.). **Security cooperation in the western hemisphere: resolving the Ecuador-Peru conflict**. Miami: North-South Center Press, 1999, pp. 141-162.

ORTIZ, Ramón D. Ecuador-Peru: acuerdos para una paz definitiva. **Papeles de Cuestiones Internacionales**, n°66, 1999. Grupo de Estudios Internacionales. Disponível em www.gees.org/publicaciones/col/col06.html, acessado em 03/10/02.

PALMER, David S. The Search for Conflict Resolution: the Garantors and the Peace Process in the Ecuador-Peru Dispute. In MARCELLA, Gabriel and DOWNES, Richard (orgs.).

Security cooperation in the western hemisphere: resolving the Ecuador-Peru conflict. Miami: North-South Center Press, 1999, pp. 21-44.

PERALTA, Gabriel A. La Conferencia Especial sobre Seguridad: expectativas y logros. **Boletín RESDAL**, Edición Especial, ano II, número 13, pp. 2-3, Noviembre/Diciembre 2003. Disponível em <http://www.resdal.org/main-newsletter.html>, acessado em 02/02/04.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1987.

SCHEINA, Robert L. **Latin America's Wars:** the age of the professional soldier. 1900-2001. 2 Volume. Washington: Brassey's, 2003.

SHELTON, Henry H. Special Operations Forces: Key Role in Preventive Defense. **Defense Issues**, vol.12, nº 12, 1997. Disponível em www.defenselink.mil/speeches/1997/s19970301-shelton.html, acessado em 03/10/02.

SPEEDY, John. Speech to graduates of the Command and General Staff course. **US Army School of the Americas, 2000**. Disponível em www.army.mil/usamhi/usarsa/speech/cgsc_grad_speech.htm, acessado em 03/10/02.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império:** a decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VELASCO, Rafael Garcia. **El territorio del Ecuador en el siglo XX**. Quito: Editorial Publitecnica, 1981.

WEIDNER, Glenn R. Peacekeeping in the upper Cenepa Valley: a regional response to crisis. **United States Army**, 1998. Disponível em www.army.mil/usamhi/usarsa/academic/momepndu.htm, acessado em 03/10/02.

_____. MOMEPE's legacy: a new peace, a brighter future. **United States Army**, 1999. Disponível em www.army.mil/usamhi/usarsa/academic/momep's%20legacy.htm, acessado em

Artigos e reportagens de jornais e periódicos

ABRAZO bajo la lluvia. **Caretas**, Lima, 15 fev. 1996. Disponível em www.caretas.com.pe/1401/abrazo/abrazo.html, acessado em 05/03/2003.

ANALIZARÁN conflicto Perú-Ecuador. **El Mercurio**, Santiago, 13 ago 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e364.htm>, acessado em 05/03/03.

APARELHO brasileiro acidenta-se no Equador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 1998. Disponível em www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/98/09/16/cid895.htm/, acessado em 02/03/2004.

ARMAMENTISMO de Perú y Ecuador. **Clarín**, Buenos Aires, 18 jul. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e457.htm>, acessado em 05/03/03.

BARRETO, Mabel. Paso a la paz: MOMEPE concluye delimitación de zona de control y vigilancia. **Caretas**, Lima, 03 set. 1998. Disponível em <http://www.caretas.com.pe/1998/1532/ecuador/ecuador.htm>, acessado em 05/03/03.

BERLINCK, Déborah. Ministro diz que não se chegará a guerra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 fev. 1995. O Mundo, p.19.

_____. Brasil pode enviar observadores militares. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 fev. 1995. O Mundo, p. 19.

BRASIL suspende venda de armas para Peru e Equador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1995. O Mundo, p. 15.

BUCARAM ajuda Fujimori a desviar atenção. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 jan. 1997. Internacional.

CHILE é acusado de vender armas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 fev. 1995. O Mundo, p. 15.

COMBATES entre Peru e Equador ameaçam missão de observadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 fev. 1995. O Mundo, p. 20.

CONFLITO entre Equador e Peru se estende por toda a fronteira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1995. O Mundo, p.47.

CORRIDA armamentista do Peru preocupa os Estados Unidos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 nov. 1996. Internacional.

DURÁN-Ballén viaja ao Brasil, Argentina e Chile. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 fev. 1995. O Mundo, p. 13.

ECUADOR deve renovar aviones de combate. **El Universo**, Guayaquil, 24 abr. 1996. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000c73b.htm>, acessado em 05/03/03.

EQUADOR e Peru mais próximos da paz. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 ago. 1998. Internacional.

EXÉRCITO do Peru liberta reféns. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1997. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/mundo_23abr1997.htm, acessado em 05/02/05.

FERNANDO Henrique celebra vitória para o continente. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1995. O Mundo, p. 22.

FH faz apelo à paz entre Peru e Equador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 fev. 1995. O Mundo, p.21.

FH anuncia paz entre Peru e Equador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1995. O Mundo, p. 20.

FUJIMORI confirma compra de caças russos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 1996. Internacional.

FUJIMORI rejeita trégua proposta pelo Equador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 fev. 1995. O Mundo, p. 22.

FUJIMORI vai ao 'front' e anuncia ofensiva. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 fev. 1995. O Mundo, p. 13.

GIRALDI, Renata. Tropa brasileira tenta impedir conflito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1998. Arquivos Folha, disponível em <http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1998&banner=bannersarqfolha>, acessado em 05/03/03.

GOSMAN, Eleonora. Perú y Ecuador acordaron no recurrir a las armas. **Clarín**, Buenos Aires, 16 ago. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e5db.htm>, acessado em 05/03/03.

HOLLANDA, Eduardo. Evitando o pior. **Isto é**, São Paulo, 19 ago. 1998.

KRIWICKY, Ariel. ? Hasta cuándo Chile negará reclamo boliviano?. **El Diario**, La Paz, 13 nov. 2004. Disponível em http://eldiario.net/noticias/nt041113/1_02opn.html, acessado em 02/02/05.

LA PAZ: la mejor notícia. **Hoy on Line**, 17 de out. de 1998. Disponível em <http://www.hoy.com.ec/especial/17/171c.htm>, acessado em 25/02/05.

MARTINEZ, Tomas Eloy. O pesadelo dos heróis-pedintes: veteranos das Malvinas preferem o suicídio a encarar o cotidiano de miséria e os fantasmas da guerra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2004. Aliás, p. J4.

NEGOCIAÇÕES para paz entre Peru e Equador fracassam no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 fev. 1995. O Mundo, p. 13.

NUEVA escalada verbal entre Perú y Ecuador. **Clarín**, Buenos Aires, 31 jul. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e413.htm>, acessado em 05/03/03.

OBSERVADORES militares se reunen en Quito. **El Telégrafo**, Guayaquil, 24 abr. 1996. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cda6.htm>, acessado em 05/03/03.

PAEZ, Angel. Confuso incidente en la frontera Perú-Ecuador. **Clarín**, Buenos Aires, 15 mai. 1997. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000d5d7.htm>, acessado em 05/03/03.

PAÍSES fiadores negociam o envio de missão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1995. **O Mundo**, p. 20.

PAÍSES revêem área de exclusão militar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 1998. **Mundo**, p.12.

PAZ brasileira: Brasil comanda operação que envolve militares de seis países na vigilância da fronteira entre o Peru e o Equador. **Revista Época**, 22 jun. 1998.

PELA integração Atlântico-Pacífico. **Gazeta Mercantil**, 19 ago. 1998.

PERSOGLIA, Sergio. Llegan Fujimori y Mahuad para discutir la paz com Menem. **Clarín**, Buenos Aires, 21 out. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e5c6.htm>, acessado em 05/03/03.

PERU acusa Equador e tensão volta a subir. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 dez. 1995. **Internacional**.

PERU e Equador assinam acordo de paz. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1995. **O Mundo**, p. 22.

PERU e Equador fazem guerra de desinformação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1995. **O Mundo**, p 19.

PERU e Equador trocam farpas no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 fev. 1995. **O Mundo**, p.15.

PERU e Equador voltam a negociar paz em Brasília. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 out. 1998. **Internacional**.

PERÚ inquieto por el rearme del Ecuador. **La Nación**, Buenos Aires, 13 dez. 1995. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000c6ec.htm>, acessado em 05/03/2003.

PERU rejeita contraproposta do Equador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 fev. 1995. **O Mundo**, p. 19.

PERÚ tiene el plan victoria. **El Expreso**, Guayaquil, 05 dez. 1996. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cd6c.htm>, acessado em 05/03/03.

PRIMEIRO grupo de observadores viaja terça-feira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1995. O Mundo, p. 22.

ROCHA, Janes. Peru e Equador pedem intervenção. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 out. 1998. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000e4b4.htm>, acessado em 05/03/03.

SALAZAR, Manuel ?La mano de pinochet tras el ejército ecuatoriano?. **Ambito Financiero**, Buenos Aires, 01 fev. 1995. Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000c38b.htm>, acessado em 14/02/05.

SELEME, Ascânio. Fiadores advertem Equador e Peru sobre sanções da OEA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev.1995. O Mundo, p. 15.

SITUAÇÃO militar na fronteira é confusa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1995. O Mundo, p. 20

ZIEGELMEYER, Wagner. Black Hawks brasileiros sobre os Andes. **Revista Força Aérea**, ano 4, nº 16, p.44-52,set/out/nov de 1999.

Documentos diversos

BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Declaración de Paz de Itamaraty entre Ecuador y Perú de 17 fev. 1995.** Disponível em <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cb4e.htm>, acessado em 16/02/05.

_____. **Protocolo de Paz, Amistad y Límites.** Río de Janeiro, 26 fev. 1942. Disponível em www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cb4d.htm, acessado em 16/02/05.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, informação nº 390. **Nota à Imprensa. Processo de Paz Equador-Peru:** entrega de Proposta dos Países Garantes sobre Solução Global de Paz. Assessoria de Comunicação Social, 23/10/98. Disponível em www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=390, acessado em 07/03/03.

_____. Ministério das Relações Exteriores, informação nº 394. **Aditamento à informação 390. Processo de Paz Equador-Peru:** Proposta dos Países Garantes sobre Solução Global de Paz”. Assessoria de Comunicação Social, 23/10/98. Disponível em www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=394, acessado em 07/03/03.

ECUADOR. Ministério de Relaciones Exteriores. **Acta de Brasília de 26 de octubre de 1998.** Disponível em

<http://www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/tratados/FIRMA%20DE%20PAZ%20ENTRE%20ECUADOR%20Y%20PERU.doc>, acessado em 20/02/05.

_____. Ministério de Relaciones Exteriores. **Soberania Territorial**, 23 fev. 1996. Disponível em http://www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/pol_internacional/bilateral/sob_territorial_peru_acuerdos_quito.htm, acessado em 10/03/05.

_____. Ministério de Relaciones Exteriores. **Soberania Territorial**, 16 jun. 1996. Disponível em http://www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/pol_internacional/bilateral/sob_territorial_peru_IIIreunion.htm acessado em 10/03/05.

OEA. **Declaração sobre segurança nas Américas**, 28 out. 2003. Disponível em http://www.oas.org/documents/por/DeclaracionSecurity_102803.asp, acessado em 23/02/05.

PERU. Ministério de Relaciones Exteriores. **Relaciones bilaterales**. Disponível em <http://www.rree.gob.pe/portal/Pbilateral.nsf/2C13F1EFD93652D905256BF5000A7D28/1F1A302FAEC2B08C05256BF800713ACE?opendocument>, acessado em 20/02/2005.

THE UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. Perry Castañeda Library Map Collection. Disponível em www.lib.utexas.edu/maps/americas/peru_ecuador_81.jpg, acessado em 20/02/05.

UNIVERSIDAD SAN FRANCISCO DE QUITO. **Carta a los presidentes de Ecuador y Perú**. Disponível em <http://www.usfq.edu.ec/1PARQUE/carta.html>, acessado em 07/04/05.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. **Ceremony closing the Military Observer Mission Ecuador-Peru**. Disponível em http://www.defenselink.mil/news/Jun1999/b06171999_bt298-99.html, acessado em 05/03/03.

WHITE HOUSE. **The National Security Strategy of the United States of América**, 17 set. 2002. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>, acessado em

Discursos presidenciais e mensagens ao Congresso Nacional

CARDOSO, Fernando Henrique. “Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em resposta ao Senhor Presidente Alberto Fujimori, durante banquete no Palácio de Governo.” Lima, 27 jul. 1995. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/polex4.htm#12, acessado em 11/03/05.

_____. “Mensagem ao Congresso Nacional 1995”. Palácio do Planalto, Brasília, jan. 1995. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/95MENS3E.HTM, acessado em 11/03/05

_____. “Mensagem ao Congresso Nacional 1996.” Palácio do Planalto, Brasília, jan. 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/96MENS10.HTM, acessado em 11/03/05.

_____. “Mensagem ao Congresso Nacional 1997”. Palácio do Planalto, Brasília, jan. 1997. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/97MENS10.HTM, acessado em 11/03/05.

_____. “Mensagem ao Congresso Nacional 1998.” Palácio do Planalto, Brasília, jan. 1998. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/98MENS8.HTM, acessado em 11/03/05.

_____. “Mensagem ao Congresso Nacional 1999.” Palácio do Planalto , Brasília, jan. 1999. Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/99MENS9.HTM, acessado em 11/03/05.

_____. “Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de assinatura da Declaração de Paz entre Equador e Peru.” Itamaraty, Brasília, 26 out. 1998. Disponível em http://www.radiobras.gov.br/integras/98/integra_2610_7.htm, acessado em 11/03/05.

Referências de *sites* da Internet

Base de dados “Ser en el 2000.” <http://www.ser2000.org.ar>

Defesa, Estratégia e Inteligência. (página independente)
<http://www.defesanet.web.terra.com.br>

Exército Brasileiro. <http://www.exercito.gov.br>

Faculty of Arts and Sciences, Harvard University. <http://www.fas.harvard.edu>

Grupo de Estudios Estratégicos. <http://www.gees.org>

Jornal el Diario (La Paz). <http://eldiario.net>

Jornal Hora do Povo. <http://www.horadopovo.com.br>

Ministerio de Relaciones Exteriores del Ecuador. <http://www.mmrree.gov.ec>

Ministério das Relações Exteriores. <http://www.mre.gov.br>

Organisation of American States. <http://www.oas.org>

Página da “International Campaign to Ban Landmines”. <http://www.icbl.org>

Red de Seguridad y Defensa de América Latina. <http://www.resdal.org>

Revista Caretas (Lima) <http://www.caretas.com.pe>

Revista de Marina, Armada de Chile. <http://www.revistamarina.cl>

The Community University Consortium for Regional Environmental Justice
<http://www.cucrej.rutgers.edu>

The United States Army. <http://www.army.mil>

United States Department of Defense. <http://www.defenselink.mil>

White House. <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>

ENTREVISTAS²³⁴

Major José Henrique de Cassio Ruffo, do Exército Brasileiro, em março de 2004. O Major Ruffo participou do Grupo de Apoio à MOMEPE em 1997, quando ainda era Capitão.

General Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército Brasileiro, em dezembro de 2004. O General Albuquerque foi Coordenador-Geral da MOMEPE de dezembro de 1995 a julho de 1996.

General (r) Oswaldo Jarrín, do Exército do Equador, em dezembro de 2003. O General Jarrín é da reserva e pesquisador da Flacso (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, Equador). Foi membro do Estado Maior do Exército Equatoriano durante a guerra de janeiro/fevereiro de 1995 como Coronel e, posteriormente, um dos oficiais de ligação do Equador na MOMEPE de fevereiro a julho de 1995.

²³⁴ Todas as entrevistas foram feitas por e-mail.

ANEXO I - ÍNTEGRA DAS ENTREVISTAS

Major Ruffo

1. Para que eu possa identificá-lo corretamente em meu trabalho, o senhor ainda é major ou já é tenente-coronel ?

- Ainda sou major, estando previsto para promoção entre dezembro de 2004 e maio do próximo ano.

2. Ao que me consta, o senhor participou da MOMEPE fazendo parte do Grupo de Apoio, em 1997, ainda como capitão. O senhor confirma essas informações?

- Sim, servi no Grupo de Apoio da MOMEPE da metade de 1997 à metade de 1998, sendo promovido a major no final de minha missão.

3. Das seções do Grupo de Apoio que ficaram a cargo do Exército Brasileiro, de qual o senhor fez parte e por quanto tempo?

- O Grupo de Apoio foi uma organização que possuía, além de seu estado-maior para planejamento e controle dos trabalhos, seis setores de execução de suas atividades: administrativo e de aviação, sob responsabilidade dos brasileiros; alimentação e comunicações, de responsabilidade dos norte-americanos; saúde, chileno; e de facilidades, dos argentinos.

O CAVEx (Comando de Aviação do Exército) mobiliou a seção de aviação com militares nas especialidades de pilotagem, manutenção de aeronaves, salvamento aéreo e resgate e combate a incêndio, seção que estive integrando como piloto de novembro de 97 à setembro de 98.

4. Quais foram os motivos que levaram à formação de um Grupo de Apoio Multinacional em setembro de 1997? Quem decidiu que esse grupo seria formado?

- O protocolo do Rio de Janeiro de 1942 foi um instrumento que pretendia levar a cabo a guerra entre Equador e Peru de 1941. Dentre as ações acordadas estava o estabelecimento de uma comissão para delimitação da fronteira na área litigiosa, como medida de confiança mútua. Essa comissão foi composta por quatro países escolhidos pelos beligerantes: Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos da América (EUA), denominados países garantes.

O compromisso assumido na década de 1940 orientou todo o trabalho da MOMEPE desde o início de seu funcionamento, após o último confronto entre aquelas nações. As atividades

desta Missão começaram com o apoio logístico integral dos EUA, facilitado pela experiência no desdobramento de meios fora de seu território nacional, pela proximidade de sua base no Panamá e, também, pela necessidade de um tempo de resposta maior dos demais países garantes.

A partir de 1997 o Grupo de Apoio foi reestruturado, ocasião em que passou a ser composto de maneira multinacional, dividindo responsabilidades e seguindo uma filosofia de comprometimento de todos os avalistas daquele protocolo.

Acredito que a decisão pela formação do Grupo de Apoio tenha sido originada no escritório da MOMEPE, que desde sua criação foi multinacional. A extensão às atividades subsidiárias à observação deve ter ocorrido em virtude de uma maior oportunidade de se projetar poder no cenário sul-americano.

5. Qual foi a participação dos militares dos EUA no Grupo de Apoio? E por quanto tempo?

- Durante todo o período em que a MOMEPE funcionou com um Grupo de Apoio multinacional os EUA responsabilizaram-se pelo fornecimento de gêneros alimentícios e confecção da alimentação, além do apoio de comunicações ar-terra e terra-terra a todas as atividades.

6. Na prática, como era a cadeia de comando da MOMEPE? As decisões do general brasileiro coordenador eram encaradas como ordens por todos os militares? Ou os militares de Estado-maior dos outros países poderiam modificá-las, encarando-as apenas como recomendações?

- A MOMEPE seguiu a filosofia de administração militar, privilegiando a hierarquia através da verticalização de seu organograma e embasando a transmissão de ordens pela cadeia de comando. Em outras palavras, o comando da MOMEPE, assessorado por seu estado-maior, fluía suas decisões diretamente ao Grupo de Apoio, que por sua vez determinava sua execução às suas seções componentes.

A missão da MOMEPE era bastante clara e as ferramentas à sua disposição, do mesmo modo, eficazes. MOMEPE e Grupo de Apoio funcionavam como uma organização única, interdependente, porém de caráter estritamente militar, onde as ordens emanadas pelo comando foram cumpridas na íntegra por todos os seus integrantes, independente da nacionalidade dos envolvidos - não houve problemas hierárquicos ou disciplinares.

As missões de caráter conjunto, especialmente entre culturas e nacionalidades diversas, primam pela alta disciplina de seus membros. A MOMEPE não fugiu à regra, facilitada que foi pelo comando brasileiro, cujos militares são reconhecidamente bem preparados e de excelente linha de coerência.

7. Houve participação de militares de Equador e Peru no Grupo de Apoio?

- Não, a participação dos beligerantes restringia-se a manter um escritório junto à MOMEPE para dirimir dúvidas quanto à execução do tratado de paz e acompanhar as inspeções na área de litígio. Os grandes problemas não podem ser resolvidos no mesmo nível em que foram criados, daí, acredito eu, a integração da Missão por equatorianos e peruanos tiraria a independência da análise dos fatos e influiria nas tomadas de decisão.

8. Nos momentos de folga, como era a convivência entre os militares dos diversos países? Misturavam-se ou separavam-se?

- Os problemas entre Equador e Peru datam do século 19 e têm uma classificação eminentemente territorial, isto é, são problemas de Estados, não de pessoas. O convívio durante os trabalhos e em momentos de folga era profissional e amigável, mesmo durante os jogos da copa do mundo de futebol!

No entanto, a percepção de diferenças nem sempre se fazem por palavras ou atos, há circunstâncias discriminadoras que, às vezes, são percebidas unilateralmente, intrínsecas ao plano pessoal e, neste ponto, não há como comentar o convívio.

9. Qual a sua opinião sobre a participação dos EUA numa missão de paz regional e autônoma (sem responsabilidade da ONU ou OEA)?

- A relação entre Estados é regida por leis internacionais, estritamente dentro de princípios éticos de convivência e de diplomacia, no campo político. Missões autônomas como a MOMEPE servem para ratificar a adequabilidade destes princípios. Todos os países garantes deram mostras de retidão de conduta o que me leva a pensar que a égide de organismos internacionais não é a única saída para conflitos com este perfil, porém perde o peso do consenso mundial.

O caráter regional da missão às vezes choca-se com interesses geopolíticos e econômicos que tendem à agravar conflitos se não forem bem estudados e equilibrados. Os EUA integraram a Missão por força de convenções estabelecidas no protocolo do Rio de Janeiro, acredito que em outra situação os atores seriam diferentes. Lembro que desde o início a

coordenadoria da Missão foi dada a um brasileiro, país de maior influência no sul das Américas.

10. O senhor passou por algum momento de grande tensão face a perigo iminente, seja de acidente ou de confronto entre as partes?

- Quando a Missão foi estabelecida os acirramentos entre as forças oponentes estava bastante amenizado, até porque o último conflito teve um caráter muito restrito, política e militarmente. Este fato alivia as tensões de um súbito envolvimento no desenrolar da crise, mas não desguarnece os dispositivos de defesa que a atividade militar recomenda.

Por outro lado, a concussão de diversos fatores, como a meteorologia atípica, o terreno acidentado e coberto por uma vegetação equatorial, os poucos pontos para um pouso de precaução e a disseminação de minas por todo o território litigioso, dirigiam as preocupações para a possibilidade de um agravamento de uma emergência.

11. Em setembro de 1998 houve um acidente com um dos Black Hawk, que teve que fazer um pouso forçado nas proximidades de Patuca, tendo sido hospitalizado um capitão brasileiro. O senhor sabe mais detalhes sobre esse fato? Este foi o único acidente ocorrido?

- O único acidente aeronáutico ocorrido durante as atividades da MOMEPE, pela seção de aviação do Exército Brasileiro, deveu-se a um apagamento do motor em vôo translacional, no momento em que a aeronave ultrapassava os Andes. O pouso foi conseguido sobre um platô, de acordo com a manobra especificada, no entanto a intercorrência da queda da aeronave no talude de um riacho que cortava o curto espaço para pouso, agravou a emergência, avariando a aeronave.

Um dos pilotos sofreu choque mecânico no sentido vertical, vindo a ocasionar sintomatologia de dor na coluna cervical. Após a evacuação, este piloto permaneceu hospitalizado apenas para exames clínicos de prospecção das causas das dores, sendo descartada lesões nesta área.

12. O senhor poderia me indicar e-mail de outros oficiais brasileiros e estrangeiros que participaram da missão? Saberria informar onde se encontram alguns dos generais que coordenaram a MOMEPE, além do comandante do exército?

- Alguns dos integrantes da MOMEPE estão servindo em outras guarnições militares e outros já deixaram a Instituição. Para repassar-lhe os e-mail necessito entrar em contato, solicitando autorização pessoal para isso.

General Albuquerque

1. Como o senhor analisa sua participação na MOMEPE?

Para mim, foram momentos de intensa vivência pessoal e profissional, no contato com militares de países irmãos, num trabalho profícuo, de integração e construção da confiança. Além disso, e não menos importante, foi o sentimento de que estávamos contribuindo com a nossa participação, para a paz entre países vizinhos sul-americanos, e isso nos deu e dá uma sensação muito confortadora de que fazíamos algo de realmente útil também em benefício de nosso País, a quem, mais que a ninguém, interessa um ambiente de paz e cooperação ao longo de nossas fronteiras.

2. Como o senhor analisa a participação do Exército Brasileiro?

O nosso Exército tem já uma longa tradição de participação em missões no âmbito dos organismo multilaterais, particularmente da ONU e da OEA. Nossa participação na MOMEPE insere-se nessa tradição, que é, inegavelmente, de sucesso sob todos os títulos.

3. Como o senhor vê o fato de a coordenação da missão ter ficado a cargo de generais brasileiros? O Senhor considera importante que a coordenação tenha sido brasileira ou o país de origem dos coordenadores seria questão pouco importante?

Considero natural que a coordenação tenha ficado a cargo do Brasil, não apenas pela situação geográfica do nosso País, não só pela nossa experiência nesse tipo de missão, mas também pela expressão e influência do Brasil em toda região.

4. No início, a MOMEPE contou com dez observadores de cada país garante. A partir de que momento observadores das partes em litígio começaram a participar? Como ocorreu, durante os quatro anos da missão, a composição de pessoal de cada país?

Para responder a esta pergunta terei que fazer uma pesquisa uma vez que ela trata de todo o conflito e não apenas do período em que lá permaneci. Estarei enviando a resposta em breve.

5. Consta que, a partir do final de 1997, os suportes logístico e operacional ficaram a cargo do Brasil, após terem sido responsabilidade dos Estados Unidos. Como se deu a sustentação material da missão? Por que o Brasil tomou a iniciativa dos suportes logístico e operacional?

Acredito ser importante passar ao mundo a imagem de nosso continente como uma região eminentemente pacífica, capaz de resolver seus próprios problemas sem a interferência de potências de outras regiões. Naturalmente, o condicionamento econômico-financeiro ainda impede que isto se concretize em sua plenitude, mas na medida do possível, é um objetivo que deve ser perseguido com determinação. Quando à questão dos custos, é importante dizer que os países envolvidos no contencioso, Equador e Peru, arcaram integralmente com as despesas.

6. É inegável que as forças armadas brasileiras pretendem exercer um papel de liderança militar no contexto da América do Sul. Consideram, inclusive, a coordenação da MOMEPA como um momento de projeção dessa liderança. O senhor considera legítima essa pretensão?

Não existe essa pretensão de liderança, pelo menos não em termos de Exército Brasileiro, que é a minha seara. O que existe é um trabalho sério e persistente de cooperação e construção da confiança com todos os exércitos da região, mediante reuniões bilaterais e multilaterais, que já vem de longo tempo e tem sido muito bem sucedido. Esse trabalho insere-se na política do Estado brasileiro, de priorizar os relacionamentos com os países da região, de modo a afastar os riscos de conflito e propiciar o pleno desenvolvimento de uma estrutura de paz, amizade e cooperação, visando ao progresso e à harmonia entre povos irmãos.

7. Como o senhor analisa o papel das forças armadas dos países da América do Sul no atual contexto de formação de blocos regionais?

Esse papel é, sem dúvida, de grande importância, embora nem sempre reconhecido pelo grande público. No caso do Mercosul, pode-se dizer que o bom relacionamento e a cooperação no campo militar precederam os entendimentos na área econômica, normalmente vista como o motor dos mecanismos de integração regional.

O processo em curso em nosso continente é diferente, por exemplo, do caso europeu, em que a integração regional foi visualizada como uma maneira eficaz de ultrapassar tradicionais rivalidades entre alguns países, afastando, destarte, o espectro da guerra. Os mecanismos de cooperação foram imaginados para substituir os de competição e confrontação, e os nacionalismos cederam lugar a uma consciência mais ampla, européia.

Na América do sul, a relativa escassez de fortes rivalidades no campo militar deve servir como um fator de estímulo ao estabelecimento de organismo regionais.

8. O senhor acha que as forças armadas da América do Sul estariam caminhando rumo a uma cooperação crescente em operações reais?

Essa área é bastante sensível e o processo deve avançar em ritmo compatível com a cooperação nas demais áreas. Deve ser, também, um processo autóctone, que não se deixe influenciar por outras agendas, muitas vezes contrárias aos legítimos interesses dos países envolvidos.

9. É verdade que a liderança brasileira na MOMEF foi aceita com restrições por parte dos Estados Unidos? Se sim, como isso ocorreu?

10. O general Henry Shelton, do exército dos Estados Unidos, escreveu em um artigo que “a MOMEF foi concebida e implementada pelo Comando Sul dos Estados Unidos”, com sede no Panamá. Isso é verdade? Como ocorreram as conversações iniciais entre cada país garante?

De fato, não participei dessas conversações e não sou, portanto, a pessoa mais indicada a discorrer sobre o assunto.

11. Durante toda a missão o coordenador geral sempre foi um General de Divisão brasileiro, somando-se no total dez generais ao longo de quatro anos e meio. Porque a coordenação geral da MOMEPE foi dez vezes substituída no período relativamente curto de quatro anos e meio?

Um dividendo importante desse tipo de missão é a aquisição de conhecimentos e experiência, pelo maior número possível de oficiais. Além disso, o rodízio a cada seis meses é considerado adequado.

12. O senhor acha que houve um vencedor na guerra Equador x Peru de 1995?

Não, não houve um vencedor, mas, num certo sentido, diversos vencedores, pois os países envolvidos conseguiram, contando com a assistência dos países garante, passar de uma situação de conflito, latente ou aberto, para um momento de entendimento, com as disputas territoriais solucionadas, as causas de conflito ultrapassadas e prontos para prosseguir no caminho da cooperação que só a paz entre vizinhos pode proporcionar. Também os países garantes podem considerar-se vitoriosos, na medida em que proporcionaram as condições para que tal feito fosse concretizado.

General Oswaldo Jarrín

1- Qual foi exatamente sua participação na MOMEPE e em que período?

Durante la Guerra del Cenepa, fui miembro del Estado Mayor del Ejercito en la funcion de Director de Operaciones, desde el inicio de las operaciones en el mes de Diciembre del año 1994. Posteriormente cuando hubo la participacion de los países, por medio de los Agregados Militares de los países “amigos”, posteriormente como garantes, y luego del cese de fuego, se decide iniciar un proceso de separación de Fuerzas, para lo cual se conforma la MOMEPE.

Por parte del Ecuador se designa al General Cesar Duran del Ecuador como par del Gral brasileño jefe de la MOMEPE, y como coordinador ecuatoriano en el grado de Coronel a mi persona, desde el mes de Febrero de 1995, hasta el mes de Julio en que sali a cumplir un mision de agregado militar a la República Argentina.

Iniciamos conformando la oficina y los procedimientos de comunicaciones, administrativos y de planificación para en forma coordinada MOMEPE- (mision de países garantes y delegados Ecuador Peru), ejecutar la separación progresiva, para evitar contactos, tensiones y un repliegue sincronizado y ordenado a posiciones acordadas por los Comandnates del Teatro de Operaciones, considerando que en determinados sectores de la selva las tropas estaban entrecruzadas.

2- Como o senhor analisa a participação do exército brasileiro?

Mis contactos eran frecuentes con los miembros del estado mayor MOMEPE y con su comandante un general brasileño. LO que mas me impresionó, además de sus conocida capacidad profesional, fue la serenidad y habilidad social para la negociación y toma de decisiones en situaciones de gran tensión y riesgo. Hubo ocasiones en que la misión corría el riesgo del fracaso, debido a la natural actitud de comandantes que no podían facilmente cambiar su actitud combativa.

Conocía de cerca las relaciones interpersonales de oficiales de países diferentes y de los problemas naturales que se dan en un ambiente extraño, de difícil homologación de reglamentos de diferentes Ejércitos, pero que debían ser manejados con un tino propio de la experiencia por la cual fueron escogidos los oficiales brasileños. Especilamente sus Jefes de misión, quienes dejaron la mejor impresión profesional.

3- Como o senhor analisa o fato de a coordenação da missão ter ficado a cargo de generais brasileiros? O senhor considera importante que a coordenação tenha sido brasileira ou o país de origem dos coordenadores seria pouco importante, desde que fosse um país da América do Sul?

Considero que fue la mejor elección debido a que los procesos de negociación se realizaban fundamentalmente en Brasil por lo tanto la relación diplomacia-defensa, resulta decisiva para el exito de ese tipo de operaciones de paz. La designación de la jefatura de misión garantizaba la imparcialidad para una misión muydelicada en la que el liderazgo, respeto y confianza eran claves para el éxito.

4- No início, a MOMEPE contou com dez observadores de cada país garante. A partir de que momento observadores das partes em litígio começaram a participar? Como ocorreu, durante os quatro anos da missão, a composição de pessoal de cada país?

La MOMEPE tenía un estado Mayor fijo con un miembro de cada país garante, además del Jefe de misión, por lo tanto dos oficiales de Brasil. Desde su inicio el coronel estadounidense cumplía como jefe de EM. Por Ecuador y Peru había un general y un coronel, complementariamente, se conformaban misiones o equipos para diversos tipos de misiones, que posteriormente tenían reuniones alternativas en Ecuador y Perú, por lo que no considero que haya existido variaciones numéricas de la conformación de la MOMEPE, en estricto sentido de la denominación.

5- Consta que, a partir do final de 1997, os suportes logístico e operacional ficaram a cargo do Brasil, após terem sido responsabilidade dos Estados Unidos. Como se deu a sustentação material da missão?

Brasil desde el inicio de la misión procuró no depender de las facilidades logísticas de los Estados Unidos, a no ser por estrictas y urgentes necesidades. Por esa razón utilizaba su propio avión asignado al jefe de misión y los campamentos fueron organizados en forma separada, para las delegaciones y su personal de apoyo logístico.

Con posterioridad al año 1997, no tengo información al respecto.

6- É inegável que as forças armadas brasileiras pretendem exercer um papel de liderança militar no contexto da América do Sul. Consideram, inclusive, a coordenação da MOMEPE como um momento de projeção dessa liderança. O senhor considera legítima essa pretensão? Na condição de militar e acadêmico, como o senhor analisa o papel das forças armadas dos países da América do Sul no atual contexto de formação de blocos regionais?

El liderazgo de Brasil en América del Sur se ha visto con mayor claridad luego de los procesos de integración del MERCOSUR y de la integración de los países ABC, que han servido de ejemplo para los demás países.

La MOMEF, fue una oportunidad de liderazgo y un ejemplo de solución de los problemas de seguridad dentro de la propia subregión. Demostró la madurez suficiente para asumir roles tradicionalmente asignados a Organizaciones Internacionales, demostró experiencia diplomática, capacidad profesional y una actitud solidaria e imparcial a la vez. Se puede considerar que la misión se puso a la altura del Grupo Contadora y a la vez puso de manifiesto el necesario contrabalance que se necesita en el sistema internacional, que lastimosamente no puede salir de un neorealismo, en el que el balance de poderes sigue siendo el recurso supremo de la estabilidad.

Las FFAA de los países de América del Sur, no pueden rehuir a la hegemonía del continente ejercida por los Estados Unidos, pero al mismo tiempo la conformación de bloques dentro de las subregiones son una alternativa a la seguridad colectiva, mientras se encuentre el cause de los nuevos conceptos de seguridad, consensuados en la Conferencia especial de México, en la cual la multidimensionalidad de la seguridad exige una representación de los países más equitativa en los organismos internacionales, superando la organización establecida como secuela de la II Guerra Mundial.

Un sistema internacional que integre a países con vocación cooperativa y de apoyo mutuo antes que en alianza común ante un enemigo inexistente en la post Guerra Fría.

Diríamos un volver al pensamiento kantiano, de apoyo mutuo en la cobertura de las vulnerabilidades propias, menos confrontacional y más constructivo. En este nuevo horizonte de seguridad las FFAA resultan vitales no como elementos disuasivos, sino de autodefensa y de cooperación en la seguridad mutua de los países, como único recurso para enfrentar amenazas reticulares transnacionales.

7- É verdade que a liderança brasileira na MOMEF foi aceita com restrições por parte dos Estados Unidos? Se sim, como isso ocorreu?

No lo puedo afirmar, nunca me constó, esas discrepancias dudo que se hayan dado ya que la opción de liderazgo de los Estados Unidos, considerando su trayectoria histórica en América de intervencionismo, no hubiera ayudado al éxito de la misión y hubiera abierto nuevos frentes políticos de oposición, entorpeciendo la visión política y diplomática que cumplieron

8- Os oficiais dos Estados Unidos também estavam subordinados à coordenação brasileira?

Todos ellos estaban subordinados, en todo sentido, refiriéndonos a los integrantes de la MOMEQ, no obstante que la línea de mando y disciplina de sus respectivas delegaciones militares les correspondía al oficial de mayor graduación de cada país.

9- O general Henry Shelton, do exército dos Estados Unidos, escreveu em um artigo que “a MOMEQ foi concebida e implementada pelo Comando Sul dos Estados Unidos”, com sede no Panamá. Isso é verdade? Como ocorreram as conversações iniciais entre cada país garante?

Considero acertada la afirmación ya que desde el inicio de las visitas de los agregados militares la coordinación la realizaba el agregado militar de Estados Unidos, además hay que considerar que uno de los objetivos estratégicos del Comando Sur de los Estados Unidos es mantener la estabilidad y la paz en la región, por lo tanto no fue improvisada la idea de organización de la MOMEQ, lo habrá sido la composición y con participación y acuerdo de los países garantes.

ANEXO II – PROTOCOLO DE 1942²³⁵

Base de Datos SER en el 2000

Título: Protocolo de Paz, Amistad y Límites

Autor :

Fuente: Gobiernos y Legislaturas Extranjeros -

Fecha : 2/26/42

Idioma: castellano

Clasificación Temática 1: Regímenes, mecanismos, tratados

Clasificación Temática 2: Regímenes, mecanismos y tratados

Clasificación Temática 3: .

PROTOCOLO DE PAZ, AMISTAD Y LÍMITES

Río de Janeiro - 1942

Los Gobiernos de Perú y Ecuador, deseando dar solución a la cuestión de límites que por largo tiempo los separa, y teniendo en consideración el ofrecimiento que les hicieron los Gobiernos de Estados Unidos de América, de la República Argentina, de los Estados Unidos del Brasil y de Chile, de sus servicios amistosos para procurar una pronta y honrosa solución del problema, y movidos por el espíritu americanista que prevalece en la III Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas, han resuelto celebrar un Protocolo de Paz, Amistad y Límites en presencia de los Representantes de esos cuatro Gobiernos amigos.

Para ese fin intervienen los siguientes plenipotenciarios:

Por la República del Perú, el señor doctor Alfredo Solf y Muro, Ministro de Relaciones Exteriores; y

Por la República del Ecuador, el señor doctor Julio Tobar Donoso, Ministro de Relaciones Exteriores;

los cuales después de exhibidos los plenos y respectivos poderes de las Partes y habiéndolos encontrado en buena y debida forma, acordaron la suscripción del siguiente protocolo:

ARTÍCULO PRIMERO

Los Gobiernos del Ecuador y del Perú, afirman solemnemente su decidido propósito de mantener entre los dos pueblos relaciones de paz y amistad, de comprensión y de buena voluntad, y de abstenerse, el uno respecto del otro, de cualquier acto capaz de perturbar esas relaciones.

²³⁵ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Protocolo de Paz, Amistad y Límites**. Río de Janeiro, 26 fev. 1942. Disponível em www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cb4d.htm, acessado em 16/02/05.

ARTÍCULO SEGUNDO

El Gobierno del Perú retirará, dentro del plazo de 15 días a contar de esta fecha, sus fuerzas militares a la línea que se halla descrita en el artículo VIII de este Protocolo.

ARTÍCULO TERCERO

Estados Unidos de América, Argentina, Brasil y Chile, cooperarán, por medio de observadores militares, a fin de ajustar a las circunstancias la desocupación y el retiro de tropas en los términos del artículo anterior.

ARTÍCULO CUARTO

Las Fuerzas Militares de los dos países, quedarán en sus nuevas posiciones hasta la demarcación definitiva de la línea fronteriza. Hasta entonces, el Ecuador, tendrá solamente jurisdicción civil en las zonas que desocupará el Perú, que quedan en las mismas condiciones en que ha estado la zona desmilitarizada del Acta de Talara.

ARTÍCULO QUINTO

La gestión de Estados Unidos, Argentina, Brasil y Chile, continuará hasta la demarcación definitiva de las fronteras entre el Perú y el Ecuador, quedando este Protocolo y su ejecución bajo la garantía de los cuatro países mencionados al comenzar este artículo.

ARTÍCULO SEXTO

El Ecuador gozará para la navegación en el Amazonas y sus afluentes septentrionales de las mismas concesiones de que gozan el Brasil y Colombia, más aquellas que fueran contenidas en un Tratado de Comercio y Navegación destinado a facilitar la navegación libre y gratuita en los referidos ríos.

ARTÍCULO SÉPTIMO

Cualquier duda o desacuerdo que surgiere sobre la ejecución de este Protocolo será resuelto por las Partes con el concurso de los Representantes de Estados Unidos, Argentina, Brasil y Chile, dentro del plazo más breve que sea posible.

ARTÍCULO OCTAVO

La línea de frontera será referida a los siguientes puntos:

a) En el Occidente

1º)- Boca de Capones, en el Océano;

2º)- Río Zarumilla y Quebrada Balzamal o Lajas;

3º)- Río Puyango o Tumbes, hasta la Quebrada de Cazaderos;

- 4°)- Cazaderos;
- 5°)- Quebrada de Pilares y del Alamor hasta el río Chira;
- 6°)- Río Chira, aguas arriba;
- 7°)- Ríos Macará, Calvas y Espíndola, aguas arriba, hasta los orígenes de este último en el Nudo de Sabanillas;
- 8°)- Del Nudo de Sabanillas, hasta el Río Canchis;'
- 9°)- Río Canchis, en todo su curso, aguas abajo;
- 10°)- Río Chinchipe, aguas abajo, hasta el punto en que recibe el Río San Francisco;

b) En el Oriente

- 1°)- De la Quebrada de San Francisco, el "divortium aquarum" entre el Río Zamora y el Río Santiago, hasta la confluencia del Río Santiago con el Yaupí;
- 2°)- Una línea hasta la boca del Bobonaza en el Pastaza. Confluencia del Río Cunambo con el Pintoyacu en el Río Tigre;
- 3°)- Boca de Cononaco en el Curaray, aguas abajo hasta Bellavista;
- 4°)- Una línea hasta la boca del Yasuni en el Río Napo. Por el Napo, aguas abajo, hasta la boca del Aguarico;
- 5°)- Por éste, aguas arriba, hasta la confluencia del río Lagartococha, o Zancudo con el Aguarico;
- 6°)- El Río Lagartococha o Zancudo, aguas arriba, hasta sus orígenes, y de allí una recta que vaya a encontrar el Río Güepí, y por éste hasta su desembocadura en el Putumayo, y por el Putumayo arriba hasta los límites del Ecuador y Colombia.

ARTÍCULO NOVENO

Queda entendido que la línea anteriormente descripta, será aceptada por el Perú y el Ecuador para la fijación, por los técnicos, en el terreno, de la frontera entre los dos países. Las partes podrán, sin embargo, al procederse a su trazado sobre el terreno, otorgarse las concesiones recíprocas que consideran convenientes a fin de ajustar la referida línea a la realidad geográfica. Dichas rectificaciones se efectuarán con la colaboración de Representantes de los Estados Unidos de América, República Argentina, Brasil y Chile. Los Gobiernos del Perú y del Ecuador someterán el presente Protocolo a sus respectivos Congresos, debiendo obtenerse la aprobación correspondiente en un plazo no mayor de treinta días.

En fe de lo cual los plenipotenciarios arriba mencionados firman y sellan, en dos ejemplares en castellano en la ciudad de Río de Janeiro, a la una hora del día veintinueve de enero de mil novecientos cuarenta y dos el presente Protocolo, bajo los auspicios de Su Excelencia el señor Presidente del Brasil y en presencia de los señores Ministros de Relaciones Exteriores de la República Argentina, Brasil y Chile y del Subsecretario de Estado de los Estados Unidos de América.

Firmado: Alfredo Solf y Muro Osvaldo Arnha

Firmado: J. Toobar Donoso Juan B. Rossetti

Firmado: E. Ruiz Guiñazú Summer Welles

Aprobado por Resolución Legislativa N° 9574 del 26/II/942

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PAZ DO ITAMARATY²³⁶

Base de Datos SER en el 2000

Título: Declaración de Paz de Itamaraty entre Ecuador y Perú

Autor :

Fuente: Gobiernos y Legislaturas Extranjeros -

Fecha : 2/17/95

Idioma: castellano

Clasificación Temática 1: Diferendos

Clasificación Temática 2: Medidas de fomento de la confianza

Clasificación Temática 3: Conflictos

DECLARACIÓN DE PAZ DE ITAMARATY ENTRE ECUADOR Y PERÚ

En la reunión de alto nivel diplomático de los países garantes del protocolo de Río de Janeiro, los vicescancilleres del Ecuador y del Perú, embajador Marcelo Fernández de Córdoba y embajador Eduardo Ponce Vivanco, en representación de sus gobiernos confirman el cese de hostilidades entre el Ecuador y el Perú, conforme a los comunicados oficiales divulgados por los dos gobiernos, a partir de las 12 (doce) horas - hora de Quito y Lima - del 14 de febrero.

Para consolidar el acuerdo de cese del fuego, y a fin de evitar nuevas confrontaciones que alteren las relaciones de paz, amistad y buena vecindad entre Perú y Ecuador.

Las dos partes conviven

1. Aceptar complacidas el ofrecimiento de los países garantes para el envío de una misión de observadores, a fin de velar por la estricta aplicación de los compromisos señalados en los numerales 2, 3 y 5 del presente acuerdo. Las partes solicitan que el plazo de la misión sea inicialmente de 90 días, pudiendo ser extendido, en caso necesario, para lo que las partes y los países garantes harán oportunamente los arreglos pertinentes. La misión de observadores de los países garantes empezará su trabajo al producirse la suspensión de las operaciones militares. Las partes se comprometen a proveer el apoyo y las facilidades necesarias para que la misión de observadores pueda ejercer sus funciones y para asegurar la integridad física de sus miembros, lo que oportunamente será objeto de una "definición de procedimientos" entre las partes y los países garantes. Asimismo, las partes se comprometen a designar de inmediato a las autoridades militares que servirán de enlace con la misión de observadores.

²³⁶ BASE DE DATOS SER EN EL 2000. **Declaración de Paz de Itamaraty entre Ecuador y Perú.** Disponible en <http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cb4e.htm>, acessado em 16/02/05.

2. Separar inmediata y simultáneamente todas las tropas de los dos países comprometidas en los enfrentamientos, a fin de eliminar cualquier riesgo de reanudación de las hostilidades, con prioridad en el caso de las fuerzas que están en contacto directo. En ese sentido, las tropas de Ecuador se concentrarán en el puesto de Coangos (03° 29' 40.9"s/ 78° 13' 49.67"w) y las del Perú en el PV1 - puesto de vigilancia N°1 (03° 32' 00"s/78° 17' 49"w), comprometiéndose a no efectuar desplazamientos militares en el área de enfrentamiento. Dada la importancia de este compromiso, las partes aseguran que la misión de observadores tendrá las condiciones para verificar su cumplimiento. El proceso de separación de fuerzas se hará con la supervisión de los países garantes. La misión de observadores instalará centros de operaciones en los puntos considerados de mayor tensión, como es el caso de Tiwintza y Base Sur.

3. Solicitar a la misión de observadores de los países garantes que, en el marco del cumplimiento de lo estipulado en el numeral anterior, recomiende a los gobiernos de Ecuador y Perú un área a ser totalmente desmilitarizada, en cuya determinación se tendrán debidamente en cuenta las garantías necesarias para la seguridad de las zonas vecinas de ambos países.

4. Dejar constancia que las referencias geográficas del numeral (2) tendrán efecto solamente en la aplicación del citado proceso de desmilitarización y separación de fuerzas.

5. Iniciar de inmediato, como medida de fomento de confianza, en las zonas fronterizas no comprometidas directamente en los enfrentamientos y con la supervisión de los países garantes, una desmovilización gradual y recíproca, con el retorno a sus guarniciones y bases de las unidades desplegadas en las operaciones militares.

6. Iniciar conversaciones -en el contexto del párrafo 4 de la comunicación dirigida a los gobiernos de Ecuador y Perú por los países garantes del Protocolo de Río de Janeiro el 27 de enero de 1995- para encontrar una solución a los impases subsistentes, tan pronto se cumplan los puntos anteriores y se restablezca un clima de distensión y amistad entre los dos países.

En fe de lo cual, firman la presente declaración los representantes del Ecuador y del Perú, en dos ejemplares en español en la ciudad de Brasilia, a las horas del día 17 de febrero del año de 1995, en presencia de los representantes de Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos de América, países garantes del protocolo de Río de Janeiro.
Hecho en el palacio de Itamaraty, Brasilia, 17 de febrero de 1995.

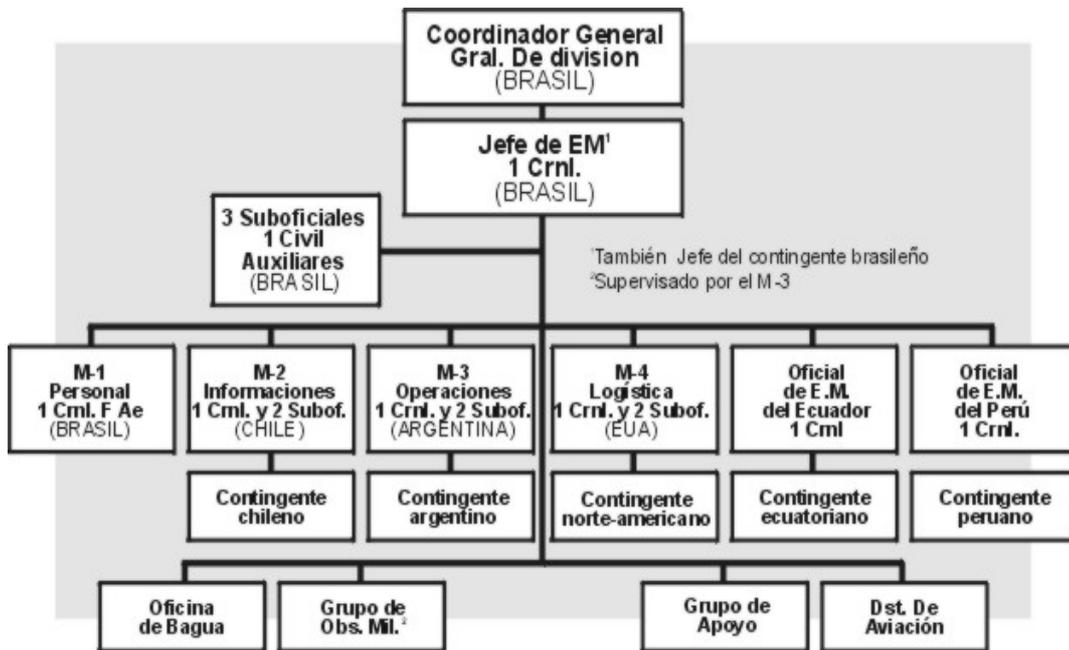
Firma por la República del Ecuador: Marcelo Fernández de Córdoba.

Firma por la República del Perú: Eduardo Ponce Vivanco.

Por los países garantes firman:

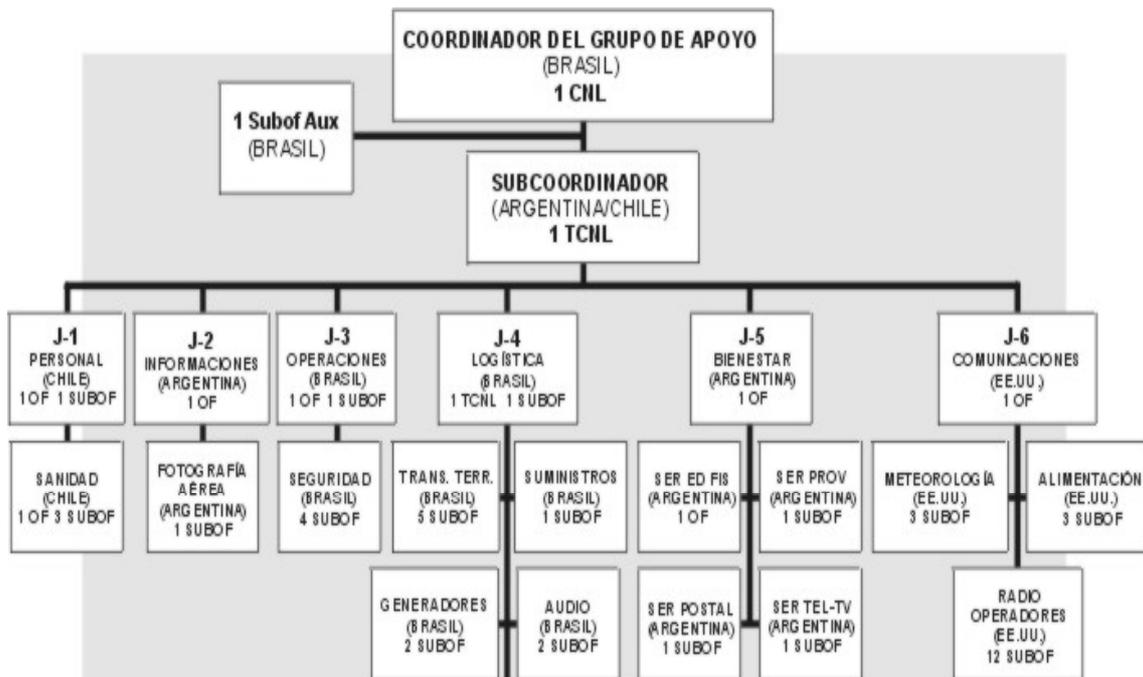
Juan José Uranga (Argentina), Sebastião Do Rego Barros (República Federativa del Brasil), Fábio Vio Ugarte (República de Chile) y Melvyn Levitsky (Estados Unidos de América).

ANEXO IV – ORGANOGRAMAS DA MOME²³⁷



La jefatura del Grupo de Observadores Militares es rotativa entre Argentina y Chile por un mes.

²³⁷ FIGUEIREDO, general de división Claudio Barbosa de. MOME²³⁷: Una Misión Cumplida!. **Military Review**, Septiembre-Octubre 1999. Disponible em <http://www.leavenworth.army.mil/milrev/Spanish/SepOct99/momep.htm>, acessado em 10/03/05.



ANEXO V – ATA PRESIDENCIAL DE BRASÍLIA ²³⁸

En la ciudad de Brasilia, el 26 de Octubre de 1998, los Excelentísimos señores Jamil Mahuad Witt, Presidente de la República del Ecuador y Alberto Fujimori Fujimori, Presidente de la República del Perú, se reunieron para dejar constancia formal de la conclusión definitiva de las diferencias que durante décadas han separado a sus dos países.

Estuvieron presentes, en su condición de Jefes de Estado de los países Garantes del Protocolo de Paz, Amistad y Límites, suscrito en Río de Janeiro el 29 de enero de 1942, los Excelentísimos señores Fernando Henrique Cardoso, Presidente de la República Federal del Brasil, Carlos S. Menem, Presidente de la República Argentina, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Presidente de la República de Chile y el Representante Personal del Presidente de los Estados Unidos de América, señor Thomas F. McLarty III.

En ocasión de este trascendental evento, los Presidentes del Perú y del Ecuador convinieron en suscribir la presente

ACTA PRESIDENCIAL DE BRASILIA,

por la cual,

- 1. Expresan su convencimiento acerca de la histórica trascendencia que para el desarrollo y bienestar de los pueblos hermanos del Ecuador y del Perú tienen los entendimientos alcanzados entre ambos Gobiernos. Con ellos culmina el proceso de conversaciones sustantivas previsto en la Declaración de Paz de Itamaraty del 17 de febrero de 1995 y se da término, en forma global y definitiva, a las discrepancias entre las dos Repúblicas de manera que, sobre la base de sus raíces comunes, ambas Naciones se proyecten hacia un promisorio futuro de cooperación y mutuo beneficio.**

²³⁸ ECUADOR. Ministério de Relaciones Exteriores. **Acta de Brasília de 26 de octubre de 1998**. Disponible en <http://www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/tratados/FIRMA%20DE%20PAZ%20ENTRE%20ECUADOR%20Y%20PERU.doc>, acessado em 20/02/05.

2. **Declaran que con el punto de vista vinculante emitido por los Jefes de Estado de los Países Garantes, en su carta de fecha 23 de octubre de 1998, que forma parte integrante de este documento, quedan resueltas en forma definitiva las diferencias fronterizas entre los dos países. Con esta base, dejan registrada la firme e indeclinable voluntad de sus respectivos Gobiernos de culminar, dentro del plazo más breve posible, la fijación en el terreno de la frontera terrestre común.**
3. **Simultáneamente, manifiestan su compromiso de someter los acuerdos que se suscriben en esta fecha, a los procedimientos de aprobación de derecho interno, según corresponda, con miras a asegurar su más pronta entrada en vigencia. Estos acuerdos son:**
 - **Tratado de Comercio y Navegación, en aplicación de lo dispuesto en el artículo VI del Protocolo de Paz, Amistad y Límites de Río de Janeiro,**
 - **Acuerdo Amplio Peruano Ecuatoriano de Integración Fronteriza, Desarrollo y Vecindad que incluye como anexos el Reglamento de la Comisión de Vecindad Peruano-Ecuatoriana; el Convenio sobre Tránsito de Personas, Vehículos, Embarcaciones Marítimas y Fluviales y Aeronaves; el Reglamento de los Comités de Frontera Peruano Ecuatoriano; la Estructura Organizativa del Plan Binacional de Desarrollo de la Región Fronteriza; los Programas del Plan Binacional de Desarrollo de la Región Fronteriza; y, la Estructura Organizativa del Fondo Binacional para la Paz y el Desarrollo. También incluye el Convenio de Aceleración y Profundización del Libre Comercio entre el Ecuador y Perú. Asimismo, incluye el Proyecto de Acuerdo por Intercambio de Notas para realizar el Estudio de Viabilidad Técnico – Económica del Proyecto Binacional Puyango – Tumbes; el Proyecto de Memorándum de Entendimiento sobre el Programa Urbano - Regional y de servicios del Eje Tumbes – Machala; el Proyecto de Memorándum de Entendimiento sobre la Interconexión Vial Peruano - Ecuatoriano; el Proyecto de Convenio sobre Interconexión Eléctrica; el Acuerdo de Bases para la Contratación de un Estudio de Prefactibilidad para el Proyecto Binacional del Transporte de Hidrocarburos; el Proyecto de Memorándum de Entendimiento para el Fortalecimiento de la Cooperación Mutua en Turismo; el Proyecto de Acuerdo para el Desarrollo de un Programa de Cooperación Técnica en el Area Pesquera; y, el Proyecto de Memorándum de Entendimiento de Cooperación Educativa.**
 - **Intercambio de Notas sobre el Acuerdo de Bases respecto de la rehabilitación o reconstrucción de la bocatoma y obras conexas del Canal de Zarumilla, así como el Reglamento para la Administración del Canal de Zarumilla y la Utilización de sus Aguas,**
 - **Intercambio de Notas con relación a los aspectos vinculados a la navegación en los sectores de los Cortes de los ríos y del Río Napo,**

- **Intercambio de Notas sobre el Acuerdo de Constitución de la Comisión Binacional Peruano – Ecuatoriana sobre Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad;**
4. Dejan expresa constancia de la importancia de los acuerdos alcanzados para los ideales de paz, estabilidad y prosperidad que animan al Continente Americano. En ese sentido y de conformidad con el Artículo Primero del Protocolo de Paz, Amistad y Limites de Río de Janeiro de 1942, reafirman solemnemente la renuncia a la amenaza y al uso de la fuerza en las relaciones entre el Perú y el Ecuador, así como a todo acto que afecte a la paz y a la amistad entre las dos naciones.
 5. Deseosos de resaltar su reconocimiento por el papel fundamental desempeñado para el logro de estos entendimientos por los Gobiernos de la República Argentina, la República Federal del Brasil, la República de Chile y los Estados Unidos de América, países Garantes del Protocolo de Paz, Amistad y Límites suscrito en Río de Janeiro el 29 de enero de 1942, los Presidentes del Ecuador y del Perú dejan registro del aprecio de sus Naciones por la dedicación y esfuerzo desplegado en el cumplimiento de lo dispuesto en el Protocolo y los exhortan a continuar cumpliendo esta función hasta la conclusión de la demarcación.

Suscriben la presente Acta los Excelentísimos Señores Presidentes de las Repúblicas del Perú y del Ecuador, Ingeniero Alberto Fujimori Fujimori y Doctor Jamil Mahuad Witt y la refrendan los señores Ministros de Relaciones Exteriores del Perú, Doctor Fernando de Trazegnies Granda y del Ecuador, Embajador José Ayala Lasso.

Suscriben en calidad de testigos de esta solemne ceremonia, los Excelentísimos señores Fernando Henrique Cardoso, Presidente de la República Federal del Brasil, Carlos S. Menem, Presidente de la República Argentina, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Presidente de la República de Chile y el Representante Personal del Presidente de los Estados Unidos de América, señor Thomas F. McLarty III.

Jamil Mahuad Witt
Presidente de la República de Ecuador

Alberto Fujimori
Presidente de la República del Perú

Carlos Saúl Menem

Fernando Henrique Cardoso

Presidente de la República Argentina

Presidente de la República Federal del Brasil

Eduardo Frei Ruiz-Tagle
Presidente de la República de Chile

Thomas F. McLarty III
Representante Personal del Presidente de los Estados Unidos de América

Fernando de Trazegnies Granda
Ministro de Relaciones Exteriores del Perú

José Ayala Lasso
Ministro de Relaciones Exteriores del Ecuador

ANEXO VI – ACORDOS ASSINADOS JUNTO À ATA PRESIDENCIAL DE BRASÍLIA²³⁹

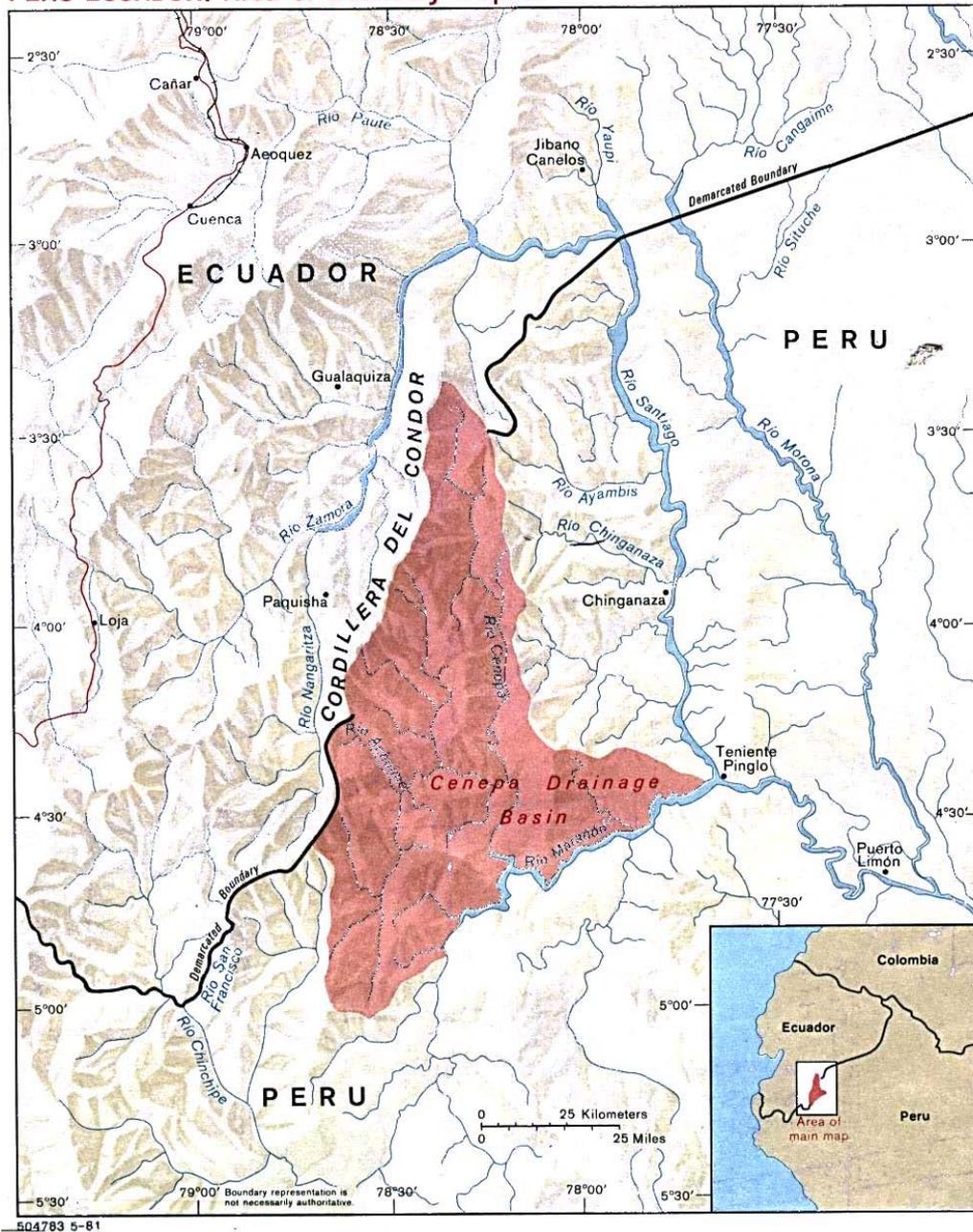
ACORDOS ASSINADOS EM 26/10/98 EM BRASÍLIA

- i) Acta Presidencial de Brasilia;
- ii) Punto de Vista Vinculante de los Jefes de Estado de los Países Garantes (suscrito el 23 de octubre de 1998);
- iii) Tratado de Comercio y Navegación;
- iv) Acuerdo Amplio Peruano- Ecuatoriano de Integración Fronteriza, Desarrollo y Vecindad;
- v) Convenio de Aceleración y Profundización del Libre Comercio;
- vi) Notas Reversales sobre Negociación en los Sectores de los Cortes de los ríos y del río Napo;
- vii) Intercambio de Notas sobre el Canal de Zarumilla; e,
- viii) Intercambio de Notas del Acuerdo de Constitución de la Comisión Binacional Peruano- Ecuatoriana sobre Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad.

²³⁹ PERU. Ministério de Relaciones Exteriores. **Relaciones bilaterales**. Disponível em <http://www.rree.gob.pe/portal/Pbilateral.nsf/2C13F1EFD93652D905256BF5000A7D28/1F1A302FAEC2B08C05256BF800713ACE?opendocument>, acessado em 20/02/2005.

ANEXO VII – MAPA DA REGIÃO EM DISPUTA²⁴⁰

PERU-ECUADOR: Area of Boundary Dispute



²⁴⁰ THE UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. Perry Castañeda Library Map Collection. Disponível em www.lib.utexas.edu/maps/americas/peru_ecuador_81.jpg, acessado em 20/02/05.

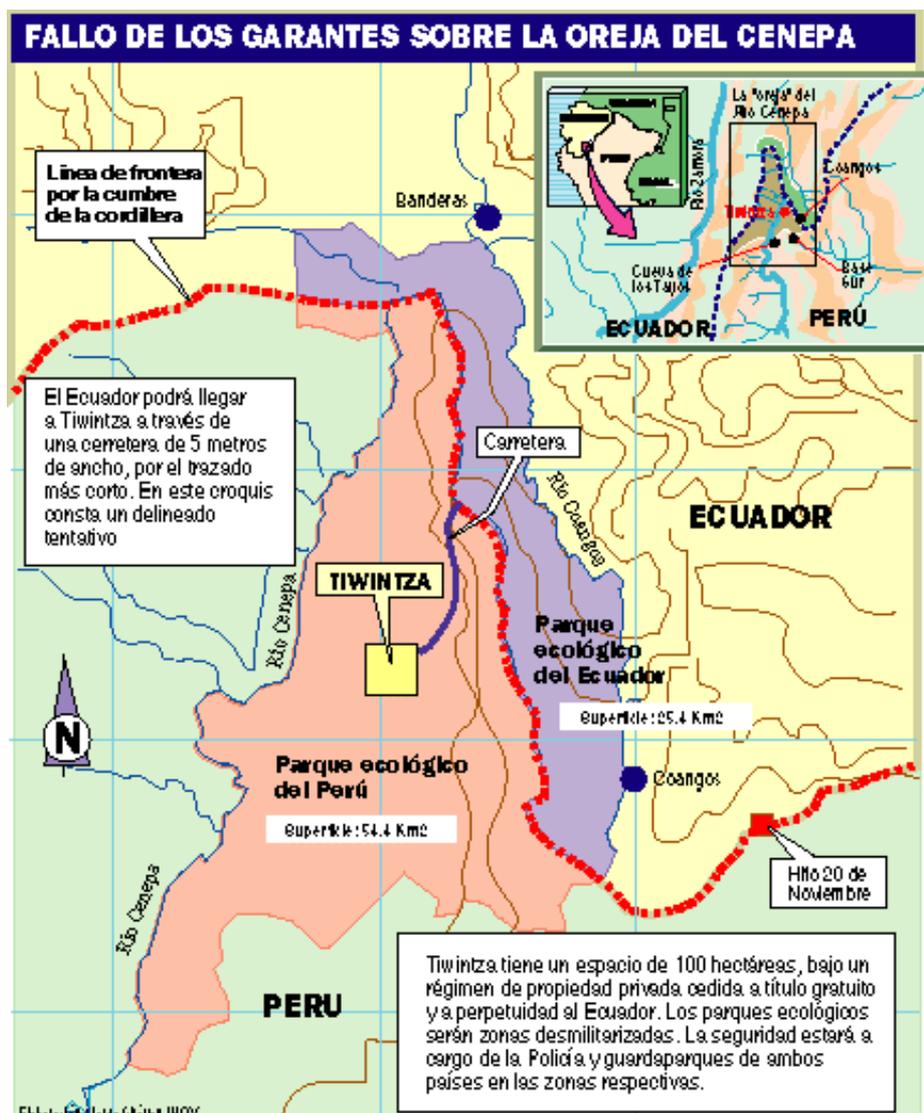
ANEXO VIII – POSTOS MILITARES E LOCAIS DE COMBATES²⁴¹



²⁴¹ EL FILO de la guerra. *Caretas*, Lima, 02 fev. 1995. Disponível em, <http://www.caretas.com.pe/1348/condor/mapa.jpeg>, acessado em 20/02/05. Referente à guerra de 1995.

ANEXO IX – MAPA DO ACORDO FINAL SOBRE FRONTEIRAS²⁴²

Foram criados dois parques nacionais, um de cada lado da fronteira. O Equador obteve, em propriedade privada, uma área de cem hectares na região de Twinza, em território peruano.



²⁴² “LA PAZ: la mejor noticia”. *Hoy on Line*, 17 de outubro de 1998. Disponível em <http://www.hoy.com.ec/especial/17/171c.htm>, acessado em 25/02/05.

ANEXO X - CRONOLOGIA DE PRESIDENTES DO EQUADOR DURANTE A MOME²⁴³

- Sixto Durán-Ballén é o presidente à época da guerra de 1995. Passa o governo para Abdalá Bucaram em 10 de agosto de 1996.
- Em 06 de fevereiro de 1997 Bucaram é cassado pelo Congresso, apontado como “mentalmente incapaz”. Na verdade, praticava corrupção e nepotismo ostensivos.
- Em 25 de maio de 1997 um referendo popular aprova, com 75% de votos favoráveis, o presidente do Congresso, Fabián Alarcon Rivera, como presidente interino do país.
- Eleições em maio de 1998 dão a vitória a Jamil Mahuad por margem estreita de votos. Toma posse em agosto, com mandato até 2002.
- Em janeiro de 2000, uma aliança do movimento indígena com militares de escalões médios e inferiores derruba Mahuad por meio de protestos. É instalada uma junta provisória de governo.

²⁴³ CENTRO DE INVESTIGACIÓN, DOCENCIA, DOCUMENTACIÓN Y DIVULGACIÓN DE RELACIONES INTERNACIONALES Y DESARROLO. Biografias de Líderes Políticos. Disponível em <http://www.cidob.org/bios/castellano/indices/indices.htm>, acessado em 29/02/05.

